

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE – PROT-NORTE

Fase I

Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional



Temática

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Luis Ramos; Nuno Azevedo; Delfim Fernandes; Ricardo Bento

OS ESPAÇOS RURAIS NA REGIÃO NORTE

Versão a finalizar brevemente

MAIO DE 2007

Índice

1. Enquadramento.....	3
1.1. Problemática: evoluções recentes e desafios futuros	4
1.2. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural	9
2. Estudos de Caracterização.....	12
2.1. Espaços Rurais: conceito e aplicação.....	12
2.1.1. Urbano e Rural	12
2.1.2. As várias tipologias de espaços.....	16
Programa de Desenvolvimento Rural	16
Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal - Uma Análise Empírica.....	17
Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento	21
Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas	24
População, Agricultura e Espaços “Rurais” de Portugal no Século XX.....	29
Sistema urbano nacional: rede complementar.....	30
A Desruralização nas Regiões Interiores de Portugal	32
2.2. As facetas do rural.....	34
2.2.1. Ocupação do território.....	34
2.2.2. População e Povoamento	48
2.2.3. Infraestruturação, equipamentos e serviços	57
2.2.4. Estruturas produtivas.....	64
2.2.5. Rede de aglomerados rurais	72
3. Diagnóstico.....	75
3.1. Problemas e Potencialidades	84
3.2. Ameaças e Oportunidades	85
3.3. Problemas/desafios para o ordenamento do território.....	85

1. Enquadramento

Portugal atravessa uma fase de desafios e mudanças. Apesar das evidentes mudanças qualitativas na qualidade de vida dos portugueses e na reconhecida obra de infra estruturas realizada, a economia ainda enfrenta sérios desafios. A agricultura portuguesa, englobando neste conceito todo o complexo agro-florestal, não foge muito do paradigma da Economia Portuguesa. Antes, sofre de alguns efeitos específicos que impossibilita os níveis de competitividade que são necessários para alcançar o patamar da sustentabilidade efectiva.

O território agro-florestal português é de elevada diversificação nas suas estruturas de ocupação de solo, derivado da grande variabilidade e da irregularidade das condições climáticas, apresentando uma importância relativa ainda importante, quer em termos económicos, quer sociais. Estes factores geram um desequilíbrio acentuado entre regiões e subsectores, criando condições para um crescimento desigual e não sustentável, que sido agravado pelas políticas de gestão de mercado que não promoveram a eficiência mas o “status quo” e a valorização da propriedade em detrimento do empreendedorismo e da desejada assunção do risco, ainda que, nos últimos anos, as políticas de desenvolvimento e investimento rural tenham procurado contrariar essa tendência dominante. Também, a excessiva visão agrícola ou rural do sector tem salientado as possibilidades de desenvolvimento, nomeadamente através do efeito que as actividades de comercialização e transformação podem ter a montante.

A agricultura portuguesa e, conseqüentemente, os territórios onde ela se desenvolve, padecem do problema da competitividade que, se não se inverter a política pública de desenvolvimento nos próximos anos, agravar-se-á, a médio prazo, com a ainda maior liberalização dos mercados globais e o crescimento de novas economias.

O mundo rural português, na sua globalidade, evoluiu de forma assimétrica, com melhorias sensíveis em termos do seu bem-estar social, nomeadamente em equipamentos sociais, mas com perda de dinâmicas económicas e sociais, e de forma desequilibrada em termos territoriais. O sector agrícola, florestal e industrial participaram activamente nas políticas após adesão, tendo-se modernizado e desenvolvido. Contudo, o esforço realizado não foi o suficiente nem, por vezes, o mais apropriado para que, globalmente, se pudesse inverter a perda de competitividade do sector e a dinâmica dos seus territórios. Os casos de sucesso em actividades ou regiões não foram suficientes para inverter uma situação de desequilíbrio face ao mundo não rural.

As actividades agro-florestais têm uma importância elevada em termos de emprego se comparada com a média europeia, e ainda são determinantes em grande parte dos territórios, até pela ausência de outras.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

É, pois, indispensável o contributo do sector para a inversão da situação descrita, que se deve basear no desenvolvimento de empresas competitivas, de forma conjugada e coerente com as restantes prioridades e políticas, para melhorar a atractibilidade destes territórios e o nível de vida das suas populações. A sua sustentabilidade passa, pois, pelo desenvolvimento de políticas coerentes e integradas, onde a existência de actividades, nomeadamente as agro-florestais, assume importância relevante.

A qualificação e participação dos agentes e das populações neste processo são igualmente determinantes. Eles são os actores e os receptores das políticas, e por eles passa a concretização das medidas de política, dependendo em muito da sua capacidade de iniciativa e abertura para os desafios, a concretização dos objectivos e metas propostos para o sector.

O modelo europeu de desenvolvimento rural tem vindo a consolidar o carácter multifuncional da agricultura e sistemas florestais, exigindo que estes se afirmem, com racionalidade económica, numa tripla valência: económica (produtora de bens de mercado); ambiental (gestora de recursos e territórios); e social (integradora de actividades e rendimentos).

De acordo com a metodologia utilizada pela proposta de Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, para delimitar as zonas rurais, 86% da superfície continental portuguesa tem características rurais, enquanto apenas 5% apresenta um padrão eminentemente urbano. O complexo agro-florestal tem um peso importante na economia portuguesa, contribuindo com cerca de 8,9% do produto total e 14,8% do volume do trabalho, dos quais 9,3% se referem à agricultura. A importância da agricultura continua a ser expressiva, comparativamente com os valores médios registados na UE, tendo o sector florestal igualmente uma expressão significativa.

1.1. Problemática: evoluções recentes e desafios futuros

Uma leitura da vasta bibliografia sobre os temas da ruralidade e do rural, sugere que são conceitos susceptíveis de possuir diversos significados, revela-nos ainda diferentes situações e condições vividas e mesmo construídas. Não existe uma definição homogénea, consequência da diversidade de espaços rurais existentes e, em parte, da diversidade de imagens socialmente construídas sobre essas áreas espaciais. A multiplicidade e diversidade dos elementos do meio rural explicam a dificuldade em o definir e caracterizar adequadamente, sendo a razão porque não existe uma definição que seja aceite e satisfatória para todas as correntes científicas.

Os modelos territoriais tradicionais partiam duma diferenciação de especialização entre as zonas urbanas e as zonas rurais: em primeiro, na associação das indústrias de transformação e os serviços,

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

em segundo, as actividades primárias, nomeadamente a agricultura. Considera-se além disso que as mudanças e a inovação eram o privilégio das zonas urbanas e que o meio rural era geralmente por arrastamento. Este ponto de vista foi defendido até ao fim dos anos 1970, mas as evoluções recentes forçam a uma revisão fundamental e tornam obsoleta a oposição de forma e de função entre o meio rural e o meio urbano (OCDE, 2001).

A ruralidade não resulta simplesmente da configuração geográfica do território em montes e vales, mas também das condições socio-económicas da vivência das gentes, que como refere Melo (1991) tem como característica fundamental a existência de uma “paisagem humanizada”. Definir com precisão a dimensão do rural não é tarefa fácil. A actual visão do mundo rural não passa pela dicotomia: agricultura/indústria e rural/urbano, onde o rural era conotado com o agrícola e submetido ao urbano e o urbano conotado com “o desenvolvimento e a mudança”. Dois aspectos parecem evidentes: as áreas rurais apresentam-se mais polivalentes e plurifuncionais, com perda do seu significado económico no sector primário e aumento da terciarização do rural. O mundo rural está a ser “invadido por uma rápida e profunda mutação, tornando-se cada vez mais difícil analisá-lo numa perspectiva que o confronto com o urbano” (JACINTO, Rui 1995:143).

Globalmente, o meio rural apresenta problemas específicos sendo invocados diversos pontos preocupantes: i) a actividade agrícola permanece um factor importante mas o emprego tem diminuído, sendo o sector público o principal factor de crescimento do emprego, que num período de estrangimentos orçamentais tornar-se menos viável; ii) a emigração dos jovens, ligada à ausência de perspectivas de inserção e insuficiência das possibilidades de acesso às infra-estruturas de ensino, acompanhado da imigração de reformados, resultando num forte envelhecimento populacional, condicionando a oferta de serviços, nomeadamente a nível de ensino e formação; iii) a maior parte das zonas rurais ultrapassa dificuldades em atingir, em matéria de equipamentos, serviços e investimentos, a massa crítica indispensável para encorajar o desenvolvimento económico (OCDE, 2001).

Kaiser (1990), considera que as áreas rurais se distinguem por apresentarem uma “densidade relativamente fraca de habitantes e construções, fazendo aparecer uma preponderância das paisagens de cobertura vegetal; uso económico dominante agro-silvo-pastoril; modo de vida dos habitantes caracterizado pela sua pertença a colectividades de dimensão limitada e pela sua relação particular com o espaço; identidade e representação específicas fortemente conotadas com a cultura camponesa”. A C.E.E. considerou o mundo rural como regiões e zonas com actividades diversas, espaços naturais e cultivados, aldeias, vilas, pequenas cidades e centros regionais, assim como zonas industrializadas, o que significa metade da população e mais de 80% do território europeu. Mais tarde, a Comissão Europeia sugeriu a divisão das áreas rurais em três tipos: áreas sob a pressão do desenvolvimento moderno; áreas remotas e isoladas que estão despovoadas. Mas, a OCDE, no seu programa de

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Desenvolvimento Rural, dividiu o mundo rural em regiões periféricas ou remotas, intermédias, que compõem a maioria da terra rural, e regiões rurais economicamente integradas, muitas vezes próximas de grandes cidades. As mudanças que os espaços rurais sofreram ou virão a sofrer provocam a sua diversificação. Esta diversidade pode ser classificada, de um modo resumido, em cinco categorias: espaços rurais situados na proximidade de zonas fortemente urbanizadas; espaços rurais de grande utilização turística; espaços rurais de actividades diversificadas; espaços rurais predominantemente agrícolas; e espaços rurais de reduzida acessibilidade (Comissão Europeia, 1999).

De uma forma geral, nos países mais desenvolvidos, as áreas rurais têm vindo a sofrer mutações devido a novos contextos da economia global e da difusão dos modos de vida urbanos. Em meados do século passado os grandes períodos de emigração europeia (em Portugal, particularmente a partir dos anos 60) constituíram um importante factor de perda da população nas áreas rurais, sobretudo nas mais periféricas e, consequentemente, do seu dinamismo. Nas mudanças estruturais da agricultura ressalta-se o decréscimo da população agrícola na Europa que, entre 1960 e 1983, reduziu de 19 milhões para 8 milhões o número de activos agrícolas. Inversamente, verificou-se o aumento do número de agricultores a tempo parcial, principalmente nos países do norte da Europa.

Por um lado, os baixos rendimentos obtidos com a pequena agricultura, associado à atractividade dos modos de vida urbanos, conduziram ao abandono dos mais jovens, que procuraram emprego na indústria e nos serviços e partindo deixaram o campo com uma estrutura etária demasiado envelhecida para a gerar a dinamização deste sector. Por outro lado, as pequenas explorações agrícolas, pouco especializadas, com fracos recursos técnicos e intensivas em mão-de-obra, não conseguem competir com os sistemas monoculturais intensivos voltados para os mercados globais, ficando excluídas dos sistemas de comercialização. Acresce ainda o facto de tradicionalmente o desenvolvimento das áreas rurais estar dependente da agricultura, pelo que, estando esta actividade em perda também este sector regride. Com o decréscimo deste sector, face ao aumento do peso relativo dos restantes, também as áreas rurais vão definhando com a perda de população activa agrícola e, principalmente dos assalariados neste sector, tornando-se áreas pouco dinâmicas em termos demográficos e, consequentemente, económicos.

Nos últimos 40 anos, as explorações agrícolas efectuaram um esforço no sentido da modernização que deu lugar ao surgimento de novas formas, mais intensas, de articulação com o seu entorno e com os mercados mundiais. A modernização rompeu com a estabilidade da agricultura tradicional, estando os sistemas agrícolas modernos envolvidos numa rede tecida pelas empresas agro-industriais e condicionadas pela dinâmica da economia em conjunto com a política agrária. Neste contexto, a pluriactividade surge como uma estratégia de sobrevivência dos agregados familiares agrícolas e das áreas rurais, em todas as formas que, em contextos diferentes, esta possa ter assumido. As mutações

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

registadas nas áreas rurais, fruto das alterações das estratégias dos agregados agrícolas familiares, com a disseminação dos modos de vida urbanos no campo e com o desenvolvimento de novas actividades complementares à agricultura, levaram a um “recentramento da ruralidade, cada vez menos agrícola” (Marques, 1994/5).

As áreas rurais do interior caracterizam-se por serem territórios regressivos, fruto de serem áreas menos dotadas de infra-estruturas e equipamentos, de baixos níveis de rendimento, acentuando a tendência do despovoamento resultante do êxodo para os espaços urbanos, apresentando baixa densidade populacional e um acentuado envelhecimento da população. Neste contexto surge uma questão: como travar este processo e reanimar o mundo rural? As áreas rurais desfavorecidas e interiores vêm a necessidade de criar meios que fixem a população e para tal a criação de serviços é visto como um meio indispensável e proporcionador da qualidade de vida. No entanto, o processo é bastante complexo, quando a densidade populacional se encontra em declínio. O alcance dos objectivos terá que passar em primeira instância pela redução das assimetrias regionais e consequentemente a valorização do meio rural. Como tal, deve pressupor a interligação entre as actividades tradicionais (agricultura, silvicultura, pecuária), que de forma directa ou indirecta, poderão induzir o desenvolvimento de outras actividades reforçando e valorizando a especificidade dos produtos locais e permitindo minimizar o êxodo rural e garantir emprego.

A diversificação da economia rural é defendida por vários autores, e vista como uma necessidade no contexto das políticas comunitárias adoptadas sobretudo no âmbito das reformas da PAC, e como resultado da modificação de políticas e mentalidades, conducente à assunção do campo como um espaço multifuncional, e não somente produtor de alimentos (Pereira, 1999; Cristóvão, 1998; Cavaco, 1994). Em virtude do Mercado Único e à aplicação da Reforma da PAC, “com redução dos preços institucionais e das subvenções e abertura dos mercados regionais a importações competitivas, a par da permeabilidade das fronteiras e da crescente acessibilidade, tender-se-á para a marginalização e mesmo eliminação de algumas das anteriores explorações comerciais, e para a libertação de mão-de-obra ou tempo de trabalho” (Cavaco, 1993, p. 102). De que procede, também, um maior desemprego ou sub emprego, principalmente feminino, dificilmente reconvertível pela idade, formação profissional e nível de instrução.

A diversificação da economia rural advém ainda duma renovação de mentalidades traduzida numa nova conceptualização de espaço rural. Actualmente, como refere Cristóvão (1998, p. 8), “o espaço rural é mais do que um simples fornecedor de alimentos, é, no fundo, um espaço multifuncional”, que é propício a acolher um vasto conjunto de actividades produtoras de bens e serviços variados. Cavaco (1993, p. 103) refere que “à fase de agricolização dos campos sucedeu a diversificação das suas actividades e funções, a actividade agrícola perdeu significado em termos relativos, quanto à produção, emprego e

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

ocupação territorial, enquanto se afirmam as actividades industriais e terciárias e as funções residenciais, turística e ambiental/ecológica”.

O espaço rural sofreu alterações significativas sobretudo a partir da segunda metade do século XX. As populações autóctones abandonaram os campos devido à falta de emprego, aspirando a um melhor nível de vida, sendo sobretudo jovens, o que constituiu a sangria de potencial humano, de força de trabalho, de capital intelectual e político. Aldeias inteiras foram abandonadas, originando encerramento de escolas, lojas e os pequenos centros urbanos do interior que proporcionavam os serviços entraram em declínio, e têm vindo a diminuir a capacidade de retenção da população. Mas apesar da diminuição da população, o mundo rural ainda estimula novos usos e actividades, sendo importante para as sociedades urbanas, que procuram a natureza, novos modos de vida, novas gentes e culturas para aproveitarem a pureza do ar e os odores campestres. Importa pois adaptar as políticas de ordenamento e desenvolvimento do território às novas realidades territoriais destas regiões, articulando os diferentes níveis de intervenção no território, de modo a proporcionar uma maior valorização e aproveitamento das potencialidades e diversidade existente, de modo a manter níveis mínimos de ocupação do território. Assim, as estratégias e decisões de desenvolvimento e investimento na região não devem ser baseadas em abordagens sectoriais, mas ser integradas, nomeadamente no âmbito dos planos de ordenamento de território.

O fundamental é encontrar o motor que quebre a inércia dos espaços rurais, resultante da desvalorização da agricultura com consequências a nível económico, social, cultural e da marginalização destes territórios. Como tal terá de passar pela identificação e valorização do potencial dos recursos de cada região, pois cada espaço constitui-se como uma realidade própria e única, num mix social, cultural, económico, político e ambiental, procurando o equilíbrio entre territórios. Os novos conceitos de desenvolvimento prendem-se com pluriactividade, diversidade, sustentabilidade, multifuncionalidade, territorialidade, especificidade e com cooperação, conceitos de grande aplicabilidade à problemática do mundo rural que, enquadrados por políticas adequadas à peculiaridade de cada região e devidamente financiadas, serão capazes de dar ao espaço rural o seu pleno potencial. O turismo embora não sendo “a panaceia” para resolver o problema do mundo rural, e face ao conjunto de constrangimentos que estruturalmente apresenta (a sazonalidade, as oscilações produzidas pelas modas, as conjunturas económicas e políticas, a concorrência entre destinos, a acessibilidade) poderá dar um contributo relevante no crescimento de serviços, emprego, infra-estruturas e rendimentos.

A política de ordenamento é fundamental para a sustentabilidade dos espaços rurais pois pode contribuir para atenuar o isolamento destas zonas, a pressão urbana e ambiental. O ordenamento do território implica a coerência e articulação na aplicação dos instrumentos de planeamento e ordenamento disponíveis, a promoção de práticas que não danifiquem o meio ambiente, que valorizem os recursos e o

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

património cultural, tornando as regiões mais débeis atractivas para o investimento, criando sinergias e complementaridades com cidades de pequena e média dimensão. De forma a contrariar a interioridade é necessário dinamizar actividades indutoras de desenvolvimento e emprego, que permitam a fixação de empresas, melhorar a competitividade, criar boas acessibilidades e disponibilizar serviços sociais básicos. Neste sentido o Estado deve intervir através de incentivos para fixar a população, estabelecendo um conjunto de mecanismos que conduzam ao dinamismo económico e empresarial. Mas, é imprescindível a participação das populações e actores locais na revitalização e criação de novos modos de vida, dinamizando assim vilas e aldeias.

A nível local existem importantes capacidades e competências para assumir a direcção da promoção de um processo de desenvolvimento. Um território deve ser viável com base numa perspectiva de desenvolvimento sustentado em que interesses estatais se articulem com os interesses locais, devendo haver um equilíbrio entre um ordenamento do território, o ambiente e as comunidades locais, sendo desta relação que surgirá a competitividade de uma região. O ordenamento de um determinado território será assim a base para a revitalização do mundo rural, valorizando os seus recursos naturais, reforçando uma rede de centros urbanos que apoiem e sustentem os processos de desenvolvimento e reconversão das zonas rurais e assegurando processos de protecção e gestão racional das comunidades, dos recursos e do património.

1.2. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural

O Regulamento do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER (versão portuguesa 16/09/2005) - define o contexto estratégico da política de desenvolvimento rural, incluindo o método de definição das “orientações estratégicas comunitárias” para a política de desenvolvimento rural, bem como do plano estratégico nacional, internamente designado por Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR). De acordo com as orientações Estratégicas Comunitárias para o Desenvolvimento Rural as estratégias de desenvolvimento no próximo período de programação centram-se em torno da: melhoria da competitividade dos sectores agrícola e florestal; melhoria do ambiente e da paisagem; melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e promoção da diversificação; criação de capacidades locais para o emprego e a diversificação.

Neste contexto, o PNDR deve assegurar a coerência do apoio comunitário ao desenvolvimento rural com as orientações estratégicas comunitárias, bem como a coordenação de todas as prioridades comunitárias, nacionais e regionais. O PNDR é o instrumento de referência para a preparação da programação do FEADER e é executado através de um ou mais Programas de Desenvolvimento Rural (PDR).

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

O modelo europeu de desenvolvimento rural sustentável tem vindo a consolidar o carácter multifuncional da agricultura e dos sistemas agro-florestais exigindo que estes se afirmem, com racionalidade económica nas suas valências: económica, ambiental e social.

Num contexto de exigência crescente, o PNDR 2007-2013 define que o desenvolvimento rural terá de assentar numa actividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente atractiva, logo os objectivos da estratégia de desenvolvimento rural sustentável terão de potenciar o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, correcto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais. A concretização deste modelo é, no entanto, difícil nas regiões mais frágeis, com fortes ameaças de despovoamento, deprimidas economicamente ou com fortes desvantagens naturais, impondo uma acção eficaz no sentido da reposição da atractividade dessas regiões, por forma a assegurar um desenvolvimento harmonioso do território. Assim é ainda fundamental o reforço da coesão territorial e social e a promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural. Neste contexto, O PNDR considera estes 5 objectivos estratégicos como enquadramento do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013. Como princípios orientadores para os objectivos estratégicos foram definidos:

- Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal
 - i. Rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola
 - ii. Valorização da qualidade certificada dos produtos e processos produtivos¹
 - iii. Apoio à inovação e ao desenvolvimento empresarial
 - iv. Melhoria da qualidade e da segurança alimentar:
 - v. Desenvolvimento de infra-estruturas básicas
- Ordenamento do espaço rural e Gestão sustentável dos recursos naturais
 - i. Reordenamento dos espaços florestais na perspectiva da gestão integrada dos territórios
 - ii. Promoção e valorização de serviços ambientais e práticas agrícolas sustentáveis
 - iii. Incentivo às iniciativas integradas economia/ambiente

¹ Neste caso, tratamento dos produtos de qualidade, DOP's, IGP's e outros, na perspectiva da competitividade.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

- iv. Optimização da Gestão dos Recursos Naturais
- Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais
 - i. Implementação de serviços básicos para a economia e populações rurais
 - ii. Valorização do património rural
 - iii. Apoio à criação e desenvolvimento de micro-empresas
 - iv. Apoio à diversificação para actividades económicas complementares à agricultura
- Reforço da coesão territorial e social
 - i. Intervenção pública na dinamização de projectos locais em territórios sem sustentabilidade social
- Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural
 - i. Qualificação dos agentes de desenvolvimento rural
 - ii. Aumento dos níveis de participação e responsabilização dos agentes na concepção e gestão das políticas
 - iii. Reorientação da intervenção das entidades para a satisfação do utilizador
 - iv. Potenciar a integração das novas tecnologias na acessibilidade, produção e gestão do conhecimento.

2. Estudos de Caracterização

2.1. Espaços Rurais: conceito e aplicação

2.1.1. Urbano e Rural

Uma das classificações de tipologias de freguesias mais utilizada é a derivada da tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos, sendo resultado de um trabalho conjunto desenvolvido pelo INE) e pela DGOTDU, tendo a 158ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística, publicada no Diário da República, IIª Série de 11 de Setembro de 1998 aprovado a referida tipologia bem como a aplicação da mesma às freguesias do Continente. Os Princípios base de construção desta tipologia são os seguintes:

- A freguesia é a unidade geográfica de análise;
- As áreas urbanas são definidas a nível de concelho;
- As freguesias que integram uma área urbana têm que ter contiguidade espacial;
- A classificação estatística atribuída pelo INE em Julho de 96 (freguesias urbanas, semi-urbanas e rurais) é o suporte da actual estrutura de definição das áreas urbanas, sendo complementada e ajustada, espacial e funcionalmente, em função de critérios de planeamento. Os critérios de funcionalidade/planeamento tidos em conta foram os seguintes: taxa de variação da população residente e número de alojamentos, 1981-91; categoria administrativa das freguesias; propostas dos PDM's ratificados e dos PROT aprovados; ocupação sazonal dos alojamentos.
- As freguesias pertencentes a sedes de concelho, embora com comportamentos demográficos muito diferenciados, não são integradas em Áreas Predominantemente Rurais.

A tipologia das Áreas Urbanas é composta por três níveis, dos quais dois são urbanos: Áreas Predominantemente Urbanas (APU). São áreas que integram:

- As freguesias urbanas (freguesias que possuem densidade populacional superior a 500 hab/Km2 ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes);
- As freguesias semi-urbanas (freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab/Km2 e inferior ou igual a 500 hab/Km2, ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes) contíguas às freguesias urbanas.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

- As freguesias urbanas incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;
- As freguesias semi-urbanas, constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;
- As freguesias sedes de Concelho com população residente superior a 5.000 habitantes.

Áreas Medianamente Urbanas (AMU). Integram as freguesias semi-urbanas não incluídas na área predominantemente urbana e as freguesias sedes de Concelho não incluídas na área predominantemente urbana. Finalmente as Áreas Predominantemente Rurais (APR), constituem os restantes casos.

Desta forma, na Região Norte, verifica-se que existem 864 freguesias predominantemente rurais (42,6%), 677 freguesias medianamente urbanas (33,4%) e 487 freguesias predominantemente urbanas (24%). Contudo, analisando a nível de NUTS, verificam-se situações significativamente diferentes. Assim, na NUT Alto Trás-os-Montes 94% das freguesias são freguesias predominantemente rurais, sendo também a maioria das freguesias da NUT Douro predominantemente rurais (72,4%). Por outro lado, na NUT Grande Porto apenas uma freguesia é predominantemente rural. Em termos de freguesias predominantemente urbanas refira-se a sua predominância na NUT Grande Porto, enquanto nas NUTS Alto Trás-os-Montes, Minho – Lima e Douro as freguesias predominantemente urbanas representam menos de 10% do total de freguesias da NUT.

NUT III		Freguesias		
		APU	AMU	APR
Alto Trás-os-Montes	N.º	11	13	374
	%	2,8	3,3	94,0
Ave	N.º	111	100	32
	%	45,7	41,2	13,2
Cávado	N.º	91	146	28
	%	34,3	55,1	10,6
Minho-Lima	N.º	23	135	132
	%	7,9	46,6	45,5
Douro	N.º	18	65	218
	%	6,0	21,6	72,4
Grande Porto	N.º	112	17	1
	%	86,2	13,1	0,8
Entre Douro e Vouga	N.º	35	30	15
	%	43,8	37,5	18,8
Tâmega	N.º	86	171	64
	%	26,8	53,3	19,9

Fonte: INE/DGOTDU, Elaboração UTAD-GETER 2007

Quadro. 1. *Distribuição das freguesias por tipologia de áreas urbanas, nas NUTS III*

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

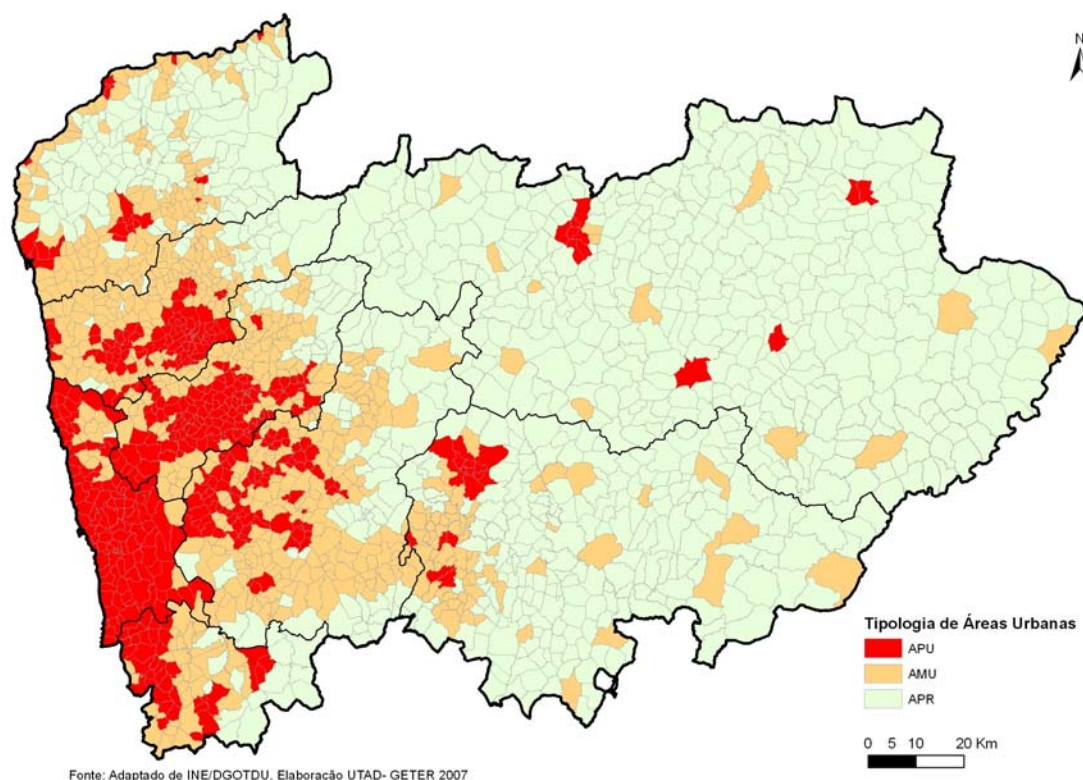


Fig. 1. Tipologia de áreas urbanas na Região Norte

Tendo por base esta tipologia foi definida uma tipificação de freguesias em que é feita uma distinção entre freguesias urbanas e freguesias rurais. Assim, foi tido em consideração que as freguesias urbanas correspondem às freguesias predominantemente urbanas e às freguesias medianamente urbanas sede de concelho, sendo as freguesias rurais as freguesias predominantemente rurais e as freguesias medianamente urbanas que não são sede de concelho. Assim, resultou numa tipologia de freguesias urbanas/rurais.

Em termos globais da Região Norte (NUTII) verifica-se que existem 1504 freguesias rurais, que representam mais de 74% das freguesias da região.

Analisando a nível de NUTS III, verifica-se um predomínio das freguesias rurais nas NUTS Alto Trás-os-Montes (94,7%), Ave (53,9%), Cávado (65,3%), Minho - Lima (91,4%), Douro (89%), Entre Douro e Vouga (56,3%) e Tâmega (70,7%), ou seja apenas na NUT Grande Porto existem mais freguesias urbanas que freguesias rurais.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

NUT III		Freguesias	
		Urbanas	Rurais
Alto Trás-os-Montes	N.º	21	377
	%	5,3	94,7
Ave	N.º	112	131
	%	46,1	53,9
Cávado	N.º	92	173
	%	34,7	65,3
Minho-Lima	N.º	25	265
	%	8,6	91,4
Douro	N.º	33	268
	%	11,0	89,0
Grande Porto	N.º	112	18
	%	86,2	13,8
Entre Douro e Vouga	N.º	35	45
	%	43,8	56,3
Tâmega	N.º	94	227
	%	29,3	70,7

Fonte: INE/DGOTDU, Elaboração UTAD-GETER 2007

Quadro. 2. Distribuição das freguesias por tipologia de áreas urbanas, nas NUTS III

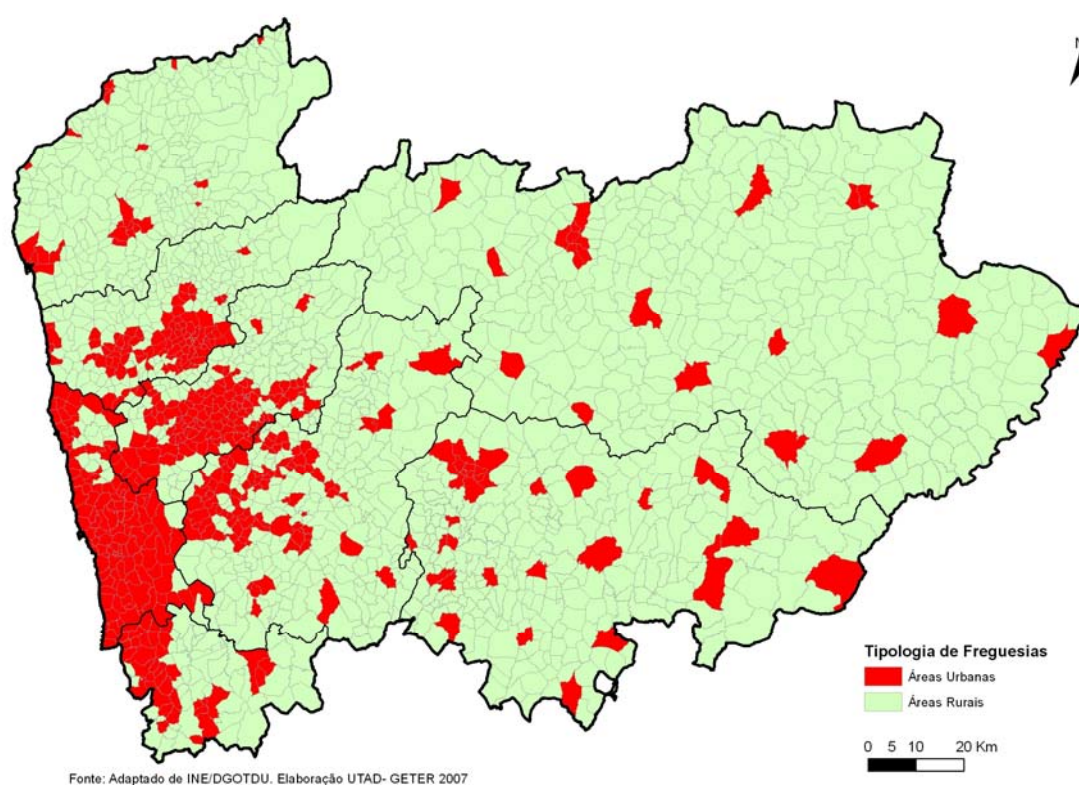


Fig. 2. Tipologia de freguesias (urbanas/rurais) na região Norte

2.1.2. As várias tipologias de espaços

Antes de desenvolver uma análise dos espaços rurais da Região Norte, importa analisar algumas abordagens realizadas bem como algumas tipologias feitas em Portugal que caracterizem os espaços rurais. Importa perceber que tipos de metodologias têm sido utilizados, bem como analisar alguns resultados obtidos.

Programa de Desenvolvimento Rural²

Na base da definição das zonas rurais do Continente esteve a definição da OCDE, adaptada à realidade portuguesa. Em resultado da aplicação destes critérios/metodologia resultou a distribuição geográfica dos territórios rurais indicada na figura seguinte, onde se evidencia a grande extensão das áreas rurais, que se encontra na quase totalidade classificada como região desfavorecida, com uma densidade populacional muito baixa e significativamente inferior à média do Continente e da EU.

Na fase de caracterização, o plano retrata algumas situações que importa referenciar, no que se refere à comparação das áreas rurais, com a situação global da ruralidade do continente e com a média da União Europeia. Antes de mais refira-se que as zonas rurais apresentam uma densidade populacional reduzida registando perdas populacionais, em consequência da diminuição dos mais jovens, tendo os mais idosos aumentado a sua importância. A pressão populacional sobre as zonas periurbanas aumentou expressivamente, registando-se um aumento importante destas áreas. No que respeita às acessibilidades, as zonas rurais, em média, estão a uma distância ao urbano mais dinâmico muito superior à média registada no Continente.



Fonte: MADRP, Programa de Desenvolvimento Rural, 2006

Fig. 3. Delimitação da ruralidade no Continente português

² MADRP (2006b). Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013 (Versão Dezembro 2006). Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa. Disponível em <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/>

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Contexto Socio-económico	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Ruralidade	Extensas áreas rurais	Extensas áreas em zona desfavorecida.
População	Crescimento da população pela imigração. Evolução positiva das acessibilidades rodoviárias, com redução significativa do tempo de deslocação.	Baixa densidade populacional. População rural envelhecida. Saída de população das zonas rurais para as zonas urbanas e peri-urbanas. Fracá atractibilidade das Zonas Rurais.
Economia		Baixa produtividade de trabalho dos sectores nas Zonas Rurais Deterioração dos termos de troca do sector agrícola. Sector terciário insuficientemente desenvolvido nas Zonas Rurais.
Emprego	Desemprego menor que a média da UE	Desemprego dos jovens elevado. Actividade reduzida nas zonas rurais. Peso elevado do emprego na agricultura.
Utilização do território	Peso significativo de áreas florestais. Peso significativo de áreas naturais.	Aumento dos territórios artificializados. Perdas das áreas agrícolas. Pequena dimensão da propriedade. Deficiente estrutura da exploração.

Fonte: MADRP, Programa de Desenvolvimento Rural, 2006

Quadro. 3. Contexto socio-económico - Pontos fortes e pontos fracos

Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal - Uma Análise Empírica³

O projecto “O QCA III e os Espaços Rurais” teve como objectivo central o acompanhamento da execução do QCA III ao nível do concelho, através de um instrumento de análise centrado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social do território, no papel que o eixo agro-rural aí pode desempenhar e nas consequências, para Portugal, da diminuição da ocupação agrícola, que pode arrastar um acentuado êxodo rural de reflexos negativos (desertificação, deterioração ambiental e paisagística, perda de identidades culturais).

“Os desequilíbrios existentes implicam custos adicionais elevados, em termos de dotação em equipamentos e infra-estruturas, numa grande parte do território nacional. Por seu lado, o envelhecimento demográfico e o despovoamento exigem a adaptação dos equipamentos actualmente existentes em muitas zonas do país”. Salienta-se ainda o facto de as regiões portuguesas se

³ Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/Observatório do QCA III, Desenvolvimento Rural e Ruralidade em Portugal: Uma Análise Empírica. Coordenação: Nuno Vitorino, Paulo Areosa Feio e Bruno Dimas, 2004

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

encontrarem em fases muito distintas do processo de desenvolvimento, com “significativas diferenças nas condições de vida da população, na densidade e eficiência do tecido económico e na capacidade de oferta de emprego”, originando uma concentração elevada da população nessa área geográfica.

O oposto deste fenómeno acontece na quase totalidade das unidades territoriais do interior do país, onde a população se encontra em regressão, causando o despovoamento de alguns territórios e abandono de pequenas aglomerações rurais, criando o risco de desertificação. O peso dos idosos na população total é uma pressão para a continuação destas tendências.

No reconhecimento da “fragilidade estrutural da agricultura”, o texto do QCA refere que esta actividade é portadora de acentuados contrastes regionais: “a importância da agricultura e silvicultura portuguesas no conjunto da economia tem vindo a diminuir, sobretudo ao longo dos últimos dez anos. No entanto, o complexo agro-florestal detém ainda um peso considerável na economia portuguesa, como resulta da sua contribuição para o emprego e VAB totais”, em particular em zonas deprimidas do país. “Em Portugal, coexistem agriculturas muito diferenciadas, resultantes nomeadamente das disparidades regionais, das condições edafoclimáticas e de certas debilidades estruturais”.

Descrever o território na óptica dos seus atributos agrícolas e rurais representa um exercício pleno de opções. Face à polissemia do termo “agro-rural” foi utilizada uma abordagem que projecta este conceito num quadro de análise composto por vectores, dimensões, variáveis e indicadores, ou seja, com uma configuração idêntica à abordagem das problemáticas sub-regionais do QCA III. Os vectores considerados prendem-se com os objectivos e preocupações do projecto “O QCA III e os Espaços Rurais”, procurando-se dar seguimento ao contraste acentuado entre o desenvolvimento de territórios rurais e os restantes territórios; tendo sido investigado também o papel da agricultura no território e foram ainda introduzidos e analisados outros aspectos do território.

Pretendia-se conhecer o grau de ruralidade dos concelhos de Portugal continental, circunscrever as características e potencialidades agrícolas e considerar as potencialidades dos territórios. Os três vectores de análise serão cruzados transversalmente nas suas dimensões humana, económica e física, correspondentes aos três domínios prioritários de intervenção do QCA III: a valorização do potencial humano, o apoio à actividade produtiva e a estruturação do território.

Foi considerado, no concernente à avaliação do “grau de ruralidade” dos territórios que esta implica, com frequência, a construção de tipologias de zonas rurais. Contudo, a ausência de uma definição unívoca de “rural” desaconselhou a aposta nessa via metodológica e constituiu um entrave à operacionalização do termo, que aqui se desejava alcançar.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Foi ainda tido em consideração e como ponto de partida que nos países da União Europeia, as definições recorrentes “apoiam-se numa multiplicidade de critérios, não existindo em muitos casos uma definição oficial. As tipologias mais comuns baseiam-se fundamentalmente em critérios quantitativos – densidade populacional, dimensão dos lugares e emprego agrícola – sendo nalguns casos considerada a utilização dos solos e outros indicadores de natureza económica e social. Em vários casos rural é o espaço residual não urbano”.

Tendo presentes estas possibilidades formulou-se uma leitura da ruralidade que reúne algumas variáveis referenciadas aquando da abordagem das problemáticas do desenvolvimento territorial e foram-lhes acrescentadas outras de maior especificidade, assim: à densidade demográfica e à dispersão urbana juntou-se o peso da população agrícola familiar para exprimir a vertente humana do rural; para a económica observa-se novamente a parcela do VAB atribuída à agricultura e silvicultura, introduzindo-se igualmente dois indicadores do emprego no sector agrícola; por fim, quantificou-se a dimensão física da ruralidade através da percentagem da área concelhia ocupada por agricultura e floresta.

A análise de clusters aplicada ao conjunto das variáveis pertinentes nesta fase do estudo conduziu à consideração de quatro "Zonas de Potencialidades Agro-Rurais" (ZPAR): “Rendibilidade agrícola”, “Rural misto”, “Dinâmica populacional” e “Rural social”.

Por outro lado as Zonas de Problemáticas QCA III obtidas foram definidas em quatro grupos: “Competitividades”, “Oportunidades”, “Desafios” e “Fragilidades”. Estas podem ser caracterizadas sumariamente:

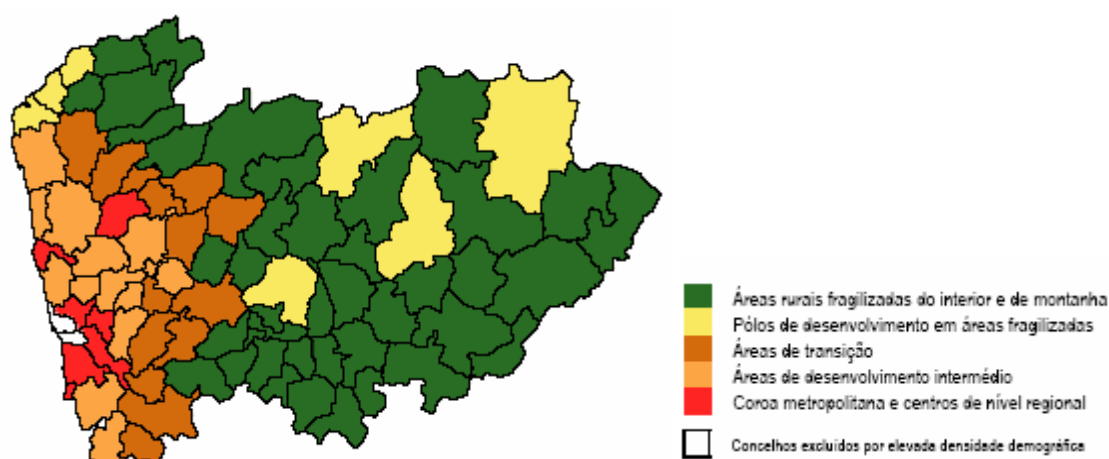
- Os concelhos incluídos em “Competitividades” formam uma zona de dinâmicas endógenas com situações concelhias diferenciadas face à Sustentabilidade demográfica e sectorial e à Exclusão, social e económica. O papel territorial das “ilhas de competitividades” é diferente do papel das zonas contíguas em torno dos concelhos do Porto e de Lisboa
- A zona “Oportunidades” tem tido, relativamente aos restantes territórios, um desenvolvimento com maior coesão social, denotando oportunidades de prossecução desse modelo sem pressões demográficas, sectoriais e sociais fortes no curto prazo. Alguns dos concelhos “ilhas” podem constituir importantes pólos de inversão de fragilidades dos territórios envolventes.
- A zona “Desafios”, tendo em conta a reconversão industrial mundial em curso, está sujeita a alterações conjunturais mais profundas que as outras. Assim, apesar dos aspectos endógenos positivos que a caracterizam, há que equacionar os grandes desafios que enfrenta este território mal posicionado em termos de Competitividade e Exclusão social: terá de transformar

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

o elevado emprego existente em emprego mais qualificado e com maior produtividade, para impulsionar dinâmicas de desenvolvimento geradoras de riqueza, educação e acessibilidades.

- A ZPQCA "Fragilidades" carece de intervenções públicas exógenas, que invertam o declínio que vem manifestando. São espaços que necessitam de ver contrariadas as tendências negativas endógenas, através de choques exógenos com incidência específica na exclusão social (em particular, o cluster "Fragilidades"/Exclusão social) e na exclusão económica (em particular, o cluster "Fragilidades"/Desemprego). Caso contrário, o risco de, a prazo, cerca de metade do território de Portugal continental ficar despovoado torna-se muito elevado.

Conjugando as zonas de potencialidades agro-rurais com as zonas problemáticas QCA III, foram definidos cinco tipos de áreas, que se apresentam na figura seguinte, as correspondentes à Região Norte.



Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Observatório QCA III, 2004

Fig. 4. Zonas de intersecção de problemáticas QCA III e potencialidades agro-rurais - Região Norte

Designação	Inserção territorial	Características/necessidades/potencialidades
Áreas rurais fragilizadas do interior e de montanha ("Fragilidades" e "Rural social")	Mancha de território, salpicada de ilhas de "Oportunidades", que se prolonga para sul. Faz fronteira a ocidente com a área de transição "Desafios" - "Rural misto".	Modelo social de agricultura com papel importante na inserção económica. Potencialidades em termos de ambiente e paisagem. Necessita de apoio a iniciativas de desenvolvimento local e de intervenções exógenas, para inverter trajectória negativa, e de medidas de combate específico à exclusão social
Pólos de desenvolvimento em áreas fragilizadas ("Oportunidades" e "Rural social" ou "Rural misto")	Concelhos rodeados de espaço rural fragilizado ou extensões de sistemas urbanos litorais	Concelhos com nível de desenvolvimento intermédio, alguns com dificuldades decorrentes da inserção em espaço mais atrasado. Podem potenciar a zona envolvente, sendo desejável o apoio a equipamentos urbanos de nível subregional e efeito difusor (saúde, educação, formação profissional) e o estímulo à atracção e fixação de actividades económicas. Modelo social de agricultura com alguma importância na inserção económica.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Designação	Inserção territorial	Características/necessidades/potencialidades
Áreas de transição ("Desafios" e "Rural misto")	Mancha de território na transição de um espaço rural fragilizado para zona de "Desafios" - "Dinâmica populacional"	Apesar dos aspectos endógenos positivos, enfrenta desafios decorrentes da reconversão industrial mundial em curso, pois está mal posicionada em termos de <i>Competitividade</i> e <i>Exclusão social</i> . A importância significativa da actividade agrícola de estrutura minifundiária, apesar dos baixos rendimentos, confere-lhe um papel importante em períodos de transição e ajustamento sectorial que envolvam desemprego conjuntural.
Áreas de desenvolvimento intermédio ("Desafios" e "Dinâmica populacional")	Mancha de território com vizinhanças distintas: espaço "Desafios" - "Rural misto", de um lado, e zona de "Competitividades" - "Dinâmica populacional", do outro.	Apesar dos aspectos endógenos positivos, enfrenta desafios decorrentes da reconversão industrial mundial em curso, pois está mal posicionada em termos de <i>Competitividade</i> e <i>Exclusão social</i> . Para além disso, enfrenta riscos de destruição do espaço rural e, portanto, de desordenamento do território devido ao crescimento populacional acentuado
Coroa metropolitana e centros de nível regional ("Competitividades" e "Dinâmica populacional")	Mancha de território com descontinuidades rodeada de "Desafios", sobretudo em áreas urbanizadas	As potencialidades demonstradas arrastam, contudo, um crescimento populacional com riscos de destruição do espaço rural aqui incluído e, portanto, de desordenamento do território. O seu poder de atracção pode continuar a contribuir para o despovoamento do espaço rural do interior e de montanha

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Observatório QCA III, 2004

Quadro. 4. *Inserção territorial, características, necessidades e potencialidades*

Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento⁴

Através da informação dos Censos 2001, Ferrão (2001) actualizou e aprofundou o conhecimento das dinâmicas territoriais do país e, simultaneamente, averiguou em que medida as alterações ocorridas nos últimos anos reflectem a existência de trajectórias de desenvolvimento diferenciadas regionalmente.

Mais do que desenhar um retrato do presente interessou ao autor entender o significado das mudanças verificadas nos últimos anos à luz dos movimentos estruturais que caracterizam a evolução recente da sociedade portuguesa, sendo que a visão integrada (no espaço) e dinâmica (no tempo) sugere um duplo pano de fundo analítico. No conjunto, foi a evolução das espácio-temporalidades que procurou entender nas várias partes do país.

Com base numa análise baseada em dados de evolução 1991-2001 ao nível da freguesia, nomeadamente com indicadores de evolução, permitiu identificar a intensidade das mudanças ocorridas durante esta década. A utilização de dados espacialmente desagregados por freguesia justificou-se por apenas assim ser possível detectar diferenciações que o nível municipal necessariamente oculta. Foram assim considerados quatro domínios de observação: ocupação do território, famílias, empregabilidade e

⁴ FERRÃO, João (2001), *Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal 1991 - 2001*

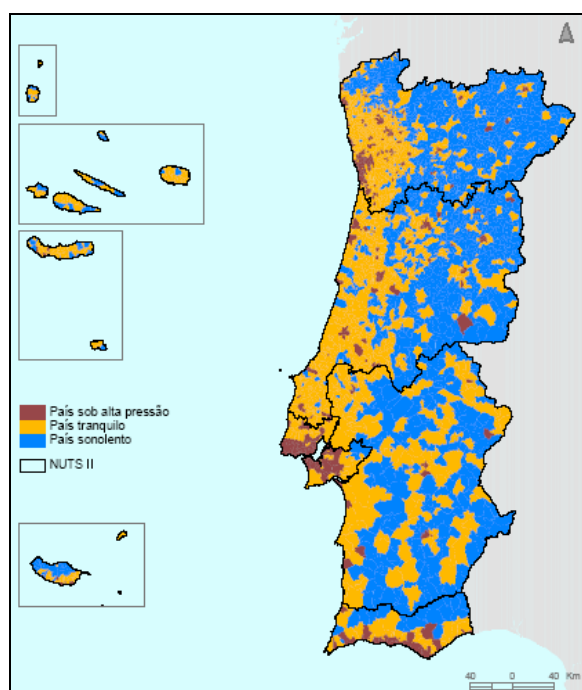
ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

condições de vida, no qual o conceito de poliedro do desenvolvimento procurou imprimir uma visão integrada, sistémica, desses vários domínios.

Foram definidas duas tipologias de freguesias, sendo uma tipologia desagregada em três classes e outra tipologia em seis classes. Na primeira das tipologias, as freguesias do país foram agregadas em três categorias, simbolicamente referenciadas por “país sob alta pressão”, “país tranquilo” e “país sonolento”.

A referência a “alta pressão” coincide com as manchas metropolitanas e urbanas do país, onde se conjugam resultados particularmente elevados nos indicadores de atracção, densificação e qualificação dos recursos humanos. Complementarmente, a incidência de população estrangeira e dos casamentos sem registo é também bastante superior à verificada no conjunto do país. Trata-se do Portugal que, por razões de dimensão, qualidade e abertura, maior capacidade revelou para se transformar e desenvolver ao longo da última década do século XX.

No pólo oposto coloca-se o “país sonolento” que coincide em grande parte com o interior do país, embora revele uma particular incidência nas regiões Norte e Centro. Os indicadores aqui sobre-representados sugerem um círculo vicioso de subdesenvolvimento difícil de romper: repulsão demográfica, despovoamento, envelhecimento, estabilização ou mesmo degradação do capital humano. Complementarmente, o aumento de alojamentos sazonais e a diminuição das taxas de emprego confirmam a natureza sonolenta desta vasta parcela do país, sendo o Portugal perdedor ao longo dos anos em análise.



Fonte: Ferrão, 2001

Fig. 5. Tipologia de freguesias em 3 classes

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

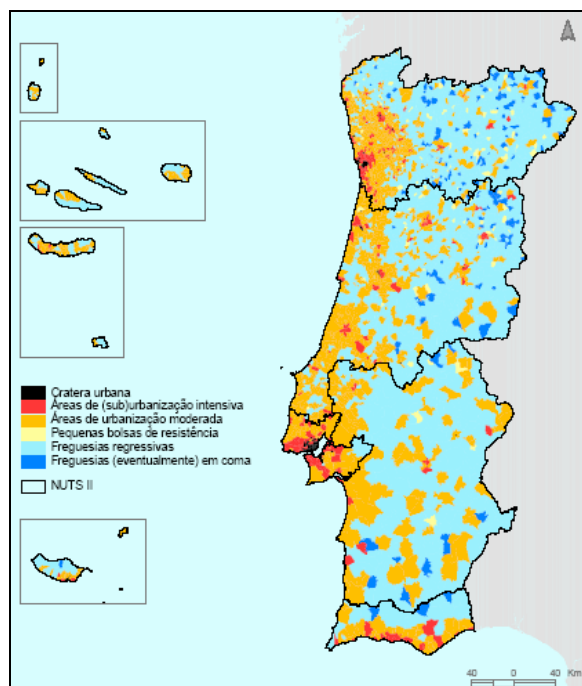
Em situação intermédia coloca-se o “país tranquilo”, isto é, um conjunto amplo de áreas onde as evoluções ocorridas ao longo da última década do século XX foram relativamente moderadas. Espraiando-se maioritariamente pelo litoral, mas com um número significativo de pequenos e médios afloramentos no interior, o Portugal tranquilo é, sob todos os aspectos, o país intermédio, o país da transição. Em termos gerais, no entanto, revela uma trajectória de evolução mais próxima da que se verifica nos territórios do “Portugal sob alta pressão”.

Uma leitura estritamente visual da geografia desta tipologia pode, no entanto, suscitar alguma ilusão de óptica. O Portugal sob alta pressão engloba, em 2001, 11% das freguesias, 46% da população residente e certamente bastante mais de metade do produto nacional. Inversamente, o Portugal sonolento inclui 45% das freguesias, 11% da população residente e uma percentagem ainda inferior do produto.

Uma tipologia mais fina, embora construída a partir da mesma base de informação, permitiu identificar seis classes ou categorias de freguesias:

- as crateras urbanas, áreas urbanas com decréscimo populacional, geralmente coincidentes com os centros históricos das cidades de grande ou média dimensão;
- as áreas de (sub)urbanização intensiva, que envolvem geograficamente as “crateras urbanas” ou correspondem aos núcleos centrais de cidades de média e pequena dimensão e/ ou com um posicionamento menos maduro no respectivo ciclo de vida urbano;
- as áreas de urbanização moderada, que correspondem a uma segunda ou terceira auréola em torno das principais aglomerações urbanas, mas também a afloramentos de natureza mais pontual dispersos pelo interior do país;
- as pequenas bolsas de resistência, que reflectem a existência de aglomerações de reduzida dimensão ou de localizações com condições que, não sendo muito positivas, se destacam, ainda assim, favoravelmente das categorias com resultados mais problemáticos;
- as freguesias regressivas, isto é, uma vastíssima área do país com resultados negativos, face à média nacional ou mesmo em termos absolutos, em vários dos indicadores dos quatro domínios de observação considerados (ocupação do território, famílias, condições de vida e empregabilidade);
- as freguesias (eventualmente) em coma, situações de natureza mais pontual, mas com particular incidência nas regiões Norte e Centro interior e ainda no Baixo Alentejo/Serra Algarvia, onde a evolução regressiva ocorrida ao longo da década de 90 atinge valores excepcionalmente críticos.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS



Fonte: Ferrão, 2001

Fig. 6. Tipologia de freguesias em 6 classes

Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas⁵

Procedendo de um amplo levantamento e análise das variáveis disponíveis entre os múltiplos sistemas de informação, combinando métodos de análise multivariada, evoluindo para uma tipologia hierárquica de territórios rurais, o trabalho reúne um contributo para dar resposta a algumas preocupações:

- Ao nível da sua concepção e aplicação, a delimitação eficaz do âmbito territorial de actuação, ou de prioridades territoriais para determinadas medidas, atendendo à diversidade infra – regional;
- Ao nível do seu acompanhamento, a estruturação de grelhas inter/intra regionais para a ventilação dos indicadores relevantes;
- Ao nível de avaliação, o conhecimento dos impactes regionais e infra-regionais do actual período de programação e a contribuição para o debate sobre a política de desenvolvimento rural para o pós-2006.

O projecto partiu de uma abordagem do desenvolvimento dos territórios rurais centrada em quatro noções: fileira, agente, competitividade e território. Em termos de fileiras refira-se que os territórios rurais

⁵ GPPAA, projecto “Portugal rural: territórios e dinâmicas”. Com colaboração do Professor Fernando Oliveira Baptista (ISA/UTL), do Dr. Manuel Rosa (MADRP) e do Eng. Cabral Rolo (MADRP).

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

podem ser atravessados por quatro tipos de fileiras, os quais se distinguem pela escala e natureza dos respectivos processos de regulação política e económica:

- fileiras alimentares longas, em que a regulação económica e política por jusante apela para contextos distantes;
- fileiras alimentares curtas, baseadas na construção de uma imagem de produto ligada a um território e/ou um modo de produzir específico;
- fileiras não alimentares baseadas na diversificação (turismo rural, caça, restauração local) de agentes ainda ligados à agricultura, em que recursos previamente agrícolas (terra, construções, saberes) se reconvertem para novos usos;
- fileiras diversas não directamente ligadas à agricultura (mobiliário, têxtil, indústria automóvel, hotelaria e restauração ligados, por exemplo, ao turismo de massa, construção de espaços residenciais...).

Entre os diversos agentes presentes num território rural contam-se, nomeadamente, os diversos intervenientes das fileiras que nele se cruzam, bem como autarquias e outros agentes institucionais, existindo ainda agentes não presentes no território que acabam por ter uma influência (OMC, Comissão Europeia, Conselho “Agricultura” da UE...). Entre os agentes das fileiras produtivas, refiram-se os agricultores e famílias, as unidades de transformação e comercialização de alimentos, bem como empresas industriais e de serviços, centros de formação, IED, agências de crédito, etc.. Na maior parte de Portugal, as explorações agrícolas apresentam um reduzido nível de especialização produtiva, pelo que as fileiras não se cruzam só no território mas também nas explorações agrícolas. Isto faz com que o conceito de sistema de produção agrícola seja tão importante como o de fileira, quando se pretende apreender os impactes de mudanças de políticas ou de mercado sobre os agentes da produção agrícola. O peso das diversas produções animais e/ou vegetais no conjunto da exploração é avaliado através da respectiva orientação técnico económica. Outro dos aspectos relevantes do sistema de produção agrícola é o modo de produzir, o uso que faz da terra, etc.

A ideia de competitividade apreende-se talvez mais facilmente ao nível da fileira. Os diversos intervenientes na fileira procuram antever a evolução do mercado, assumem riscos e inovam na fileira. Além disso, o cumprimento de normas de produção é cada vez mais uma pré-condição para se estar no mercado, pelo que esta dupla necessidade de inovar e de respeitar normas impostas por jusante leva a configurar toda a fileira tendo em conta a procura no mercado. O sucesso das fileiras no ajustamento a mercados e normas de produção em constante mutação mede-se pela sua capacidade de manter e atrair recursos produtivos num contexto concorrencial aberto, isto é pela sua competitividade. Uma vez

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

que a competitividade foi entendida num sentido amplo, inclui o respeito por normas sociais, nomeadamente de sustentabilidade ambiental, pode-se falar de uma competitividade sustentável. A mesma noção de competitividade aplica-se às diversas empresas em concorrência num mesmo elo de uma fileira, ou mesmo aos diversos territórios em concorrência global pela localização do investimento público e privado, pelos recursos humanos ou pela localização de centros de excelência tecnológicos. Se alargada à sua versão “competitividade sustentável”, a competitividade territorial adquire um sentido próximo do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes económica, social e ambiental.

A delimitação dos territórios de “Portugal rural” obedeceu a dois critérios nem sempre sobreponíveis, pelo que, no produto final, se optou por mantê-los separados:

- o primeiro assenta em índices de competitividade agrícola e de dinâmica sócio-económica do território, os quais revelam também, indirectamente, o peso relativo das fileiras de base agrícola e não agrícola no padrão geral de especialização do território;
- o segundo assenta no padrão de especialização agro-florestal do território.

Estes dois critérios permitem estabelecer uma tipologia de territórios rurais com três níveis hierárquicos, sendo que:

- o primeiro nível hierárquico (7 grandes territórios) releva o primeiro critério (isoladamente, ou conjuntamente com o segundo critério no caso dos territórios do Norte e Centro do Continente);
- o segundo nível (55 meso-territórios) releva essencialmente do segundo critério, distinguindo-se os meso-territórios pelo seu distinto padrão de especialização agro-florestal;
- o terceiro nível hierárquico (168 territórios) subdivide espaços relativamente homogéneos, quanto aos dois critérios anteriores, com base em considerações de contiguidade espacial.

A apresentação dos 7 grandes territórios requer uma breve explicação do modo de construção dos índices de competitividade agrícola e de dinâmica global utilizados. Estes índices resultaram de uma análise factorial de 11 variáveis, as quais se esperava estarem, positiva ou negativamente, associadas à competitividade agrícola ou global do território.

A análise factorial ligou as primeiras 6 variáveis ao eixo 1 (competitividade agrícola) e as restantes 5 ao eixo 2 (dinâmica sócio - económica). A observação do plano definido por aqueles dois eixos factoriais, permitiu distinguir quatro grandes grupos de situações:

-
- | | Dinâmica Sócio-Económica | Competitividade Sectorial da Agricultura |
|--|--------------------------|--|
| | Rural Frágil | Agricultura Frágil |
| | | Agricultura Competitiva |
| | Rural Dinâmico | Agricultura Frágil |
| | | Agricultura Competitiva |

Fig. 7. Competitividade da Agricultura e Dinâmica Sócio-Económica na Região Norte

Na região Norte do Continente (e no centro), o cinzento (elevada dinâmica sócio - económica) distribui-se ao longo do litoral, parcialmente interrompido por algumas bolsas a verde, e surge na forma de ilhas isoladas associadas às cidades do interior (Chaves, Vila Real). Este padrão reflecte a localização predominantemente litoral do desenvolvimento da indústria e dos serviços, conjugada (excepto nas bolsas verdes) com uma fragilidade agrícola decorrente da reduzida escala de produção. Caminhando do litoral para o interior, passamos rapidamente a uma faixa amarela, que traduz grande fragilidade nos domínios global e agrícola, esta última devida à reduzida escala de produção e à localização em montanha, limitadora das oportunidades de intensificação e diversificação agrícola. Finalmente, passamos a uma faixa castanha (elevada competitividade agrícola), que se aproxima do litoral ao longo

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

do Douro vitícola e que traduz uma maior dimensão das explorações ou actividades produtivas mais ricas, como a vinha de qualidade.

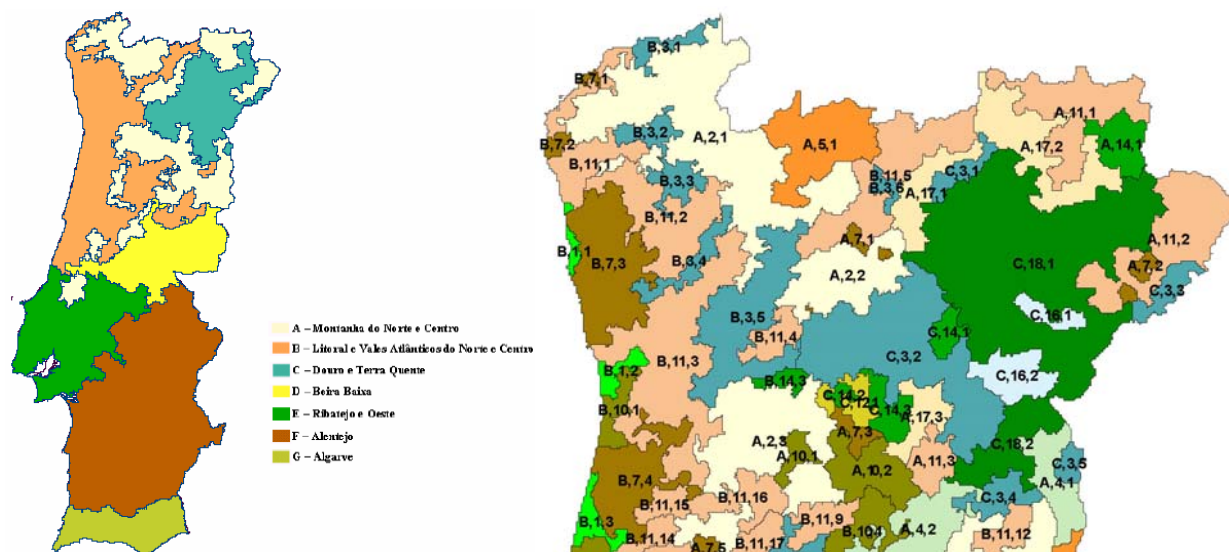
Devido à grande extensão da região Norte, procedeu-se à sua separação em 3 grandes territórios, segundo os padrões de especialização agro-florestal. Neste caso, a distribuição geográfica destes padrões reflecte claramente o relevo vigoroso destas regiões, no que se refere não só à presença incontornável da montanha mas também ao carácter atlântico do litoral e ao carácter mediterrânico do vale interior do Douro. Assim na região Norte temos:

- Grande território A – Montanha do Norte e Centro, em que dominam as especializações “herbívoros em pastoreio”, frequentemente em polipequária mas por vezes com clara especialização “bovinos de carne”, “leite” ou “ovinos”; nas montanhas mais interiores emergem as especializações “arvenses (centeio) dominando policultura”; “batata” e “soutos”;
- Grande território B – Litoral e Vales Atlânticos do Norte e Centro, onde dominam as especializações “arvenses (milho) dominando policultura”, “leite”, “hortícolas” e “batata”, bem como, a partir de uma certa distância do litoral, a especialização “vinha”;
- Grande território C – Douro e Terra Quente, onde dominam as especializações “vinha”, “olival”, “ovinos” e “amendoal”, aparecendo, localmente, em maior altitude, as especializações “fruteiras” (maçã) e “soutos”.

No continente foram identificados 55 meso-territórios (2º nível da hierarquia) e 168 territórios de 3º nível, respectivamente associados à opção Grandes Territórios e Territórios. Nos grandes territórios, as variáveis grandes usos do território (dominância relativa do montado), representatividade do regadio na SAU, intensidade do sistema agrícola (peso dos pousios e pastagens permanentes pobres na SAU), dimensão média de SAU por exploração contaram como elementos discriminantes na delimitação dos territórios, a complementar a orientação fundamental de homogeneidade do padrão de especialização agro-florestal.

Face ao quadro de referência de dinâmica/fragilidade agrícola e global, a delimitação dos territórios revela-se sobreponível, verificando-se coincidências (parciais) entre territórios, OTEs e manchas de competitividade. Exemplo deste facto são os territórios onde domina a orientação leite, seja no Litoral e Vales Atlânticos, seja na Montanha, a orientação horticultura do Norte e Centro, os territórios de Douro vitícola em Douro e Terra Quente.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS



Fonte: GPPAA, projecto "Portugal rural: territórios e dinâmicas"

Fig. 8. Portugal Rural: os grandes territórios e os Territórios da Região Norte

População, Agricultura e Espaços "Rurais" de Portugal no Século XX⁶

O trabalho, numa primeira fase apresenta a evolução, ao longo do século XX, do significado do sector agrícola na sociedade portuguesa e das dinâmicas populacionais, exceptuando a alusão à mobilidade interna da população – nos sentidos da "litoralização" e da "multipolaridade" – que foi feita sob a óptica global do Continente. Conhecida a diversidade regional, o autor achou pertinente fixar-lhe os contornos geográficos à luz da situação no findar do século, tendo o feito a nível concelhio. Tais contornos mostram-se no esboço de um mapa do espaço "rural" que se apresenta de seguida.

Importa fazer uma advertência: o "rural" que se desenhou, embora tenha reflectido outro conjunto de elementos, tem como variáveis nucleares de suporte a população a viver em aglomerados "com menos de 2 000 habitantes" (e "isolada" – conceitos dos Censos) – densidade rural – e os sectores expressivos do emprego (agricultura vs indústria/serviços). Uma leitura breve: o "rural de baixa densidade", estendendo-se por mais de 60% da superfície territorial do Continente concentrava pouco mais de 10% dos residentes no final do século XX, ficando-se por menos de 10% no contributo para a economia nacional.

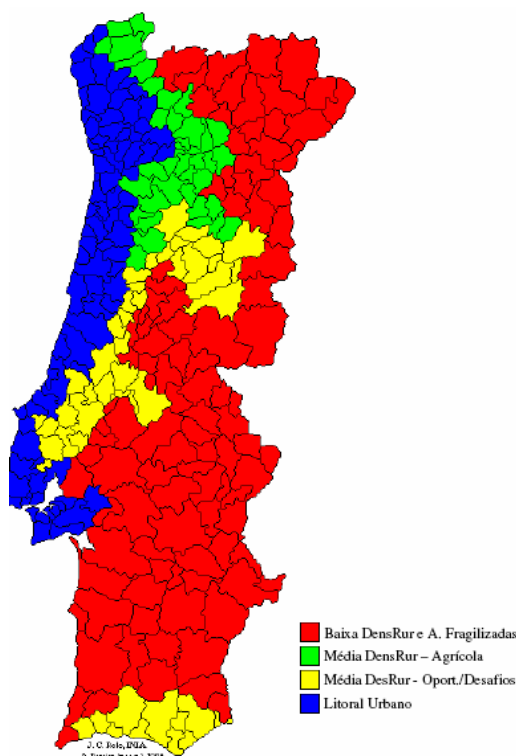
A expressão com algum significado do sector agrícola e florestal sobressai no "rural de média densidade – agrícola" e, sobretudo, no "rural de baixa densidade". Contudo, em todos os espaços delimitados o predomínio no gerar de valor económico é, claramente, do sector dos serviços.

⁶ J. Cabral Rolo, "Seminário Evolução da Família Agrícola" – INIAP/EAN, 10 de Novembro 2004

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

O destaque vai, naturalmente, para o “litoral urbano”: com menos de 10% da superfície agrícola utilizada (SAU), detém a primeira posição no emprego de mão-de-obra (em unidades de trabalho ano – UTA) e é responsável por mais de 30% do valor económico agrícola.

O “rural de baixa densidade” (onde pontifica toda a região mais interior), congregando 75% da SAU, não se distancia muito da relevância económica do “litoral urbano”. Já a porção de agricultura que cabe ao “rural de média densidade – agrícola” é a mais modesta no confronto dos espaços esboçados.



Fonte: J. Cabral Rolo, 2004

Fig. 9. Um mapa do rural

Sistema urbano nacional: rede complementar⁷

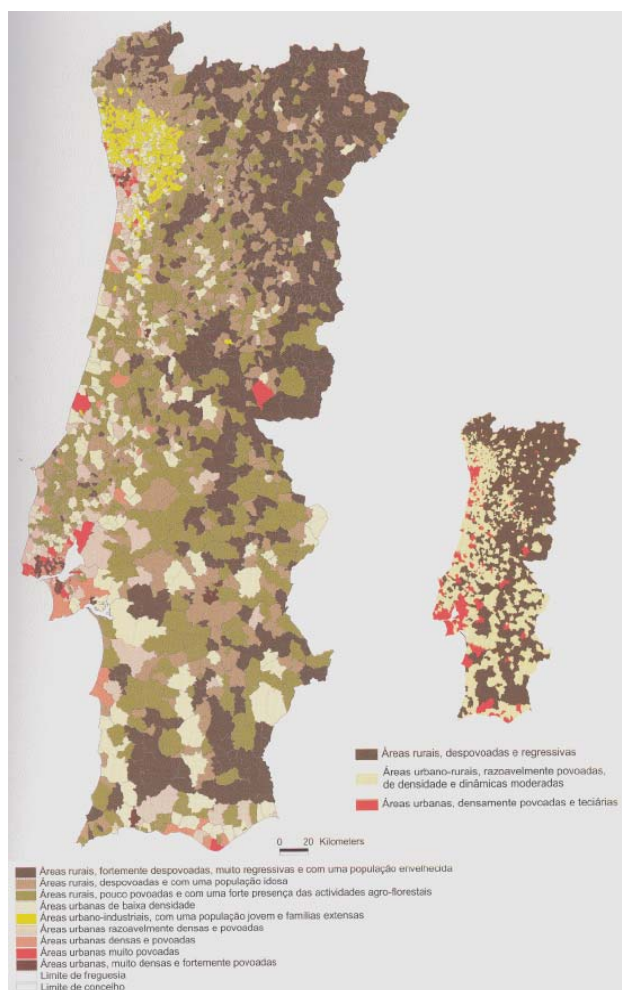
Na procura de identificação de sistemas residenciais que incorporam as características da população residente (densidades, estrutura etária da população, sector de actividade da população residente activa, dimensão as famílias, dinâmicas absolutas e relativas), procurou-se uma aproximação às características das populações que residem e usam o território, tendo sido utilizados indicadores referentes a 1991 (importa perceber a metodologia e as tipologias definidas).

⁷ MARQUES, Teresa Sá (coord) (2002). Sistema urbano nacional: rede complementar, Lisboa, DGOTDU/ Dep. Geografia FLUP, 2002.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Procurando sistematizar e simplificar o que à partida é complexo, e correndo os riscos que implica segmentar o que não é divisível, foram considerados vários tipos de territórios de modo a expressar a heterogeneidade e diversidade territorial existente. Assim foram definidas três grandes classes: áreas rurais, despovoadas e regressivas; áreas urbano-rurais, razoavelmente povoadas, de densidade e dinâmicas moderadas; e áreas urbanas, densamente povoadas e terciárias.

Considerando uma tipologia mais desagregada foram definidas 9 classes: áreas rurais, fortemente despovoadas, muito regressivas e com uma população envelhecida; áreas rurais, despovoadas e com uma população idosa; áreas rurais, pouco povoadas e com uma forte presença de actividades agro-florestais; áreas urbanas de baixa densidade; áreas urbano-industriais, com uma população jovem e famílias extensas; áreas urbanas razoavelmente densas e povoadas; áreas urbanas densas e povoadas; áreas urbanas muito povoadas; áreas urbanas, muito densas e fortemente povoadas.



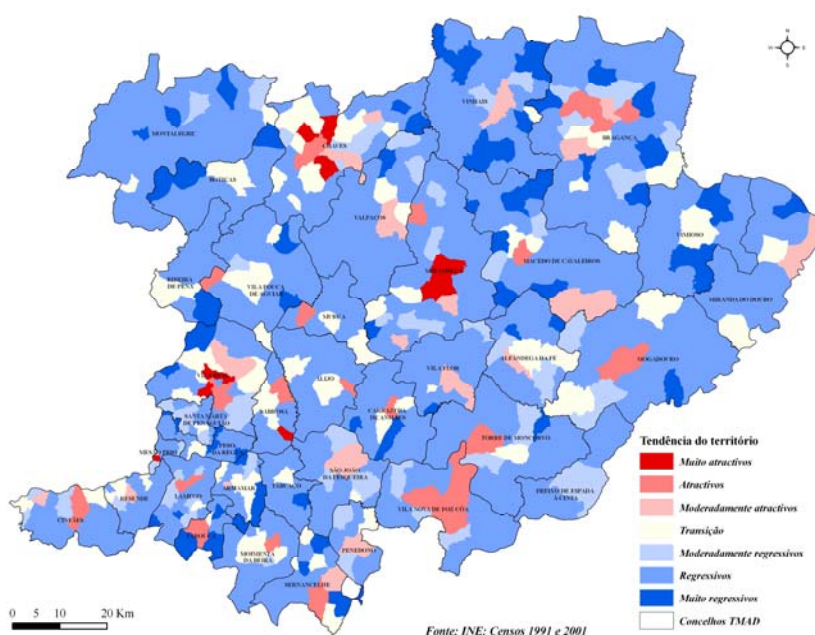
Fonte: DGOTDU, 2002

Fig. 10. Mosaico Populacional em 1991

A Desruralização nas Regiões Interiores de Portugal⁸

O relatório é o resultado de uma abordagem da ruralidade da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, baseada em indicadores de índole diversificada, tendo como principais fontes de informação os Censos e os Recenseamentos Agrícolas, através dos quais foi possível fazer uma abordagem das tendências evolutivas e do estado do território, bem como das mudanças da ruralidade, das funções e diversificação do espaço rural, do despovoamento e envelhecimento, as transformações do sector agrícola, nomeadamente a nível superfície agrícola utilizada, os produtores agrícolas singulares e a população agrícola, explorações agrícolas, produção agrícola, entre outros aspectos.

Numa análise detalhada da evolução recente (1991 a 2001) em termos populacionais foram definidas 7 classes de diferentes tipos de evolução do território, nomeadamente: territórios muito regressivos; territórios regressivos; territórios moderadamente regressivos; territórios em transição; territórios moderadamente atractivos; territórios atractivos; e territórios muito atractivos.



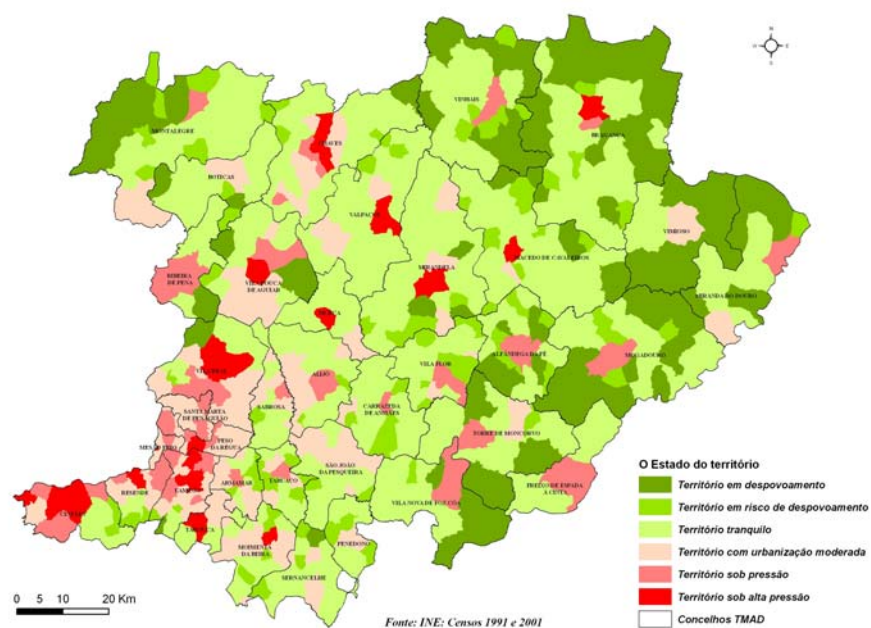
Fonte: Azevedo, N.; Ramos, L. (2006)

Fig. 11. Evolução do território de TMAD, por freguesia, em 2001

Numa análise mais ao nível do povoamento e ocupação do território, foram definidas 6 classes referentes ao estado dos diferentes territórios, nomeadamente: território em despovoamento; território em risco de despovoamento; territórios tranquilos; territórios de urbanização moderada; territórios sob pressão; territórios sobre alta pressão.

⁸ Azevedo, N.; Ramos, L. (2006) – “A desruralização nas regiões interiores de Portugal: o caso de Trás-os-Montes e Alto Douro”

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS



Fonte: Azevedo, N.; Ramos, L. (2006)

Fig. 12. O estado dos diferentes territórios de TMAD, por freguesia, em 2001

2.2. As facetas do rural

Uma abordagem dos espaços rurais implica o conhecimento do território nalgumas dimensões, nomeadamente: ocupação do território; distribuição da população e povoamento; as condições de vida (infra-estruturação do território, equipamentos colectivos e serviços) e as estruturas produtivas.

2.2.1. Ocupação do território

A abordagem da ocupação do território implica, entre outros, uma reflexão sobre as principais características físicas, nomeadamente em termos de distribuição das altitudes, bem como a distribuição da pluviosidade e das temperaturas.

A região Norte é um território heterogéneo, marcado por realidades sub-regionais diferenciadas e bastante vincadas, tanto do ponto de vista natural como socioeconómico e etnocultural. Salienta-se a presença de importantes relevos dispostos em paralelo à linha de costa, constituindo uma barreira à penetração para o interior dos ventos húmidos, sendo esta barreira constituída por um conjunto de serras, entre as quais se destacam: Argá, Gerês, Peneda, Amarela, Cabreira, Soajo, Alvão, Marão, Padrela, Montemuro e Freita. Na parte a ocidente destas serras surgem as áreas com as altitudes mais baixas e onde se concentra uma parte significativa da população da Região Norte, correspondendo na generalidade a áreas onde a altitude é inferior a 400 metros.

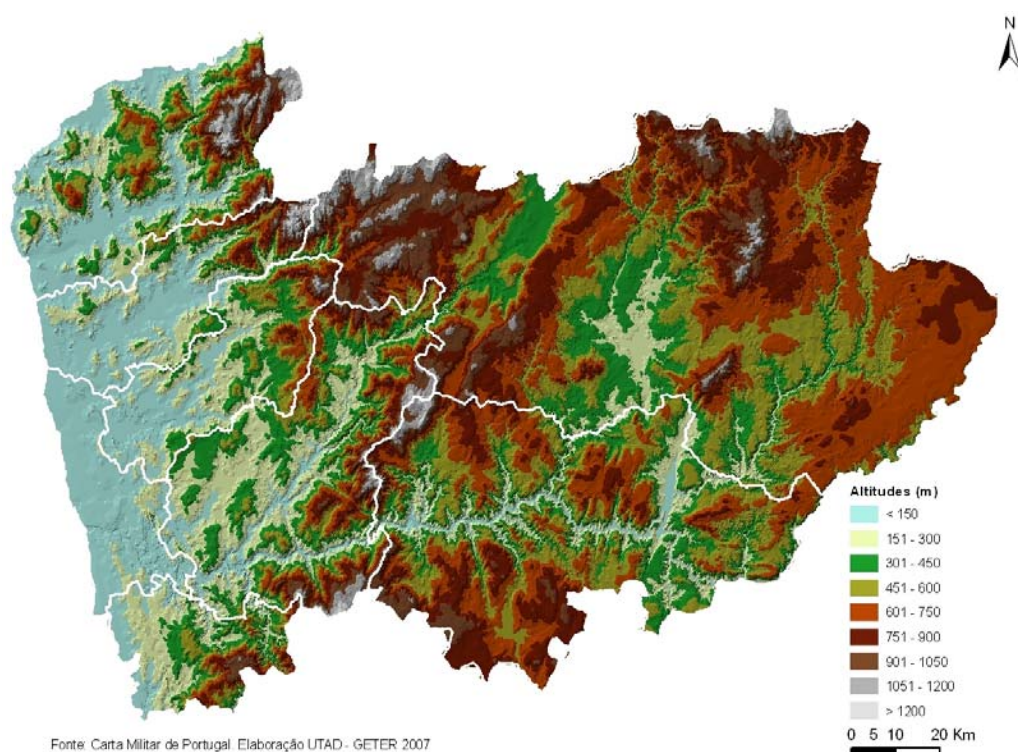


Fig. 13. Distribuição das altitudes (metros) na região Norte

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Na parte Este da região, limitada pela chamada barreira de condensação a oeste e a Este pelas Serras da Coroa e de Montesinho e pelos Planaltos de Castilla y León e a Sul pelo Planalto Beirão surge um relevo acidentado, formado por uma sucessão de planaltos com uma altitude próxima dos 700 m, fortemente dissecada pelo rio Douro e pelos seus afluentes, o Sabor, o Tua, o Pinhão e o Corgo, na margem direita, e o Côa, o Torto, o Távora e o Varosa, na margem esquerda. Alguns afluentes aproveitaram falhas tectónicas que deram origem a grabens e depressões, como é o caso do vale de Vila Pouca de Aguiar, veiga de Chaves, vale da Vilarica e a depressão de Mirandela. Acima dos planaltos, onde sobressai, na continuação da meseta setentrional espanhola, o Planalto Mirandês, erguem-se as montanhas situadas nos principais interflúvios, destacando-se a Serra da Padrela, da Nogueira, de Bornes e de Mogadouro, as quais não ultrapassam os 1 500m.

Uma observação da distribuição das altitudes segundo três classes (inferior a 400m, entre 400 e 700 m e superior a 700 m) permite verificar que a generalidade dos espaços urbanos se encontram na classe com as altitudes mais baixas, apenas surgindo algumas das cidades do interior em altitudes entre 400 e 700 metros. Acima dos 700 metros encontram-se apenas pequenos aglomerados, os quais correspondem a áreas onde as perdas populacionais têm sido mais significativas desde a segunda metade do século XX, sobretudo na parte mais oriental da região.

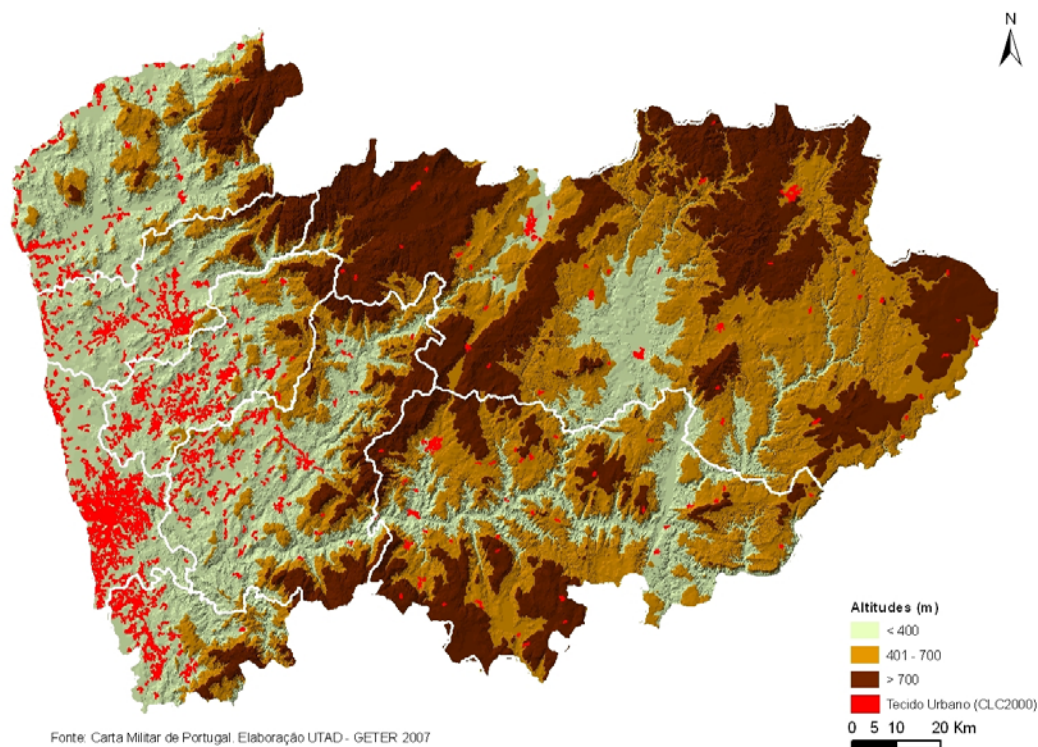


Fig. 14. Distribuição das altitudes (metros) segundo 3 classes de altitudes na região Norte

O oceano Atlântico actua como elemento regulador da temperatura, quer sobre os valores mínimos no Inverno quer sobre os valores máximos no Verão. Conforme nos deslocamos para o Interior da região,

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

com a influência das montanhas, o arrefecimento no Inverno e aquecimento no verão é mais sentido. Assim, no noroeste o clima é atlântico, com uma temperatura média mais baixa, uma amplitude de variação anual menor com uma precipitação anual geralmente superior a 1000 mm. Nas altitudes superiores a 700/800 m, o clima de montanha caracteriza-se por temperaturas mais baixas, com verões mais frescos e curtos e Invernos mais frios e marcados por precipitações abundantes.

Comparando a distribuição da precipitação com a distribuição das altitudes verifica-se que são as zonas montanhosas, em particular as mais próximas do litoral, onde a precipitação atinge valores mais elevados.

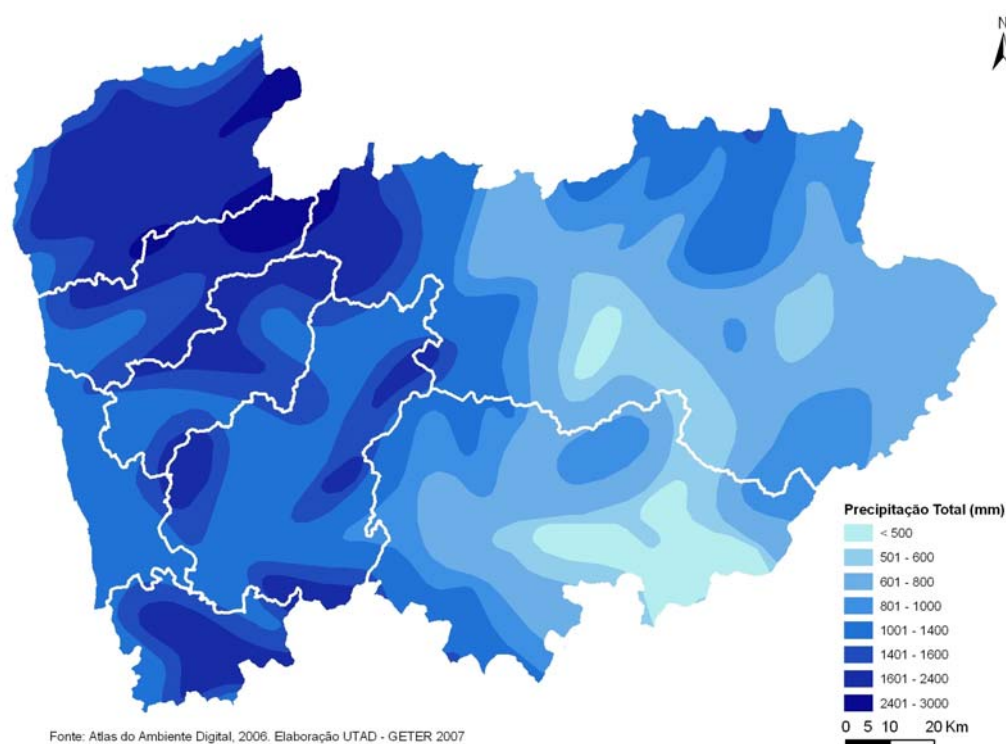


Fig. 15. Distribuição da precipitação total média anual (mm) na região Norte, entre 1931 e 1960

A existência da barreira de condensação, que se apresenta como um obstáculo às massas de ar húmido provenientes do oceano, faz com que os valores de precipitação mais elevados ocorram nesta zona. A subtração da região às influências marítimas influencia o clima, de modo a que à medida que se caminha para o interior se acentuam a dureza dos Invernos e o calor e secura estivais. Esta faixa interior já sofre os efeitos dos ventos do interior da Península, dando-lhe um carácter marcadamente continental, onde é possível distinguir a terra fria de planalto⁹ e a terra fria de montanha¹⁰. Entre os 400 e os 600-

⁹ A Terra Fria de Planalto, apesar de manter a dureza do Inverno, já possui verões mais quentes, em parte devido às altitudes mais baixas, que se encontram entre os 600-700 e os 1000 metros. Os menores valores de precipitação são suportados por espécies como o carvalho negral, a azinheira e as estevas. Nos locais mais húmidos surge o castanheiro, sobretudo nos planaltos de Bragança, Miranda do Douro e Mogadouro.

¹⁰ A Terra Fria de Montanha é caracterizada por um clima frio e húmido com condições para a manutenção de pastos naturais. As espécies características são o vidoeiro, o teixo e as urzes. Surge em altitudes superiores a 1000 metros, principalmente ao longo da barreira de condensação e a norte de Bragança.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

700 metros surge uma zona de transição, que corresponde à transição entre a terra fria e a terra quente, na envolvente do Douro e no vale do Tâmega, apresentando características mediterrânicas vincadas, com valores de temperatura e precipitação intermédios. Finalmente, nos vales abaixo dos 400 metros configuram a designada terra quente, onde a relativa amenidade dos Invernos se opõem a secura e os valores elevados de temperatura na época estival, sendo onde as características de mediterraneidade são mais visíveis, abrangendo todo o vale do Douro, e penetra pelos vales do Tua do Sabor.

A distribuição da temperatura média do ar encontra-se em sentido contrário da precipitação, sendo no litoral mais amena, enquanto no interior as amplitudes térmicas são maiores. Salienta-se o vale do Douro e os vales do Tua e Sabor pelos elevados valores de temperatura média, enquanto nas áreas montanhosas, as temperaturas são mais baixas no verão e no Inverno atingem valores baixos.

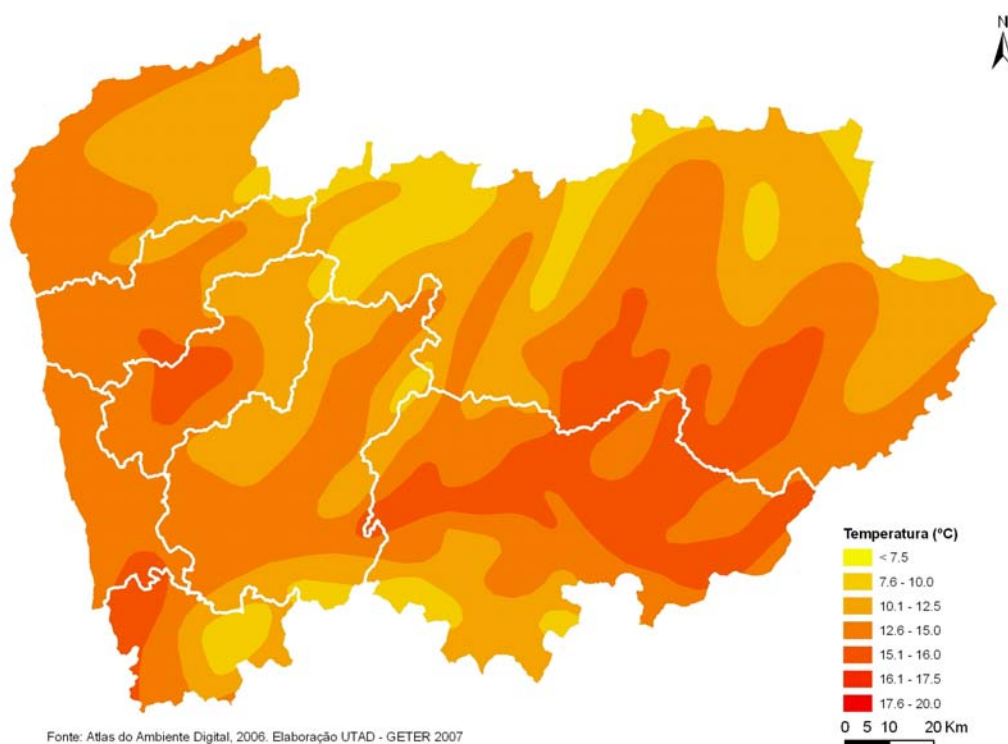


Fig. 16. Distribuição da temperatura média do ar (°C), na Região Norte, entre 1931 – 1960)

A vegetação segue fielmente este panorama climático, onde se cruzam influências mediterrânicas, continentais ou até atlânticas, de modo que pela sua distribuição se podem identificar algumas características climáticas, apesar das actividades humanas na alteração do meio. Desde sempre que o Homem procurou tirar partido das condições edafo-climáticas existentes, de modo a sobreviver num meio pouco favorável. Assim, enquanto que o vale ou a “veiga”, com melhores solos, foram reservados às hortas, a montanha e o planalto, ou a “serra” prestavam-se à silvo-pastorícia. O substrato rochoso fornecia materiais de construção (granito, xisto e ardósia) e em profundidade recursos minerais como o

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

ferro, o estanho, a prata ou o ouro. Este último já explorado desde os Romanos, assim como as virtudes das águas termais que se alinham ao longo da grande falha Vérin-Régua.

À riqueza de recursos está associado um povoamento que desde sempre se concentrou mais na parte Oeste, evitando o interior agreste e próximo de Castela e Leão. A abertura de novas vias de comunicação e a entrada de Portugal na União Europeia levaram a que a região se desenvolvesse e procurasse um lugar num meio económico competitivo. Este tem que se apoiar na diversidade natural e paisagística da região, que desde sempre aproveitou os seus recursos. O futuro passa pela modernização agropecuária, associada à certificação de produtos de qualidade, pela exploração sustentada dos recursos minerais e florestais e pela optimização de áreas alternativas como o turismo, a energia geotérmica e o transporte ferroviário e fluvial de mercadorias.

A existência de situações ecológicas diversas, fruto do relevo acidentado, torna a região de TMAD propícia ao aparecimento de diferentes habitats. A ocupação humana ao longo dos tempos introduziu um cunho característico nas diversas paisagens, contribuindo para uma sucessão de espaços naturais e espaços humanizados onde se procede à utilização dos recursos existentes. A essa diversidade soma-se o isolamento relativo e a baixa ocupação humana, resultado da fraca acessibilidade de muitos locais, o que permitiu a sobrevivência de algumas áreas em estado quase selvagem e a permanência de usos tradicionais do solo. Muitas dessas áreas encontram-se em zonas montanhosas ou em vales fluviais que constituem enclaves valiosos do ponto de vista ambiental. Muitos espaços foram classificados como áreas protegidas às quais se acrescentaram os Biótopos Corine, que encerram em si condições para a sobrevivência de espécies ameaçadas. Em conjunto, estes espaços têm que ser articulados fazendo parte da Rede Natura 2000, onde se encontram áreas naturais de interesse comunitário. As áreas com interesse natural e paisagístico podem constituir um importante suporte para a exploração de novas vertentes turísticas como é o caso do ecoturismo ou do turismo de aventura, quando correctamente geridos.

A análise dos usos do solo de um determinado território constitui uma fonte de informação sobre o respectivo estado de ordenamento, das dinâmicas socio-económicas que ocorrem, assim como da possibilidade de se intervir no sentido de alterar ou reordenar os usos dominantes. Um adequado ordenamento do uso do solo deve permitir a melhoria da qualidade de vida das populações, otimizar o uso dos recursos e valorizar a qualidade ambiental da região. Numa abordagem da ocupação do território importa perceber a ocupação do solo, nomeadamente em termos globais, bem como perceber a ocupação em termos agrícolas e florestais e a ocupação em termos de tecido urbano e respectivas dinâmicas.

Em termos globais, na Região Norte, mais de metade do território está ocupado por floresta e meios semi-naturais (51,3%), sendo também significativa a área com ocupação agrícola (44,3%), enquanto os

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

territórios artificializados ocupam 3,64% do território da região, sendo a ocupação por superfícies com água e meios aquáticos reduzida (inferior a 1%). Sublinha-se a maior ocupação por territórios artificializados no sector mais ocidental da região, enquanto no interior se destaca a presença das áreas com ocupação agrícola.

Ocupação	Área (ha)	Área (%)
Floresta e meios-semi-naturais	1091410	51,27
Meios aquáticos	510	0,02
Superfícies com água	15998	0,75
Territórios artificializados	77575	3,64
Áreas com ocupação agrícola	943405	44,31

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo global.

Quadro. 5. Distribuição da ocupação do solo na Região Norte

Relativamente às várias NUTS III sublinha-se a importância da floresta e meios semi-naturais na NUT Minho – Lima (66,4%) e na NUT Entre Douro e Vouga (68,3%), enquanto na NUT Grande Porto a sua importância é diminuta (32,7%). Relativamente à ocupação agrícola destaca-se a sua predominância nas NUT Alto Trás-os-Montes (53,5%) e na NUT Douro (49,4%), sendo a representatividade significativamente mais baixa na NUT Entre Douro e Vouga (22,6%). No que respeita aos territórios artificializados salienta-se a sua importância na NUT Grande Porto (30,7%), enquanto na NUT Alto Trás-os-Montes representa apenas 0,5% do território da NUT, sendo mesmo equivalente ao território ocupado com superfícies com água.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

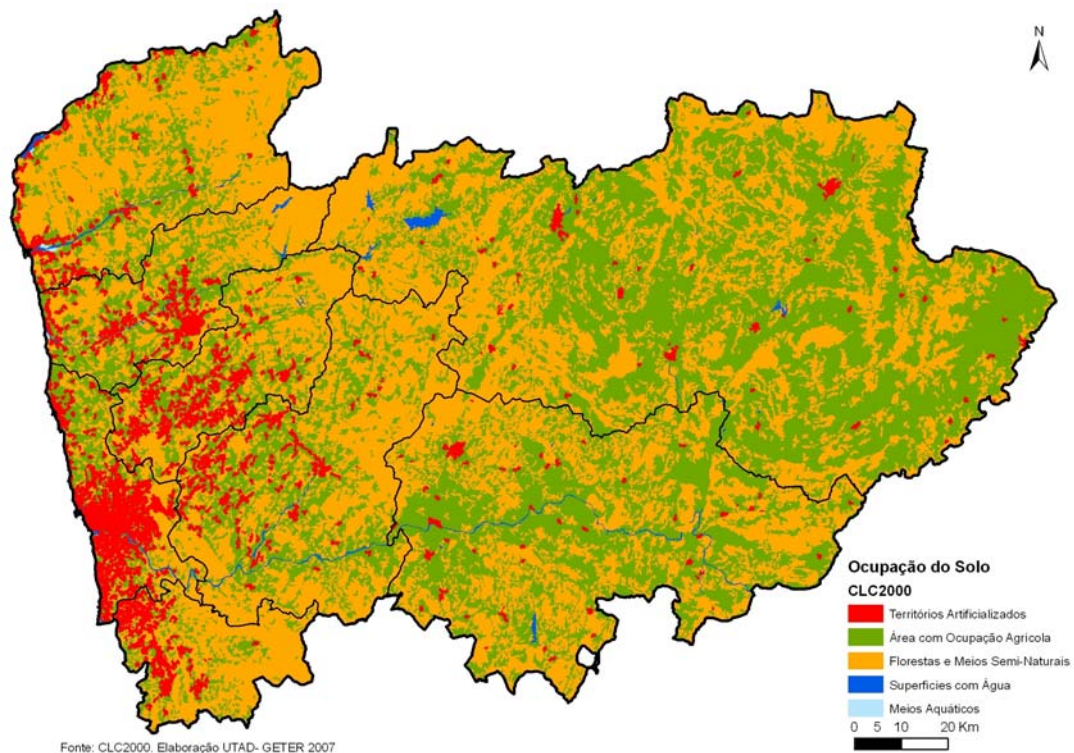


Fig. 17. Carta de ocupação do solo (global)

NUT III			Floresta e meios semi-naturais	Áreas com ocupação agrícola	Territórios artificializados	Superfícies com água e meios aquáticos
Alto Trás-os-Montes		Área (ha)	371526	437068	4420	4224
		(%)	45,5	53,5	0,5	0,5
Ave		Área (ha)	64137	48089	11877	522
		(%)	51,5	38,6	9,5	0,4
Cávado		Área (ha)	66607	47386	9141	1441
		(%)	53,5	38,0	7,3	1,2
Minho-Lima		Área (ha)	147474	63317	7636	3518
		(%)	66,4	28,5	3,4	1,6
Douro		Área (ha)	201471	202748	3005	3575
		(%)	49,0	49,4	0,7	0,9
Grande Porto		Área (ha)	26603	28558	25017	1272
		(%)	32,7	35,1	30,7	1,6
Entre Douro e Vouga		Área (ha)	58932	19452	7817	26
		(%)	68,3	22,6	9,1	0,0
Tâmega		Área (ha)	154621	96770	8664	1929
		(%)	59,0	36,9	3,3	0,7

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo global.

Quadro. 6. Distribuição da ocupação do solo na Região Norte, por NUTS III

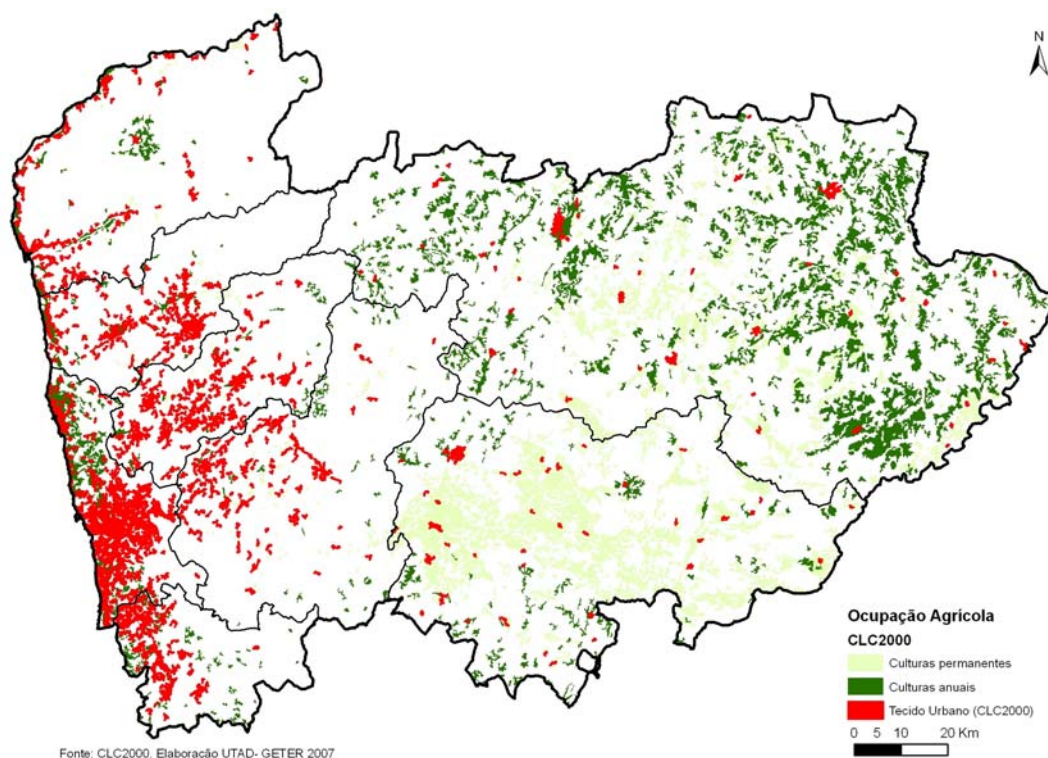
ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

No que respeita à ocupação agrícola importa destacar que as zonas agrícolas heterogéneas representam mais de metade da ocupação agrícola. Em termos de culturas permanentes e culturas anuais refira-se que representam 17,3% e 18,3%, respectivamente, da ocupação agrícola.

Ocupação Agrícola	Área (ha)	Área (%)
Áreas agrícolas com culturas anuais	172897	18,3
Culturas permanentes	163046	17,3
Pastagens	15860	1,7
Zonas Agrícolas heterogéneas	591584	62,7

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação agrícola.

Quadro. 7. Distribuição da ocupação agrícola na Região Norte



Fonte: CLC2000. Elaboração UTAD-GETER 2007

Fig. 18. Ocupação agrícola (culturas permanente / culturas anuais)

Evidencia-se a presença das culturas permanentes na NUT Douro (abrange 49,1% da ocupação agrícola), relacionada com a Vinha, o Olival e os Pomares, e na NUT Alto Trás-os-Montes, enquanto nas culturas anuais se destaca a NUT Alto Trás-os-Montes (126230 ha), e o sector norte da NUT Grande Porto (11272 há). Salienta-se o diminuto peso das culturas anuais e das culturas permanentes no total de ocupação agrícola nas NUTS Ave (5,3% e 2,2%, respectivamente), Cávado (7,1% e 2,4%, respectivamente), Minho – Lima (9,7% e 2,0%, respectivamente) e Tâmega (3,9% e 4,1%, respectivamente) que representam menos de 15% do total de território com ocupação agrícola em cada uma das NUTS. Refira-se ainda a diminuta área ocupada por culturas permanentes nas NUTS Grande

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Porto (28ha, 0,1% da ocupação agrícola) e a inexistência de culturas permanentes na NUT Entre Douro e Vouga.

Culturas anuais/permanentes		Culturas anuais	Culturas permanentes
Alto Trás-os-Montes	Área (ha)	126230	55981
	% da ocupação agrícola	28,9	12,8
Ave	Área (ha)	2527	1043
	% da ocupação agrícola	5,3	2,2
Cávado	Área (ha)	3381	1129
	% da ocupação agrícola	7,1	2,4
Minho - Lima	Área (ha)	6163	1269
	% da ocupação agrícola	9,7	2,0
Douro	Área (ha)	14771	99592
	% da ocupação agrícola	7,3	49,1
Grande Porto	Área (ha)	11272	28
	% da ocupação agrícola	39,5	0,1
Entre Douro e Vouga	Área (ha)	4784	0
	% da ocupação agrícola	24,6	0,0
Tâmega	Área (ha)	3770	4004
	% da ocupação agrícola	3,9	4,1

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo.

Quadro. 8. Ocupação agrícola (culturas permanentes/anuais) na Região Norte, por NUTS III

Relativamente à ocupação florestal e meios semi-naturais destaca-se a predominância das zonas com vegetação arbustiva ou herbácea (580445 ha), que representam 53,2% da ocupação florestal e meios semi-naturais, representando a ocupação de florestas 37,6% (410608 ha) e as zonas descobertas sem ou com pouca vegetação representam apenas 9,2% da ocupação florestal e meios semi-naturais.

Ocupação Florestal e meios semi-naturais	Área (ha)	Área (%)
Florestas	410608	37,6
Zonas com vegetação arbustiva ou herbácea	580445	53,2
Zonas descobertas sem ou com pouca vegetação	100318	9,2

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo.

Quadro. 9. Ocupação florestal e meios semi-naturais na Região Norte

Relativamente às várias NUTS III, refira-se o maior peso das florestas na ocupação florestal e meios semi-naturais nas NUTS Cávado (56,8%), Grande Porto (74,8%) e Entre Douro e Vouga (72,4%), sendo ainda significativa a ocupação das florestas nas NUTS Ave (48,1%), Minho – Lima (40,2%) e Tâmega (43,3%). As zonas de vegetação arbustiva ou herbácea têm maior peso nas NUTS Alto Trás-os-Montes (63%), Ave (50,3%), Douro (67,9%) e Tâmega (51,9%). No que respeita às zonas descobertas sem ou com pouca vegetação salienta-se a maior representatividade nas NUTS Cávado (15,5%) e Minho – Lima

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

(20,6%). No que se refere a área ocupada, em ha, pela floresta destaca-se a NUT Alto Trás-os-Montes (107988ha), apresentando o Grande Porto o valor mais baixo (19907ha).

Relativamente à ocupação da floresta, na Região Norte, destaca-se a predominância da floresta com várias espécies florestais, representando 43% da ocupação da floresta. Contudo, importa perceber a importância da ocupação com folhosas, que representam 22,1% da ocupação da floresta, e da ocupação com resinosas, que representam 34,9% do total de área ocupada por floresta.

Ocupação Florestal e meios semi-naturais		Florestas	Zonas com vegetação arbustiva ou herbácea	Zonas descobertas sem ou com pouca vegetação
Alto Trás-os-Montes	Área (ha)	107988	234058	29479
	%	29,1	63,0	7,9
Ave	Área (ha)	30877	32284	976
	%	48,1	50,3	1,5
Cávado	Área (ha)	37852	18430	10325
	%	56,8	27,7	15,5
Minho-Lima	Área (ha)	59284	57868	30322
	%	40,2	39,2	20,6
Douro	Área (ha)	45141	136726	19604
	%	22,4	67,9	9,7
Grande Porto	Área (ha)	19907	5807	889
	%	74,8	21,8	3,3
Entre Douro e Vouga	Área (ha)	42647	14984	1301
	%	72,4	25,4	2,2
Tâmega	Área (ha)	66912	80288	7422
	%	43,3	51,9	4,8

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo.

Quadro. 10. Distribuição da ocupação florestal e meios semi-naturais na Região Norte, por NUTS III

Em termos globais verifica-se uma disseminação da ocupação de folhosas pela generalidade da região, destacando-se contudo uma maior concentração no limite entre a NUT Tâmega e a NUT Entre Douro e Vouga. A ocupação de resinosas, tal como a ocupação de folhosas, encontra-se disseminada pela região, embora se verifiquem maiores concentrações, nomeadamente nas NUTS Minho – Lima, no sector nordeste do Tâmega e no sector oeste do Alto Trás-os-Montes.

Florestas	Área (ha)	Área (%)
Floresta de várias espécies florestais	176524	43,0
Folhosas	90577	22,1
Resinosas	143507	34,9

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo.

Quadro. 11. Distribuição da ocupação de floresta na Região Norte

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Na ocupação de folhosas destaca-se a sua importância na NUT Alto Trás-os-Montes (38678 ha) representando 35,8% da ocupação das florestas, sendo a sua importância diminuta nas NUTS Cávado (3738 ha) e Minho – Lima (6018 ha) onde a ocupação de folhosas representa apenas 9,9% e 10,2%, respectivamente, do total de ocupação florestal.

A ocupação de resinosas assume particular importância nas NUTS Minho – Lima e Douro, onde representa mais de 50% da ocupação florestal, sendo reduzida a sua importância nas NUTS Ave (11,2%), Cávado (10,7%), Grande Porto (10,8%) e Entre Douro e Vouga (11%).

A floresta de mistura de várias espécies assume particular dimensão nas NUTS Ave (67,4%), Cávado (79,4%), Grande Porto (70,2) e Entre Douro e Vouga (61,9%). Na NUT Alto Trás-os-Montes a importância da floresta de mistura de várias espécies é reduzida, representando 19,5% da ocupação florestal da NUT.

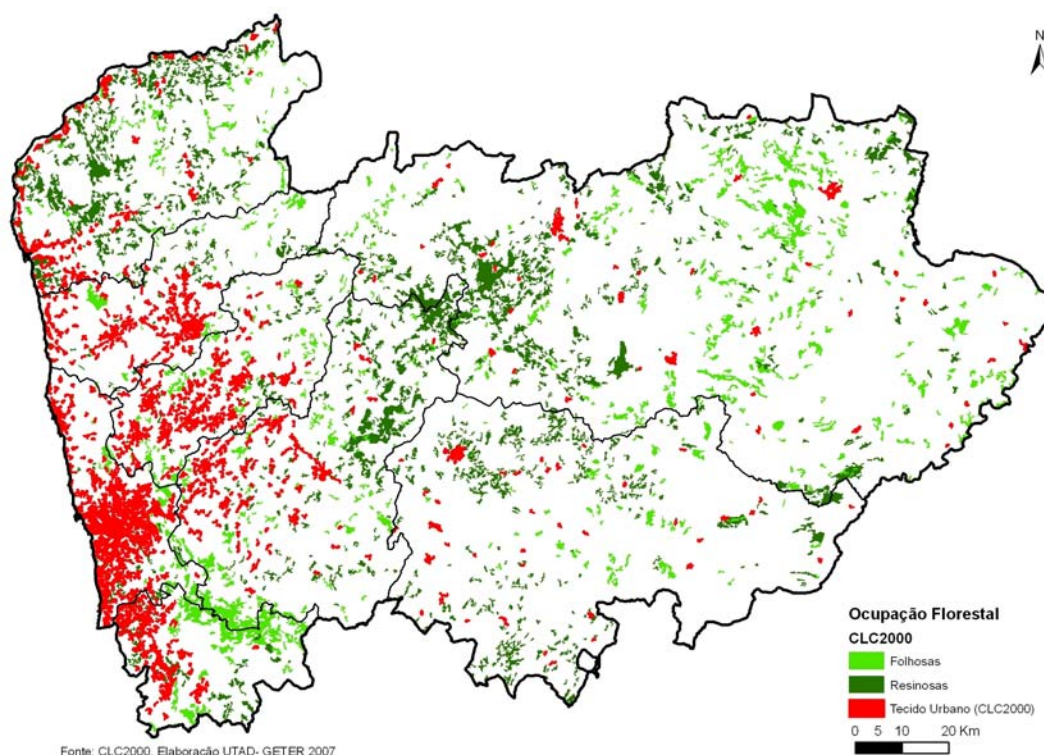


Fig. 19. Ocupação florestal com folhosas e resinosas

Florestas		Folhosas	Resinosas	Mistura de várias espécies
Alto Trás-os-Montes	Área (ha)	38678	48275	21036
	% da floresta	35,8	44,7	19,5
Ave	Área (ha)	6608	3443	20825
	% da floresta	21,4	11,2	67,4
Cávado	Área (ha)	3738	4068	30046
	% da floresta	9,9	10,7	79,4

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Florestas		Folhosas	Resinosas	Mistura de várias espécies
Minho - Lima	Área (ha)	6018	32884	20382
	% da floresta	10,2	55,5	34,4
Douro	Área (ha)	6413	23768	14960
	% da floresta	14,2	52,7	33,1
Grande Porto	Área (ha)	3779	2152	13976
	% da floresta	19,0	10,8	70,2
Entre Douro e Vouga	Área (ha)	11534	4704	26409
	% da floresta	27,0	11,0	61,9
Tâmega	Área (ha)	13809	24213	28890
	% da floresta	20,6	36,2	43,2

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo.

Quadro. 12. Distribuição da ocupação de floresta na Região Norte, por NUTS III

Importa salientar a dimensão dos espaços florestais degradados, os quais representam 28,6% da ocupação de florestas e meios semi-naturais e encontram-se na generalidade da região, embora as NUTS Cávado, Entre Douro e Vouga e Grande Porto registem reduzidas áreas de espaços florestais degradados, sobretudo no sector mais ocidental das NUTS.

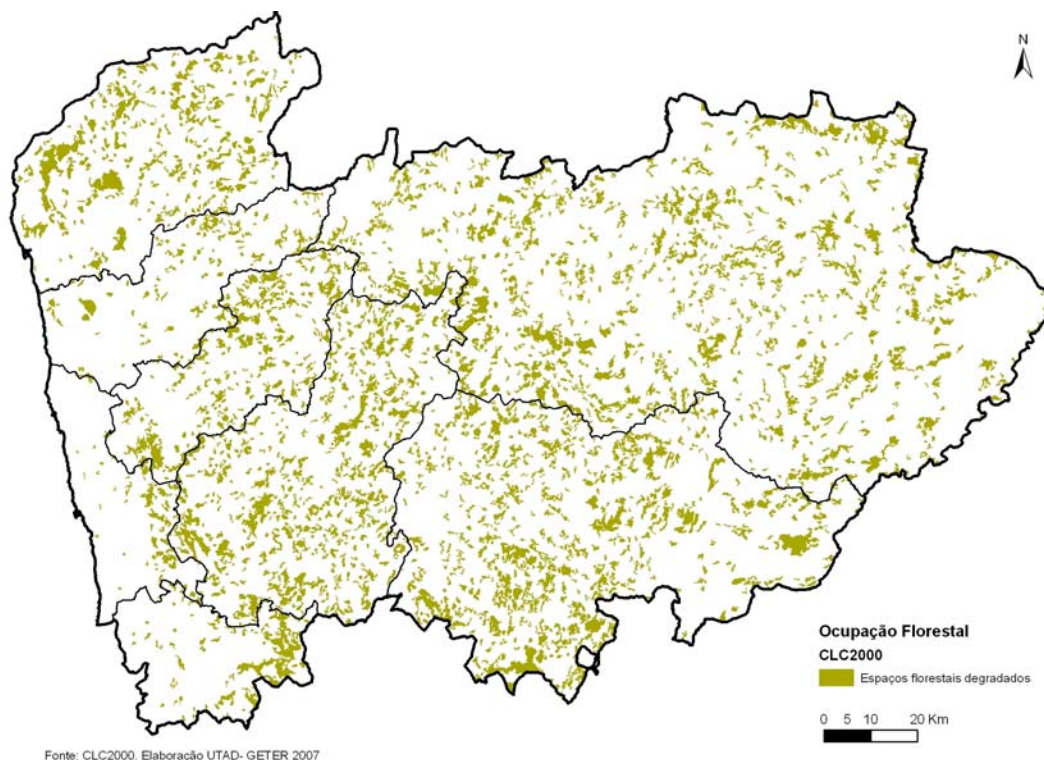


Fig. 20. Ocupação florestal com espaços florestais degradados

Em termos de territórios artificializados, como seria de esperar, é a classe relacionada com zonas de domínio de habitação a mais representativa, ao abranger 84,2% do total de território artificializado na Região Norte. As zonas alteradas artificialmente, sem vegetação representam apenas 4%, enquanto as

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

zonas predominantemente artificializadas abrangem 10,8%. As zonas verdes assume importância reduzida, representando apenas 1% dos territórios artificializados na Região Norte.

Territórios artificializados	Área (ha)	Área (%)
Zonas alteradas artificialmente, sem vegetação	3092	4,0
Zonas com dominância de habitação	65295	84,2
Zonas predominantemente artificializadas	8392	10,8
Zonas verdes ordenadas	797	1,0

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo.

Quadro. 13. *Distribuição dos territórios artificializados na Região Norte*

As NUTS mais despovoadas e periféricas à escala da região são aquelas que acusam um índice de ocupação artificial menor, nomeadamente nas NUTS Alto Trás-os-Montes (4420ha, representam 0,5% da área), Douro (3005 ha, representam 0,7% da área) e Tâmega (8664ha, representam 3,3% da área), sobretudo no sector mais oriental. Desagregando a ocupação artificial, verifica-se a predominância das zonas com dominância de habitação na generalidade das NUTS, assumindo valores percentuais idênticos na generalidade das NUTS, variando entre 79% na NUT Alto Trás-os-Montes e 88,2% na NUT Cávado. As zonas alteradas artificialmente sem vegetação assumem particular destaque na NUT Alto Trás-os-Montes (11,2%), enquanto as zonas predominantemente artificializadas assume maior dimensão relativa nas NUTS Ave (11,5%), Grande Porto (14,8%) e Entre Douro e Vouga (14,4%). As zonas verdes ordenadas são diminutas ou nulas nas NUTS Ave, Douro e Entre Douro e Vouga, tendo maior importância relativa nas NUTS Alto Trás-os-Montes (3,3%), Cávado (2,8%) e Minho – Lima (1,8%).

Territórios artificializados		Zonas alteradas artificialmente, sem vegetação	Zonas com dominância de habitação	Zonas predominantemente artificializadas	Zonas verdes ordenadas
Alto Trás-os-Montes	Área (ha)	493	3490	292	144
	%	11,2	79,0	6,6	3,3
Ave	Área (ha)	300	10216	1360	0
	%	2,5	86,0	11,5	0,0
Cávado	Área (ha)	454	8065	385	236
	%	5,0	88,2	4,2	2,6
Minho-Lima	Área (ha)	611	6257	633	134
	%	8,0	81,9	8,3	1,8
Douro	Área (ha)	305	2442	258	0
	%	10,1	81,3	8,6	0,0
Grande Porto	Área (ha)	272	20792	3707	246
	%	1,1	83,1	14,8	1,0
Entre Douro e Vouga	Área (ha)	73	6621	1123	0
	%	0,9	84,7	14,4	0,0
Tâmega	Área (ha)	583	7411	633	37
	%	6,7	85,5	7,3	0,4

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo.

Quadro. 14. *Ocupação dos territórios artificializados na Região Norte, por NUTS III*

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Analisando as zonas com dominância de habitação verifica-se o predomínio do tecido urbano descontínuo (59374ha) em detrimento do tecido urbano contínuo (5920), representando o tecido urbano descontínuo 90,9% das zonas com dominância de habitação. É na NUT Grande Porto onde existe uma maior área ocupada pela zona com dominância de habitação (20792ha), seguindo-se as NUTS Ave (10216ha) e Cávado (8065ha).

Zonas com dominância de habitação	Área (ha)	Área (%)
Tecido urbano contínuo	5920	9,1
Tecido urbano descontínuo	59374	90,9

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo.

Quadro. 15. Ocupação das zonas com dominância de habitação na Região Norte

Analisando a distribuição do tecido urbano contínuo verifica-se que, tal como as zonas com dominância de habitação, apresenta maior dimensão na NUT Grande Porto. É também no Grande Porto onde o tecido urbano contínuo apresenta maior peso relativo no total de tecido urbano (18,6%), sendo o peso superior a 10% também nas NUTS Cávado e Minho Lima. Na NUT Tâmega apenas existe tecido urbano descontínuo, sendo o peso relativo superior a 95% nas NUTS Alto Trás-os-Montes (95,7%), Ave (97,7%), Douro (96%) e Entre Douro e Vouga (98%).

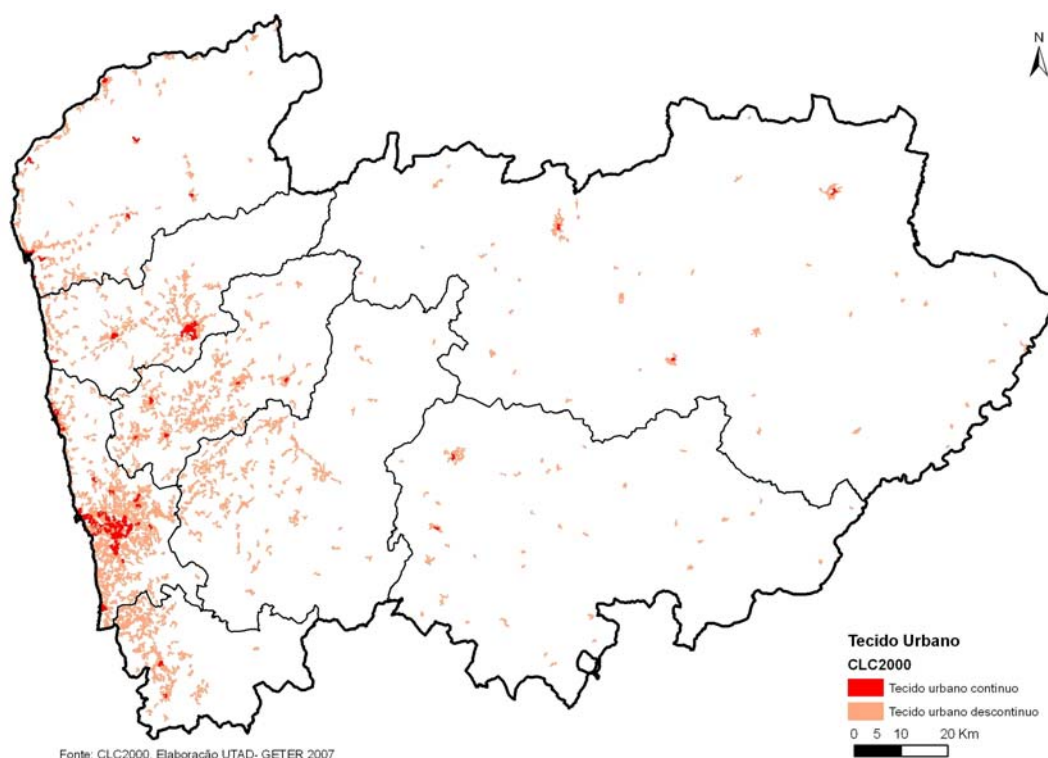


Fig. 21. Zonas com dominância de habitação (tecido urbano contínuo/descontínuo)

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Zonas com dominância de habitação		Tecido Urbano Contínuo	Tecido Urbano Descontínuo
Alto Trás-os-Montes	Área (ha)	151	3339
	%	4,3	95,7
Ave	Área (ha)	238	9978
	%	2,3	97,7
Cávado	Área (ha)	813	7252
	%	10,1	89,9
Minho-Lima	Área (ha)	623	5634
	%	10,0	90,0
Douro	Área (ha)	98	2344
	%	4,0	96,0
Grande Porto	Área (ha)	3862	16931
	%	18,6	81,4
Entre Douro e Vouga	Área (ha)	135	6486
	%	2,0	98,0
Tâmega	Área (ha)	0	7411
	%	0,0	100,0

Fonte: CLC2000, Carta de ocupação do solo.

Quadro. 16. Ocupação das zonas com dominância de habitação na Região Norte, por NUTS III

2.2.2. População e Povoamento

A avaliação da dinâmica e características da população são aspectos fundamentais no estudo dos espaços rurais, dadas as implicações na dinamização das estruturas territoriais locais. Os recursos humanos existentes, particularmente no que toca à capacidade de fixação de população, são factores essenciais do crescimento económico e do desenvolvimento regional, numa altura em que a crescente integração e globalização da economia exige uma maior competitividade, qualificação e readaptação da mão-de-obra aos novos processos organizativos e tecnológicos em constante mutação.

Desta forma, a distribuição da população na Região Norte, evidencia uma concentração nas NUTS do Litoral, em particular no Grande Porto. O interior evidencia-se a maior dispersão da população e os menores quantitativos populacionais, surgindo apenas as principais cidades como pólos de concentração populacional.

A abordagem seguinte reporta-se apenas às freguesias rurais, as quais foram definidas anteriormente, de modo a permitir analisar mais pormenorizadamente a região no que concerne aos espaços rurais.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

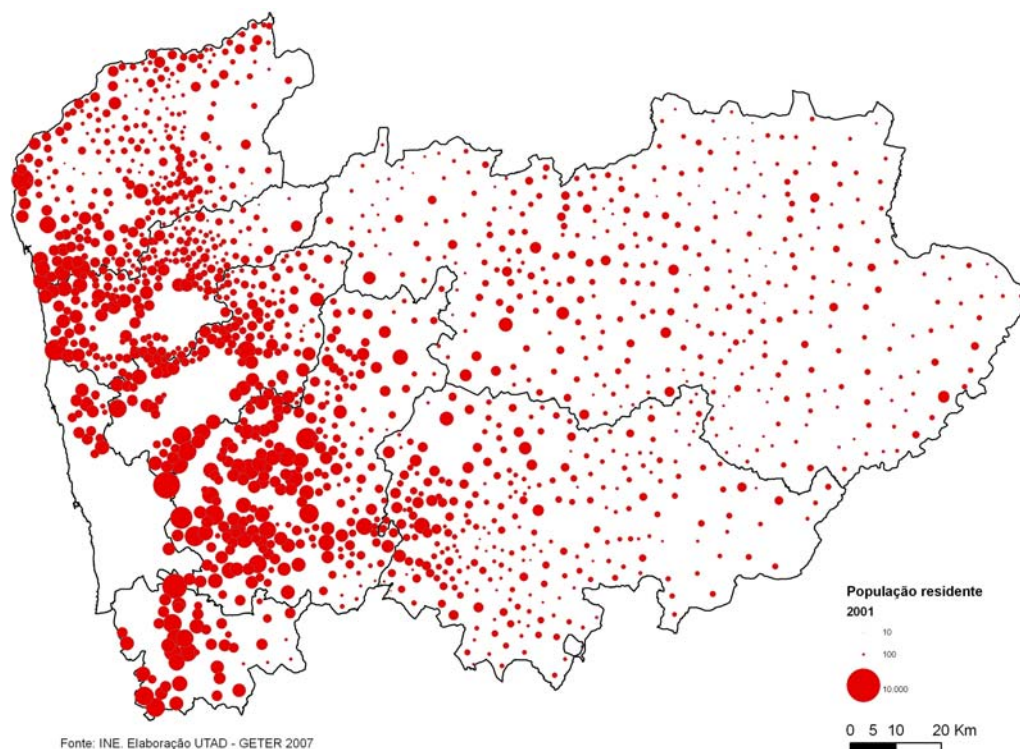


Fig. 22. População residente nas freguesias rurais da Região Norte, em 2001

De uma forma geral, analisando as freguesias rurais das várias NUTS III, evidencia-se a maior concentração populacional (hab/km²) nas NUTS Grande Porto, Entre Douro e Vouga e Tâmega, onde a média de população residente por freguesia é superior a 1000 habitantes, nomeadamente 1625, 1800 e 1292 habitantes. Também em alguns sectores das NUTS Cávado, Minho Lima e Ave se verifica uma concentração maior, contudo a média de habitantes por freguesia é relativamente menor (varia entre 670 na NUT Minho Lima e 984 na NUT Ave).

No interior, as freguesias rurais da NUT Douro têm, em média, 501 habitantes por freguesia, enquanto a NUT Alto Trás-os-Montes tem apenas 369 habitantes. Esta diferença torna-se ainda mais evidente na análise da densidade populacional, pois no Interior, generalizam-se as áreas de baixa densidade, apenas sobressaindo as freguesias próximas das principais cidades, bem como em algumas vilas com densidades mais elevadas.

É nas NUTS do Interior, Alto Trás-os-Montes e Douro, onde as densidades populacionais médias nas freguesias rurais são mais baixas, 23,5 e 55,1 hab/km². Nas restantes NUT destacam-se as densidades populacionais médias das freguesias rurais do Grande Porto (790 hab/km²), seguindo-se as NUS Ave (463 hab/km²), Cávado (361 hab/km²), Minho – Lima (352 hab/km²), Entre Douro e Vouga (214 hab/km²) e Tâmega (204 hab/km²).

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

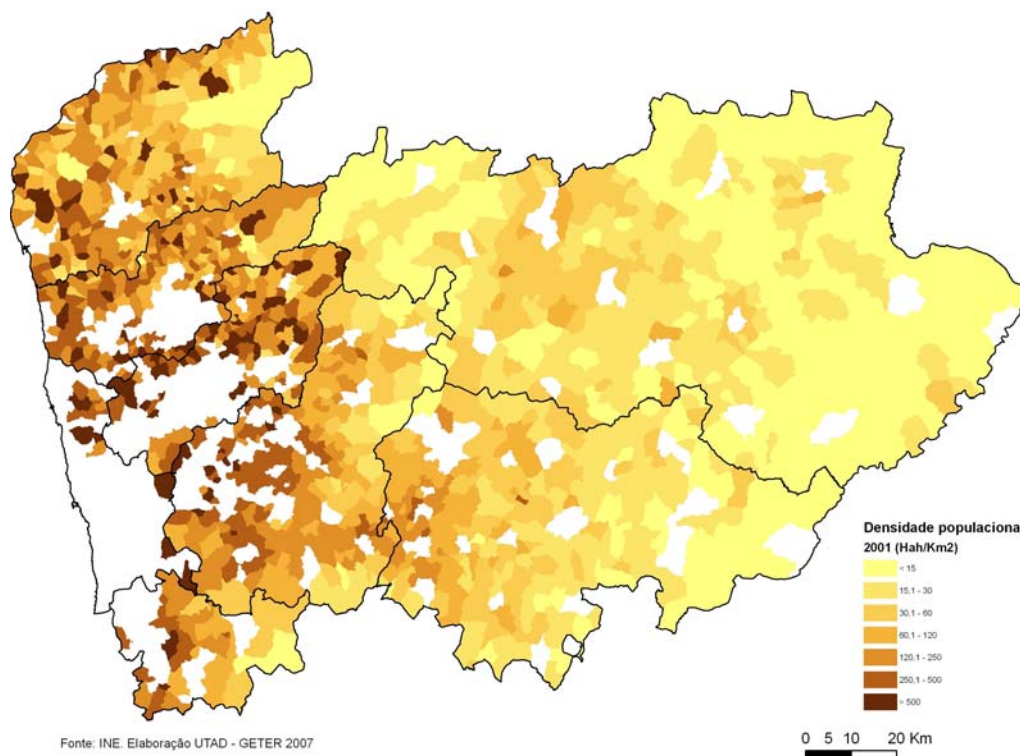


Fig. 23. Densidade Populacional nas freguesias rurais da Região Norte, em 2001

Analisando a variação da população nas freguesias rurais é possível verificar que as principais áreas de perda se encontram nas NUTS do Interior, onde a generalidade das freguesias diminuem o quantitativo populacional, existindo ainda áreas significativas de perdas populacionais nos sectores mais orientais da NUTS Minho – Lima, Cávado e Tâmega.

Analisando a variação da população com base nos valores percentuais é possível verificar que as maiores perdas populacionais ocorreram sobretudo em freguesias das NUTS Alto Trás-os-Montes e Douro, existindo também perdas significativas na NUT Minho – Lima e em algumas freguesias da NUT Tâmega.

Em termos médios verificaram-se perdas populacionais significativas, nas freguesias rurais, no Alto Trás-os-Montes (diminuição média por freguesia de 21,4 habitantes) e no Douro (diminuição média por freguesia de 19,3 habitantes). Também na NUT Minho – Lima, a evolução média por freguesia é negativa (diminuição média por freguesia de 7,3 habitantes). Nas restantes NUTS, em termos médios, as freguesias rurais registaram crescimentos populacionais, variando os valores de crescimento médio por freguesia entre 0% no Ave e 5,3% no Grande Porto.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

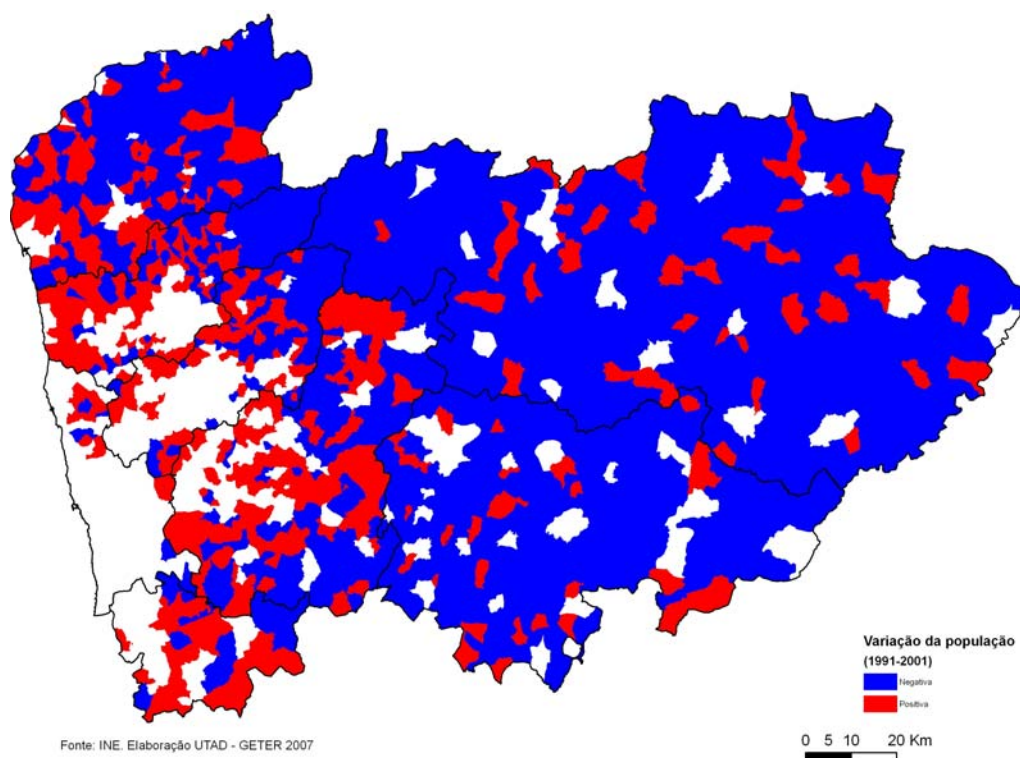


Fig. 24. Variação da população residente (positiva/negativa) nas freguesias rurais, entre 1991 e 2001

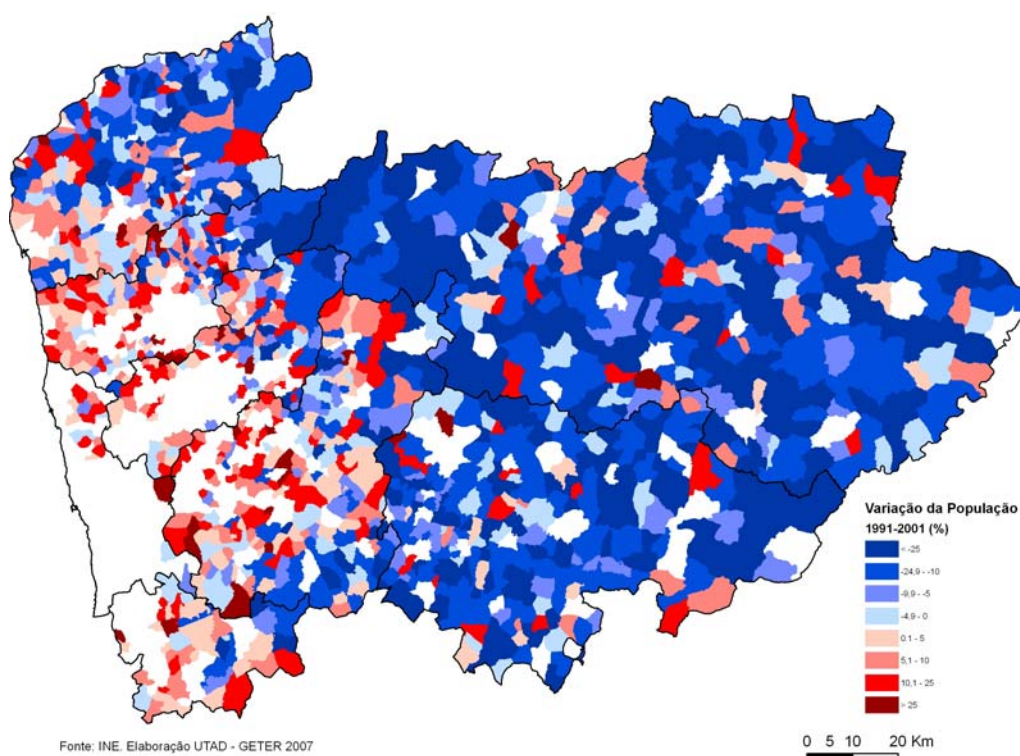


Fig. 25. Variação da população residente nas freguesias rurais, entre 1991 e 2001

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

O processo de esvaziamento populacional verificado e a tendência para a concentração urbana têm, necessariamente, importantes implicações em diferentes domínios que se reflectem nos indicadores populacionais, nomeadamente através da recomposição da estrutura da população, nomeadamente na estrutura etária, onde aumenta significativamente o peso dos idosos e diminui o peso dos jovens, nomeadamente nas freguesias do interior.

Verifica-se um índice de dependência de jovens mais elevado no Ave, Cávado e Tâmega, existindo, em termos médios por freguesia, um índice de dependência de jovens de 28,8%, 29,2% e 30,8%, respectivamente. Os valores mais baixos verificam-se no Alto Trás-os-Montes (19,3), onde o peso de jovens em termos médios por freguesia é de 11,2%. Importa, ainda salientar que os valores apresentados assumem diferentes valores na análise individual das freguesias, dado que existem diferenças significativas entre freguesias, ou seja, nas freguesias mais próximas das áreas urbanas o peso dos jovens tende a ser superior ao existente nas freguesias mais afastados dos principais pólos urbanos, verificando-se a mesma situação ao nível do peso dos idosos em média por freguesia.

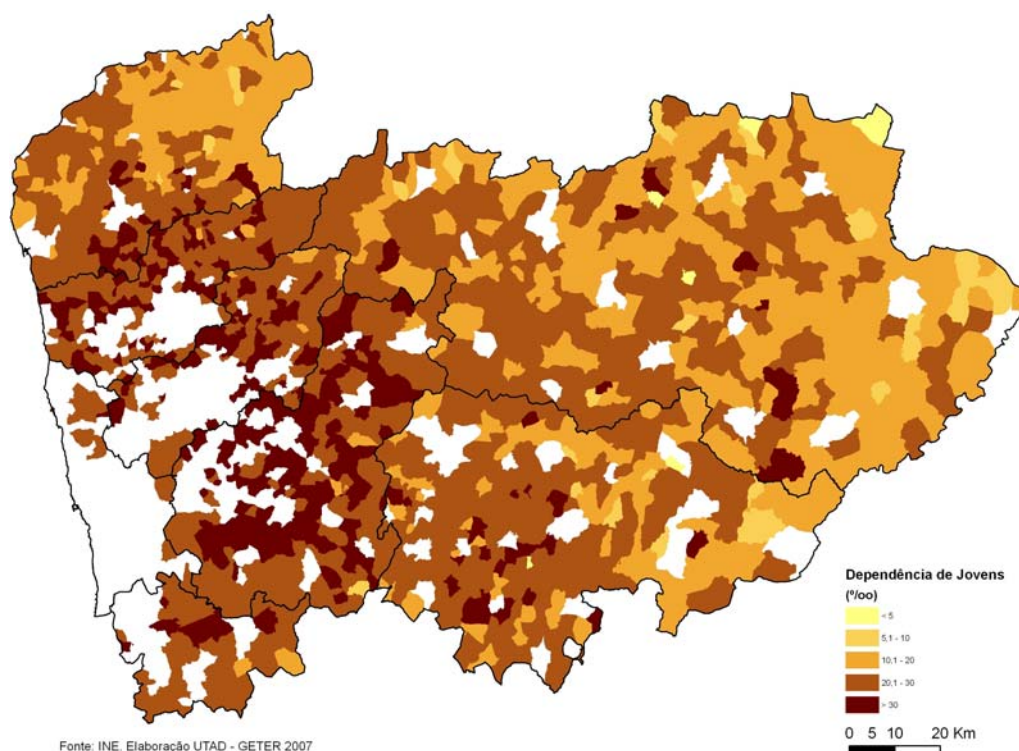


Fig. 26. Índice de dependência de jovens (até 14 anos) nas freguesias rurais, em 2001

Ao nível do índice de dependência de idosos médio nas freguesias rurais, é no Alto Trás-os-Montes onde assume maior proporção (53,6), sendo 44,9 no Douro e 41 no Minho – Lima e o peso dos idosos superior a 24%, enquanto nas restantes NUT III o índice de dependência de idosos é inferior a 25 e o peso médio de idosos é inferior a 16%. Importa salientar que se verificam situações diferenciadas em cada NUT dado o peso dos idosos variar significativamente entre freguesias e entre concelhos.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

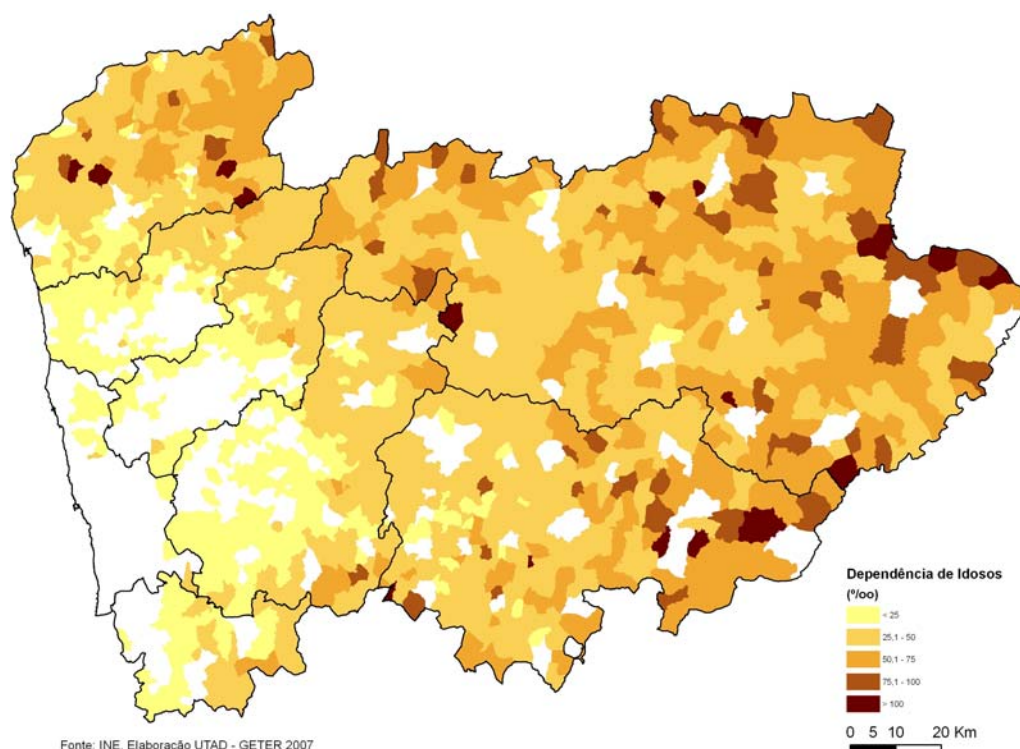


Fig. 27. Índice de dependência de idosos (65 e mais anos) nas freguesias rurais, em 2001

Resultado do processo de esvaziamento demográfico, sobretudo de população jovem, tem-se verificado uma tendência de envelhecimento da população. Este envelhecimento assume maiores proporções na NUT Alto Trás-os-Montes, onde o índice de envelhecimento médio por freguesia é superior a 339, ou seja em cada 100 jovens existem mais de 339 idosos. Também nas NUT Douro (236,5) e Minho – Lima (215,6) o índice de envelhecimento médio nas freguesias rurais é elevado. De salientar que nas restantes NUTS III o índice de envelhecimento médio por freguesia é inferior a 100, ou seja existem mais jovens que idosos.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

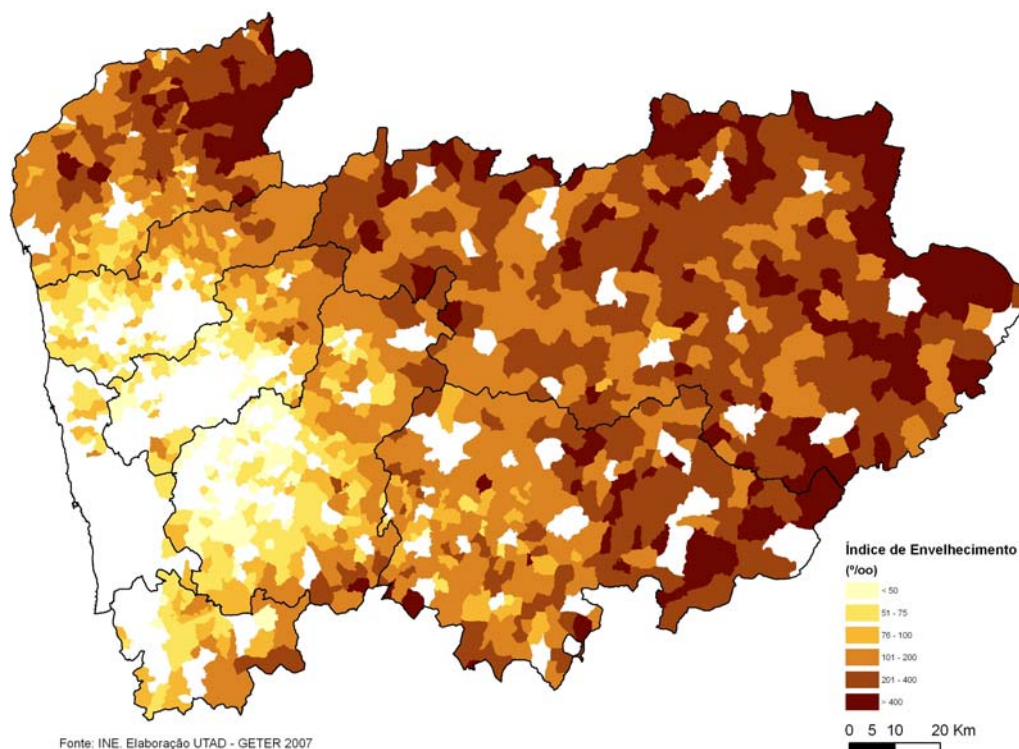


Fig. 28. Índice de envelhecimento nas freguesias rurais, em 2001

Analisando alguns aspectos relacionados com os edifícios e os alojamentos, nomeadamente a percentagem de edifícios com mais de 2 alojamentos no total de edifícios da freguesia permite-nos verificar as áreas onde existe maior densidade de construção.

Verifica-se que na NUT Alto Trás-os-Montes, em termos médios, por freguesia existem apenas 0,1% de edifícios com mais de 2 alojamentos, sendo inferior a 1% também no Douro (0,3%), no Minho – Lima (0,4%) e no Cávado (0,6%).

No Grande Porto, em média, cada freguesia rural tem 2,2% de edifícios com mais de 2 alojamentos, enquanto no Ave (1,3%), Tâmega (1,3%) e Entre Douro e Vouga (1,1%) existem mais de 1% de edifícios com mais de 2 alojamentos. Em termos globais da região, cada freguesia rural tem, em média, 0,6% de edifícios com mais de 2 alojamentos.

Em termos de total de edifícios com mais de 2 alojamentos por NUT verifica-se que é na NUT Tâmega onde existe maior número de edifícios (1957 edifícios), existindo mais de 1000 edifícios com mais de 2 alojamentos na NUT Minho – Lima. No Alto Trás-os-Montes (112), Grande Porto (236) e Douro (274) é onde existe menor número de edifícios com mais de alojamentos nas várias freguesias rurais.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Analisando as licenças de construção emitidas entre 1991 e 2001 é possível verificar que foram emitidas 8028 licenças nas freguesias rurais da Região Norte (representam 43% do total de licenças emitidas na Região Norte), que resulta numa média de 5,3 licenças por freguesia rural.

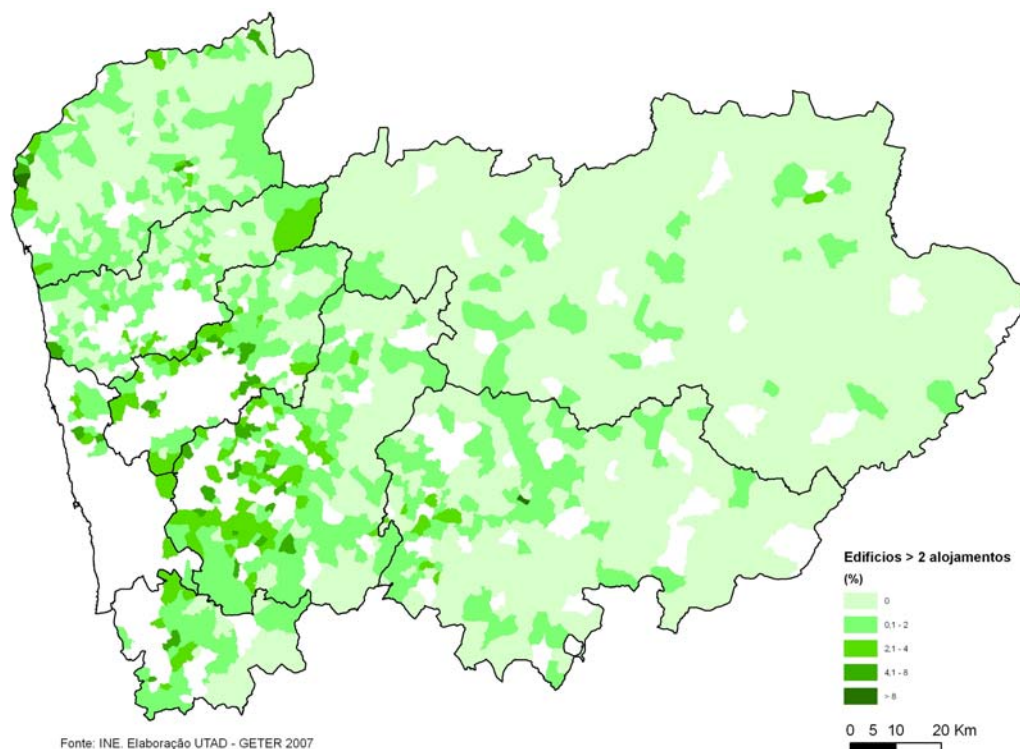


Fig. 29. Peso dos edifícios com mais de 2 alojamentos no total de edifícios, nas freguesias rurais

A nível de NUTS verifica-se que é no Tâmega onde foram emitidas mais licenças de construção novas (2137), contudo não é a NUT que apresenta uma média de licenças por freguesia rural mais elevada, sendo na NUT Entre Douro e Vouga (15,2). Foram emitidas, em média, mais de 5 licenças por freguesia rural nas NUTS Ave, Cávado, Grande Porto, Minho - Lima e Tâmega, sendo no Douro (2,8) e no Alto Trás-os-Montes (2,6) os valores substancialmente mais baixos. O Grande Porto apresenta o menor número de licenças de construção (142) devido ao número reduzido de freguesias rurais.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

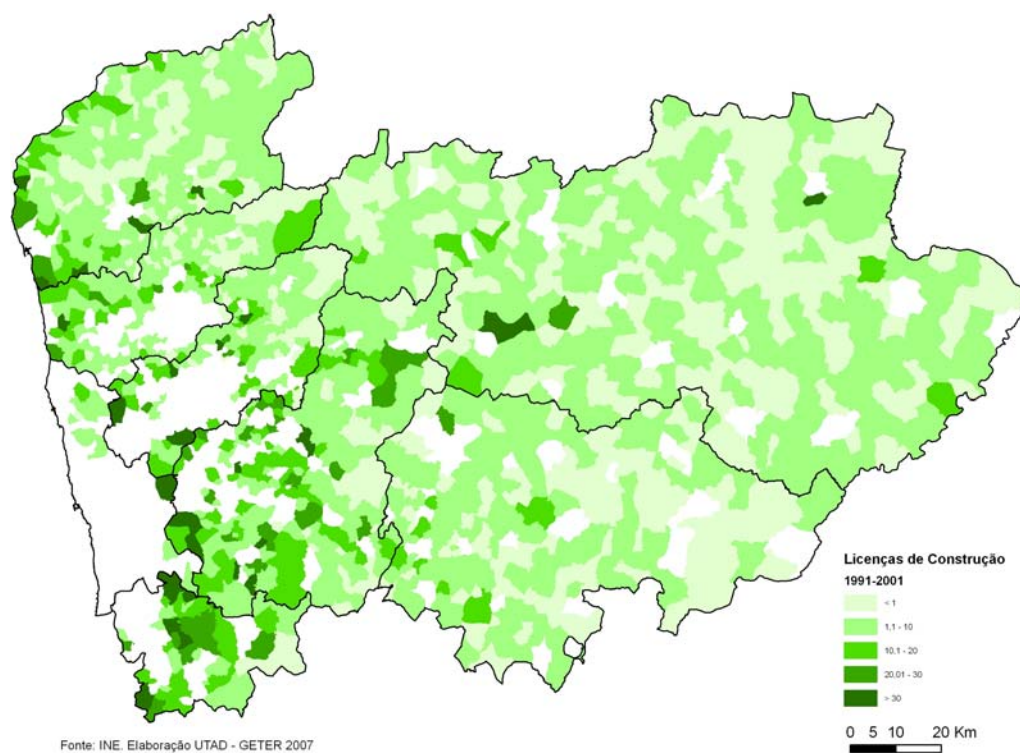


Fig. 30. Licenças de construção emitidas nas freguesias rurais, entre 1991 e 2001

2.2.3. Infraestruturação, equipamentos e serviços

A abordagem das infra-estruturação, equipamentos e serviços das freguesias definidas como rurais tem por base uma análise de alguns indicadores, nomeadamente em termos de alojamentos familiares servidos por água e retrete, os níveis de cobertura da rede pública de distribuição domiciliária de água e drenagem de águas residuais, a cobertura da recolha de lixos, a distância em minutos de cada freguesia à sede de concelho, bem como ao nível da cobertura de equipamentos e serviços, quer do total existente quer da diversidade de equipamentos. Estes indicadores têm como fonte de informação o INE, quer no recenseamento geral da população e habitação (2001), quer na Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População (2002). Embora, parte dessa informação se encontre desactualizada, considera-se importante a sua utilização, a nível de freguesia, de modo a avaliar alguns aspectos relacionados com a qualidade de vida nos espaços rurais,

Tendo em consideração a percentagem de alojamentos familiares servidos por água no alojamento nas várias freguesias rurais, verifica-se que, em termos médios, todas as NUTS têm mais de 90% dos alojamentos familiares com água.

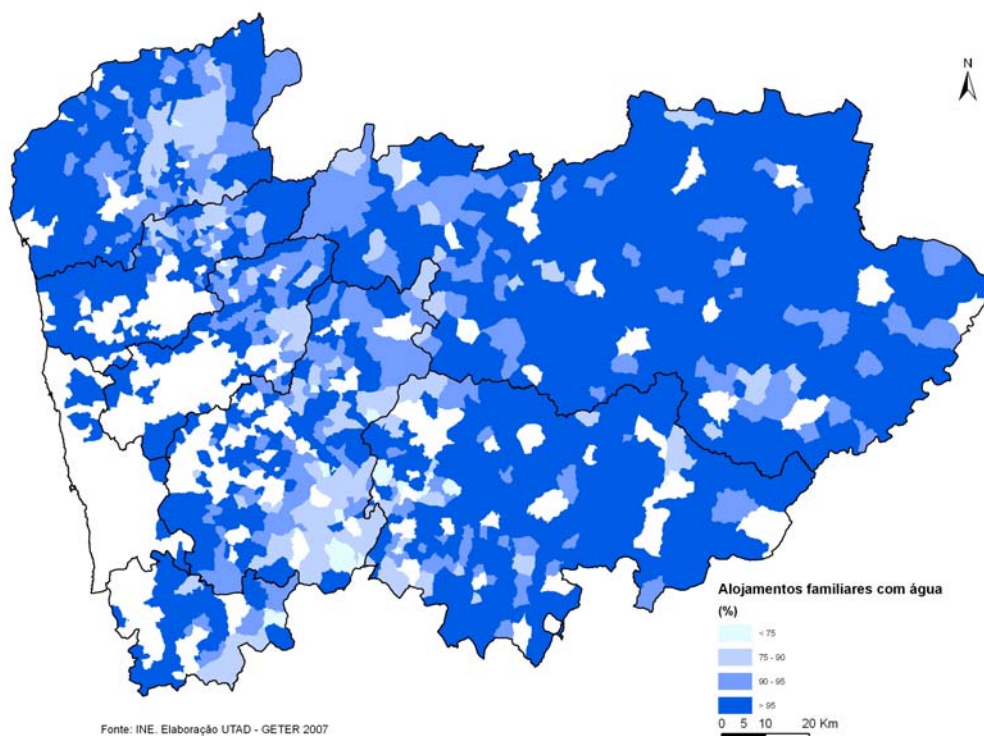


Fig. 31. Alojamentos familiares servidos por água nas freguesias rurais da região Norte, em 2001

Em média, é no Grande Porto, onde a percentagem de alojamentos servidos com água é mais elevada (98,6%), sendo mais baixa na NUT Tâmega (92,4%), contudo é na NUT Tâmega onde o número de alojamentos familiares com água é mais elevado (83349 alojamentos). Em termos globais das freguesias

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

rurais da Região Norte, verifica-se que em média cada freguesia rural tem 95,4% dos alojamentos servidos por água, sendo a média inferior nas NUTS Ave, Douro, Minho – Lima e Tâmega.

Em termos de alojamentos familiares servidos por esgotos no alojamento, verifica-se nas várias freguesias rurais que, em termos médios, todas as NUTS têm mais de 90% dos alojamentos familiares servidos por esgotos.

Em média, é no Grande Porto, onde a percentagem de alojamentos servidos por esgotos é mais elevada (98,6%), sendo mais baixa na NUT Tâmega (92,3%). Na NUT Douro (94,9%) e no Minho – Lima (94,6%) a percentagem de alojamentos com esgotos também é inferior a 95%.

Verificam-se ainda algumas freguesias com valores muito baixos, quer em termos de alojamentos servidos com água, quer de alojamentos servidos por esgotos. A nível das freguesias da Região Norte, verifica-se que em média cada freguesia tem 95,1% dos alojamentos servidos por esgotos, sendo a média inferior nas NUTS Douro, Minho – Lima e Tâmega.

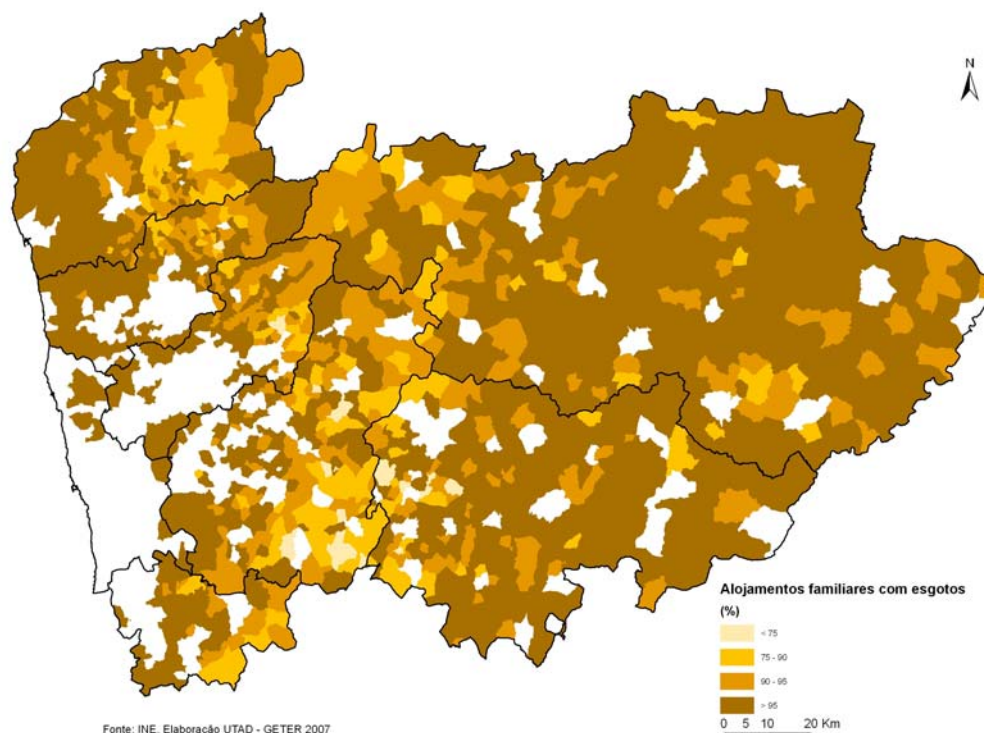


Fig. 32. Alojamentos familiares servidos por esgotos nas freguesias rurais da região Norte, em 2001

A nível de cobertura da rede pública de abastecimento domiciliário de água verifica-se que na NUT Alto Trás-os-Montes mais de 90% das freguesias têm uma cobertura superior a 90%, sendo também elevado a percentagem de freguesias com cobertura superior a 90% na NUT Douro (89,2% das freguesias rurais).

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Nas NUTS Entre Douro e Vouga (53,3%), Ave (60,8%) e Grande Porto (72,2%) a maioria das freguesias rurais apresenta uma cobertura da rede de distribuição de água inferior a 50%. A nível de NUT II, verifica-se que 56,6% das freguesias apresentam uma cobertura superior a 90%, enquanto em 26,5% das freguesias a cobertura é ainda inferior a 50%.

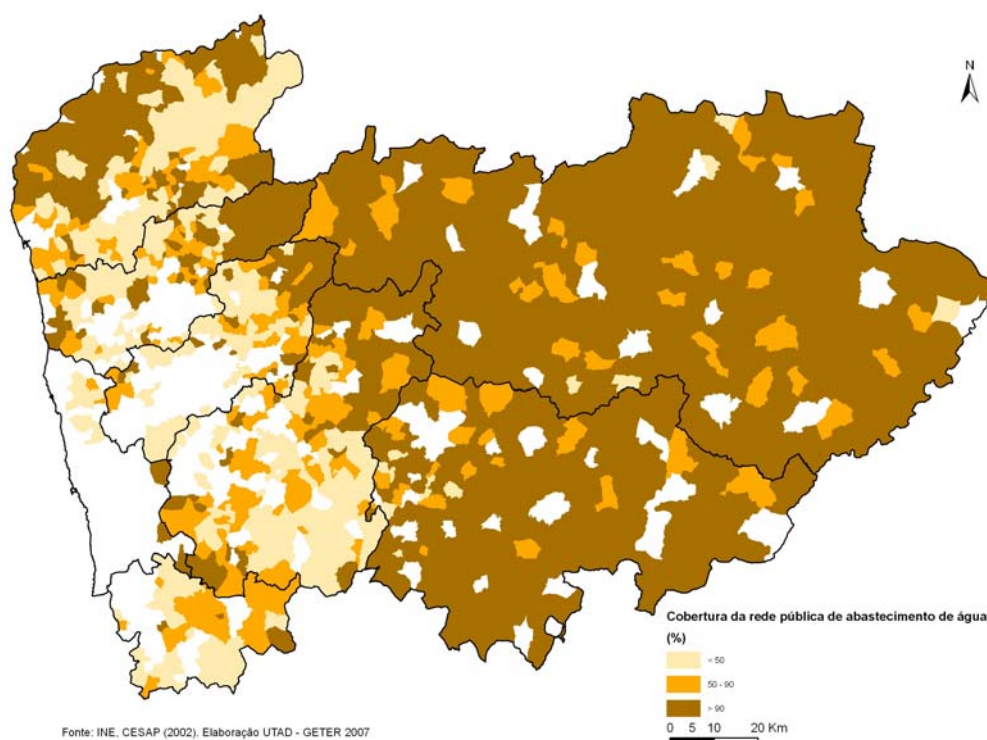


Fig. 33. Cobertura da rede pública de abastecimento de água nas freguesias rurais, em 2002

A nível de cobertura da rede pública de águas residuais verifica-se que no Douro mais de 50% das freguesias rurais têm uma cobertura superior a 90%. Por outro lado, no Ave (98,5%), Cávado (91,9%), Entre Douro e Vouga (97,8%), Grande Porto (94,4%), Minho – Lima (95,5%) e Tâmega (93%) mais de 90% das freguesias rurais têm uma cobertura da rede de águas residuais inferior a 50%. Em termos totais da Região Norte, verifica-se que 68,2% das freguesias apresentam uma cobertura inferior a 50%, sendo superior a 90% apenas em 18,2% das freguesias rurais.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

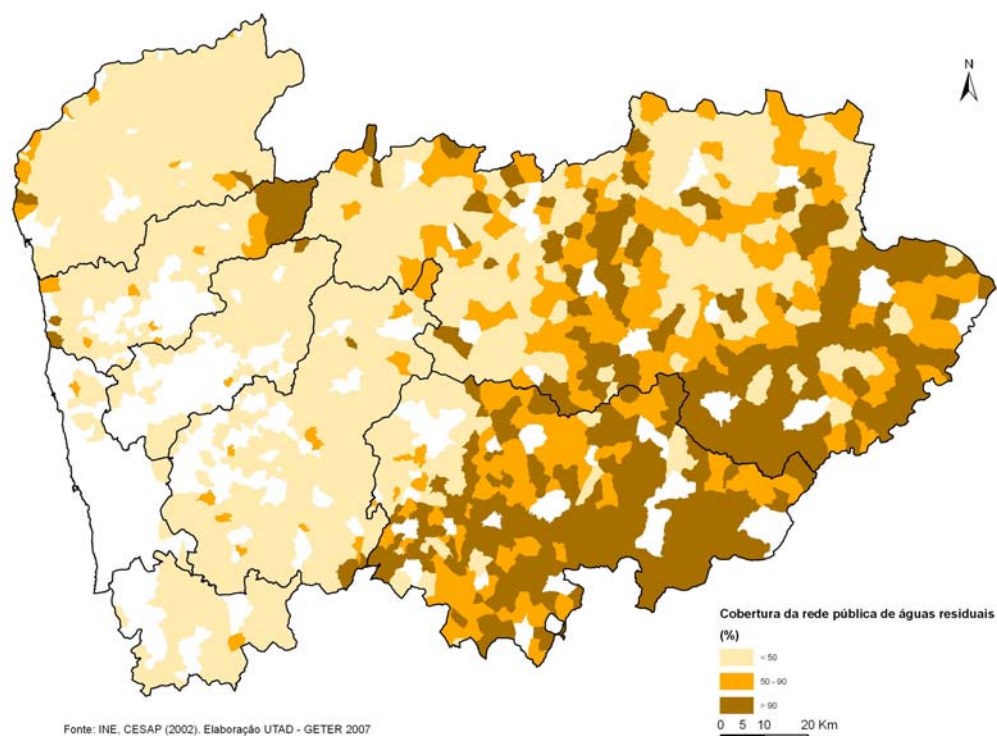


Fig. 34. Cobertura da rede pública de nas freguesias rurais da região Norte, em 2002

No que respeita a cobertura do sistema de recolha de lixos, a situação é significativamente melhor, dado que nas NUTS Alto Trás-os-Montes (81,6%), Ave (59,2%), Douro (86,6%), Entre Douro e Vouga (66,7%), Grande Porto (100%) e Minho – Lima (64,2%) mais de metade das freguesias têm uma cobertura do sistema de recolha de lixos superior a 90%.

Salienta-se ainda que a cobertura do sistema de recolha de lixos é inferior a 50% em 15% das freguesias da NUT Cávado, em 15,6% das freguesias do Entre Douro e Vouga e em 21,1% das freguesias do Tâmega. Em termos totais da Região Norte, verifica-se que 65,6% das freguesias apresentam uma cobertura superior a 90%, sendo inferior a 50% apenas em 8,9% das freguesias rurais da região.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

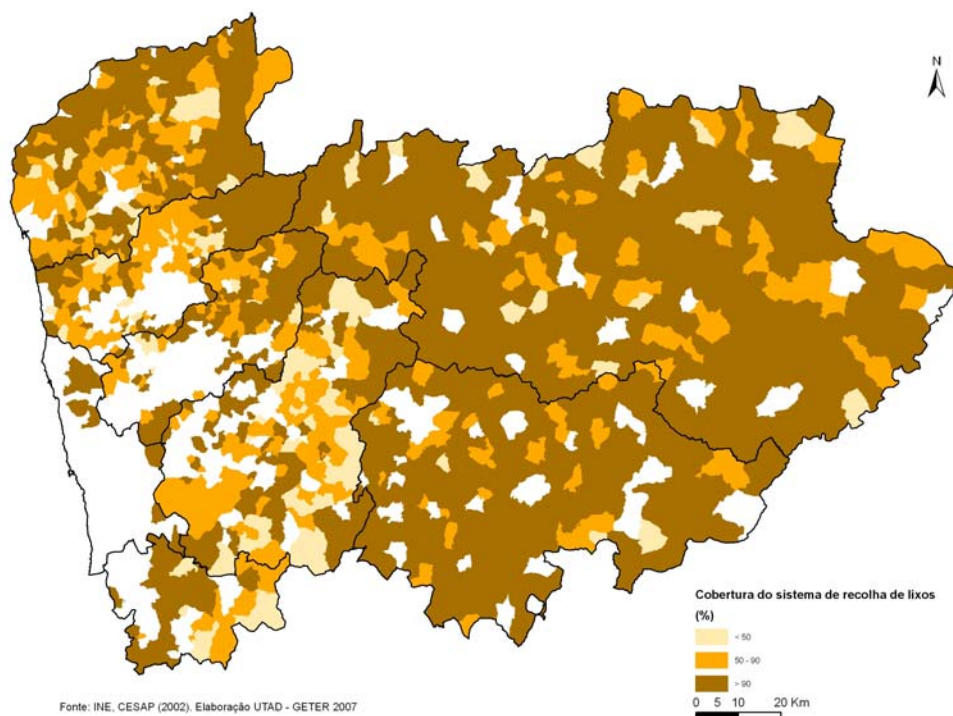


Fig. 35. Cobertura do sistema de recolha de lixo nas freguesias rurais da região Norte, em 2002

Analisando a cobertura das freguesias rurais da região em termos de equipamentos e serviços, importa ter em consideração os equipamentos e serviços que mais se adequam às freguesias rurais, pelo que foram seleccionados alguns equipamentos/serviços que se consideram pertinentes para a definição de níveis de funcionalidade das freguesias rurais, nomeadamente: Acesso à Internet, Agência Bancária, Análises Clínicas, Biblioteca, Centro ATL, Centro de Dia, Centro de Saúde/Extensão, Clube Recreativo/Associação Desportiva, Comércio Grossista, Conferências/Congressos, Consultório Médico, Corporação Bombeiros, Creche, Educação Pré-escolar, Ensino 1º ciclo, Ensino 2º ciclo, Ensino 3º ciclo, Estância Termal, Farmácia, Feira, Gastronomia, Pavilhão Desportivo Coberto, Lar de idosos, Mercado Local Retalhista, Mini Mercado, mercearia, Parque de Diversão, Parque de Exposições, Parque Infantil, Piscinas Descobertas, Posto de Abastecimento de Combustível, Posto de Enfermagem, Posto ou Estação de Correios, Posto Policial (GNR), Praça de Táxis, Recinto Aberto para Espectáculos ao Vivo, Reparação de Veículos Automóveis, Sala de espectáculos/Sala de Conferências/Congressos, Serviço de Fotocópias, Serviço Multibanco, Serviços de Restauração.

Desta forma, tendo por base o número de funções existentes verifica-se que, na região, existem em média por freguesia rural um total de 11,8 unidades funcionais, sendo que em termos de diversidade, em média, cada freguesia tem 8,6 funções diferentes. Não se verifica a existência de todas as funções consideradas em nenhuma freguesia, existindo 8 freguesias que não estão servidas por nenhuma das funções consideradas. Em cerca de 22% das freguesias da região existem 5 ou menos unidades

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

funcionais, existindo 10 ou mais unidades funcionais em 50% das freguesias. Em 68 freguesias (4,5% das freguesias) existem 30 ou mais unidades funcionais.

Abaixo da média de número total de unidades funcionais existentes por freguesia, encontram-se as NUTS Alto Trás-os-Montes (9,4 unidades funcionais), Ave (11,6 unidades funcionais), Cávado (11,3 unidades funcionais), Douro (11,4 unidades funcionais) e Minho – Lima (10,8 unidades funcionais). Destaca-se a média de unidades funcionais existentes por freguesia nas NUTS Entre Douro e Vouga (23,3 unidades funcionais) e Grande Porto (19,1 unidades funcionais). Em termos de número total de unidades funcionais por NUT, verifica-se a existência de 3536 unidades funcionais na NUT Alto Trás-os-Montes, 3369 na NUT Tâmega e 3059 na NUT Douro, que são as NUTS com maior número de unidades funcionais. Os menores quantitativos de unidades funcionais verificam-se na NUT Grande Porto (244 unidades funcionais).

Em termos de número total de unidades funcionais por NUT, verifica-se a existência de 3536 unidades funcionais na NUT Alto Trás-os-Montes, 3369 na NUT Tâmega e 3059 na NUT Douro, que são as NUTS com maior número de unidades funcionais. Os menores quantitativos de unidades funcionais verificam-se na NUT Grande Porto (244 unidades funcionais).

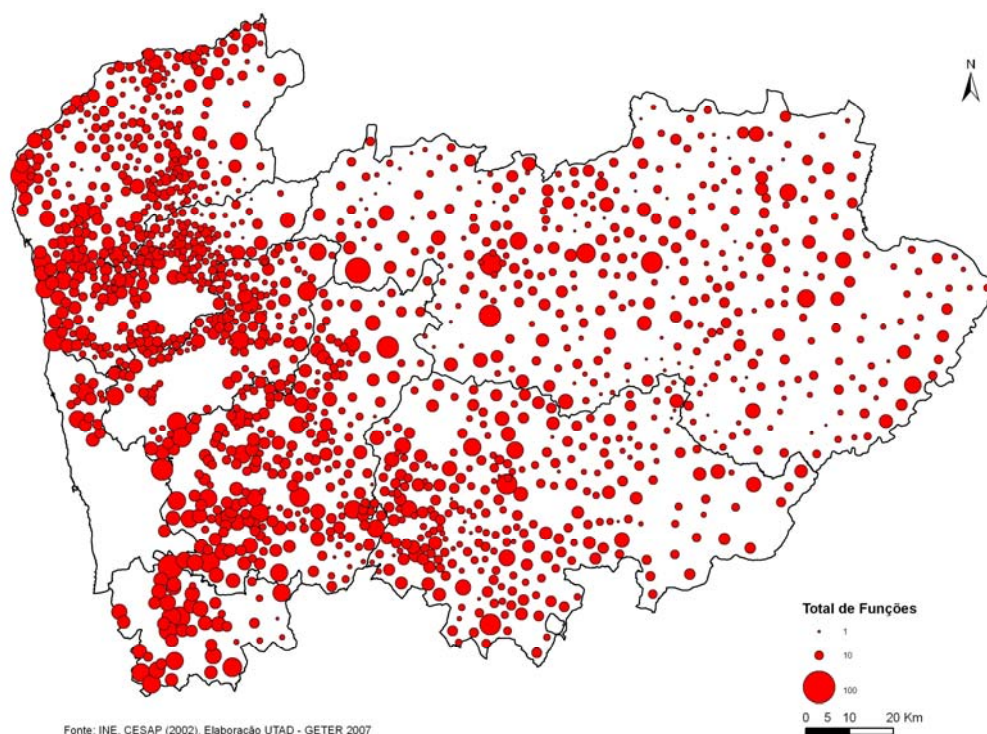


Fig. 36. Número total de funções (unidades funcionais) existentes por freguesia rural, em 2002

Abaixo da média de funções existentes por freguesia (diversidade), encontram-se as NUTS Alto Trás-os-Montes (6,8 funções) e Minho – Lima (7,9 funções). Destaca-se a média de funções existentes por

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

freguesia nas NUTS Entre Douro e Vouga (13,9 funções) e Grande Porto (12,7 funções). Salienta-se que em cerca de 32% das freguesias existem 5 ou menos funções diferentes, enquanto em 33% das freguesias existem 10 ou mais funções diferentes. Em apenas 7 freguesias rurais existem 30 ou mais funções.

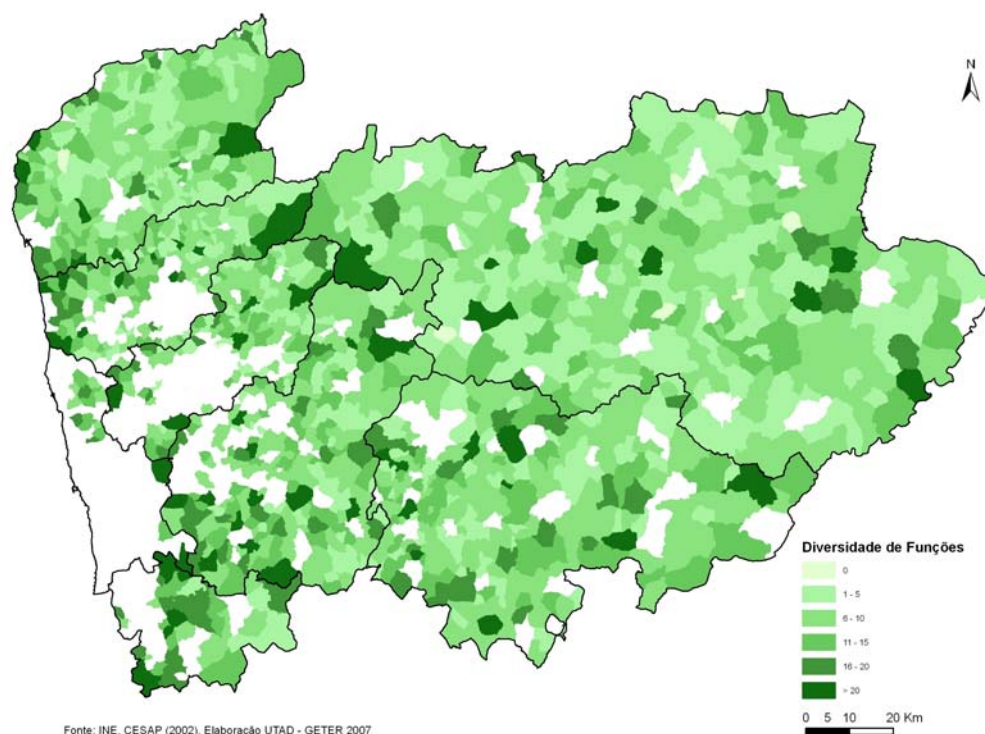


Fig. 37. Diversidade de funções existente nas freguesias rurais da região Norte, em 2002

Tendo em conta que alguns equipamentos e serviços de nível superior apenas se encontram na sede de concelho importa perceber os valores relativos aos tempos de acesso de cada freguesia rural à sede de concelho. Desta forma é possível verificar onde existem assimetrias em termos de acessibilidades a equipamentos de nível superior, embora existam outros equipamentos que, por vezes, nem existem na sede de concelho, implicando um percurso maior para a população. Importa referir que os valores dos tempos de acesso da freguesia à sede de concelho foram obtidos através da Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, os quais necessitavam de uma avaliação maior rigorosa e detalhada, tendo por base a rede viária. Contudo, tendo em conta a inexistência de informação actualizada tal não foi possível realizar.

Tendo em conta os valores da região, em termos médios, verifica-se que as várias freguesias rurais da Região Norte se encontram a cerca de 12 minutos da sede de concelho. A nível de NUTS verifica-se uma média superior apenas no Alto Trás-os-Montes (16,3 minutos), sendo inferior nas restantes NUTS III, destacando-se a NUT Ave e a NUT Cávado com tempos médios de acesso das freguesias rurais às sedes de concelho inferiores a 10 minutos. Em termos de total de tempos de acesso entre as várias

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

freguesias rurais e as sedes de concelho refira-se os tempos de acesso da NUT Alto Trás-os-Montes (6110 minutos), sendo substancialmente mais baixos nas outras NUTS III da região Norte, nomeadamente: Grande Porto (186 minutos), Entre Douro e Vouga (511 minutos), Ave (1222 minutos), Cávado (1650 minutos), Tâmega (2479 minutos), Minho – Lima (2659 minutos) e Douro (2902 minutos).

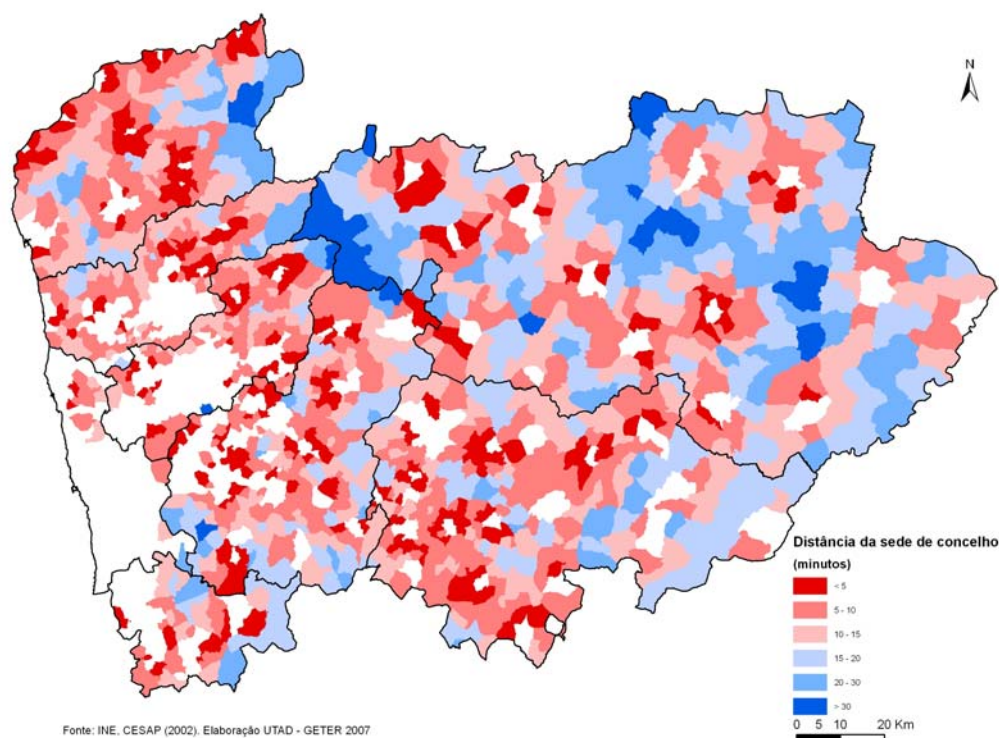


Fig. 38. Distância de cada freguesia rural à respectiva sede de concelho, em 2002

2.2.4. Estruturas produtivas

Tendo em vista uma percepção da realidade da região em termos de estruturas produtivas, importa desde logo perceber alguns aspectos fundamentais, nomeadamente em termos de distribuição da população activa e respectiva taxa de actividade, bem com a distribuição da população por sector de actividade.

Tendo em consideração a distribuição da população activa das várias freguesias rurais verificam-se que assume maior destaque na NUT Tâmega (mais de 12 mil indivíduos), contudo não apresenta o valor mais elevado em termos de população activa média por freguesia, sendo nas NUTS Entre Douro e Vouga (860 indivíduos) e Grande Porto (825 indivíduos). NAS NUTS Alto Trás-os-Montes (118 indivíduos), Douro (176 indivíduos) e Minho – Lima encontram-se os valores mais baixos em termos de população activa média por freguesia.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

No Grande Porto onde surge a freguesia com um mínimo de população activa mais elevado (191 indivíduos), bem como a freguesia com um máximo de população activa mais elevado (3415 indivíduos), enquanto nas NUTS Alto Trás-os-Montes e Douro as freguesias com valores mais baixos de população activa registam menos de 10 indivíduos e, no caso do Alto Trás-os-Montes, a freguesia com valor mais elevado de população activa não atinge 1000 activos (863 indivíduos).

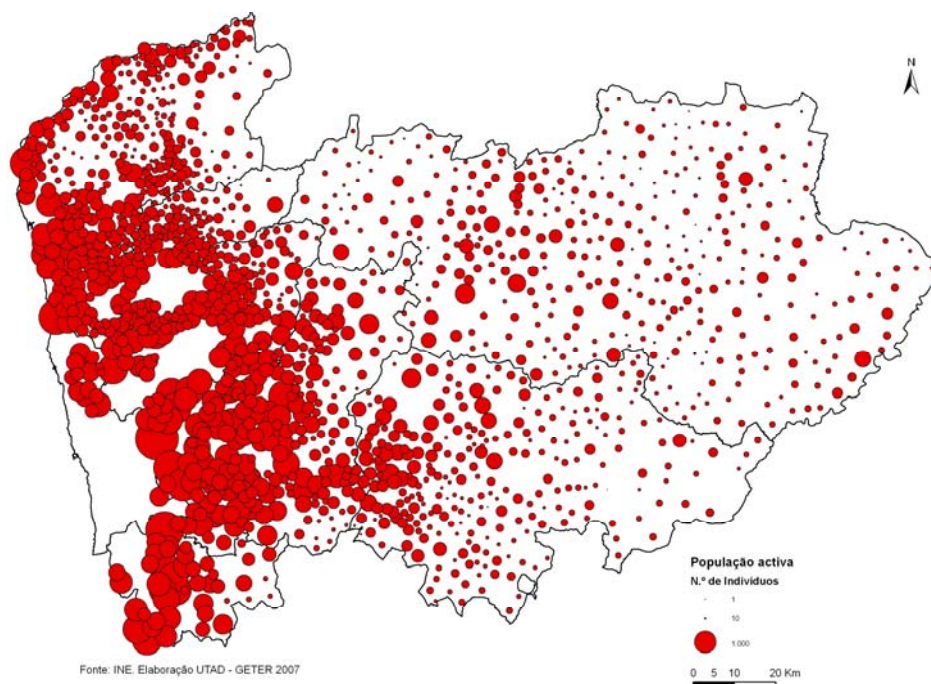


Fig. 39. População activa por freguesia rural, em 2001

Analisando a taxa de actividade verifica-se que nas NUTS Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho – Lima se registam valores inferiores a 40%, enquanto na NUT Grande Porto ultrapassa os 50%.

Analisando, em termos médios, por freguesia verificam-se taxas médias de actividade por freguesia também inferiores a 40% nas NUTS Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho – Lima e na NUT Grande Porto superiores a 50%, embora apresentem valores ligeiramente mais elevados. Na NUT Alto Trás-os-Montes e Douro as freguesias com taxa de actividade superior a 50% são reduzidas.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

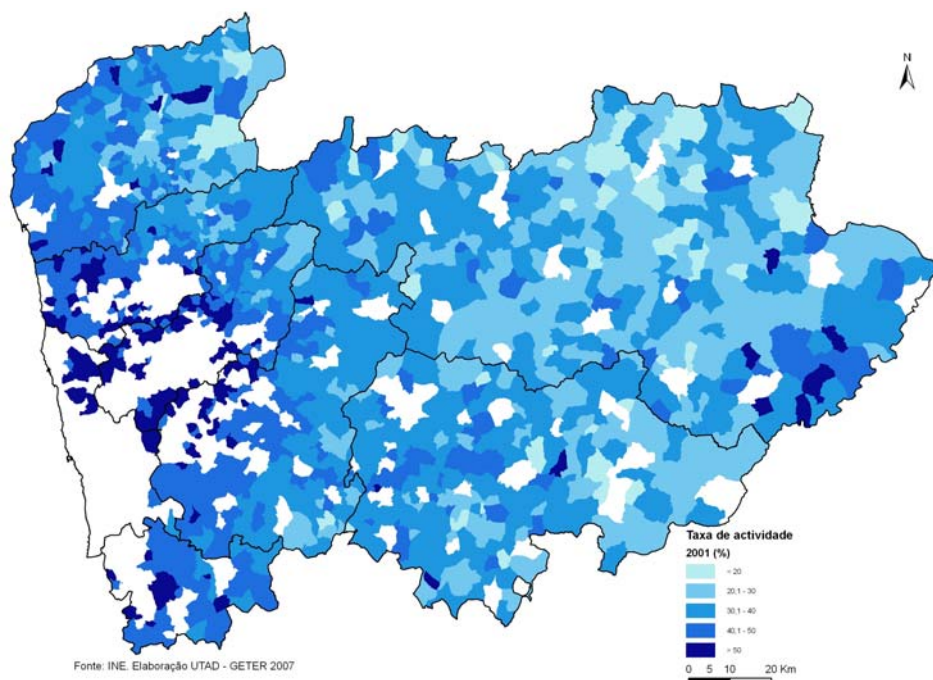


Fig. 40. Taxa de actividade por freguesia rural, em 2001

Analisando a distribuição das várias freguesias por classes de percentagem de população activa verifica-se que apenas na NUT Grande Porto mais de metade das freguesias rurais têm taxa de actividade superior a 50%, enquanto nas NUTS Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho – Minho representam menos de 10% das freguesias rurais. As freguesias rurais com taxas de actividade inferiores a 30% têm peso significativo nas NUTS Alto Trás-os-Montes nas NUTS Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho – Lima, representando, respectivamente, 49,4%, 29,5% e 20% das freguesias rurais das referidas NUTS. Salienta-se o diminuto peso das freguesias rurais com taxas de actividade superior a 40% nas NUTS Alto Trás-os-Montes (10,9%) e Douro (13,8%).

NUTIII	Taxa de Actividade									
	> 50%		40 – 50%		30 – 40%		20 – 30%		< 20%	
	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%
Alto Trás-os-Montes	8	2,1	33	8,8	150	39,8	153	40,6	33	8,8
Ave	43	32,8	53	40,5	27	20,6	8	6,1	0	0,0
Cávado	34	19,7	76	43,9	54	31,2	9	5,2	0	0,0
Douro	3	1,1	34	12,7	152	56,7	67	25,0	12	4,5
Entre Douro e Vouga	13	28,9	26	57,8	6	13,3	0	0,0	0	0,0
Grande Porto	15	83,3	2	11,1	1	5,6	0	0,0	0	0,0
Minho – Lima	7	2,6	101	38,1	104	39,2	46	17,4	7	2,6
Tâmega	30	13,2	96	42,3	83	36,6	17	7,5	1	0,4

Fonte: INE, RGP, 2001. Elaboração UTAD – GETER, 2007.

Quadro. 17. Distribuição das freguesias rurais segundo classes das taxas de actividade

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Tendo em consideração a distribuição da população das várias freguesias rurais da região norte por sector de actividade é possível verificar o peso de cada sector de actividade em cada uma das NUTS, bem como a sua distribuição pelas várias freguesias.

Analisando a distribuição da população empregada no sector agrícola verifica-se assume importância diferenciada de NUT para NUT, ou seja, nas NUTS Ave, Entre Douro e Vouga e Grande Porto representa menos de 3% do total de população empregada, enquanto nas NUTS Alto Trás-os-Montes e Douro representa 10% ou mais.

Considerando o número de indivíduos empregados no sector agrícola verifica-se que é nas NUTS Alto Trás-os-Montes (13841 indivíduos) e Douro (14430 indivíduos) onde existe mais população empregue na agricultura. Por outro lado, nas NUTS Ave, Entre Douro e Vouga e Grande Porto existem menos de 3000 indivíduos empregues no sector agrícola.

A nível de valores médios por freguesia de população empregada na agricultura verifica-se que é nas NUTS Douro (cerca de 54 indivíduos) e Entre Douro e Vouga (50 indivíduos) onde os valores são mais elevados, sendo na NUT Ave mais baixo (21 indivíduos). Na NUT Douro, sobretudo no sector a Sul e Este de Vila Real verifica-se uma concentração significativa de população activa empregue na agricultura, correspondendo, grosso modo, à região vitivinícola do Douro.

Em termos de peso da população empregada na agricultura no total de população activa, em média por freguesia, verifica-se que é nas NUTS Alto Trás-os-Montes (36%) e Douro (33,6%) onde assume maior importância, sendo nas NUTS Ave e Grande Porto inferior a 10%.

Em algumas freguesias das NUTS Douro e Alto Trás-os-Montes verifica-se que a população empregada na agricultura representa mais de 50% do total de população activa, situação que se verifica também em algumas freguesias no sector mais oriental das NUTS Minho – Lima e Tâmega.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

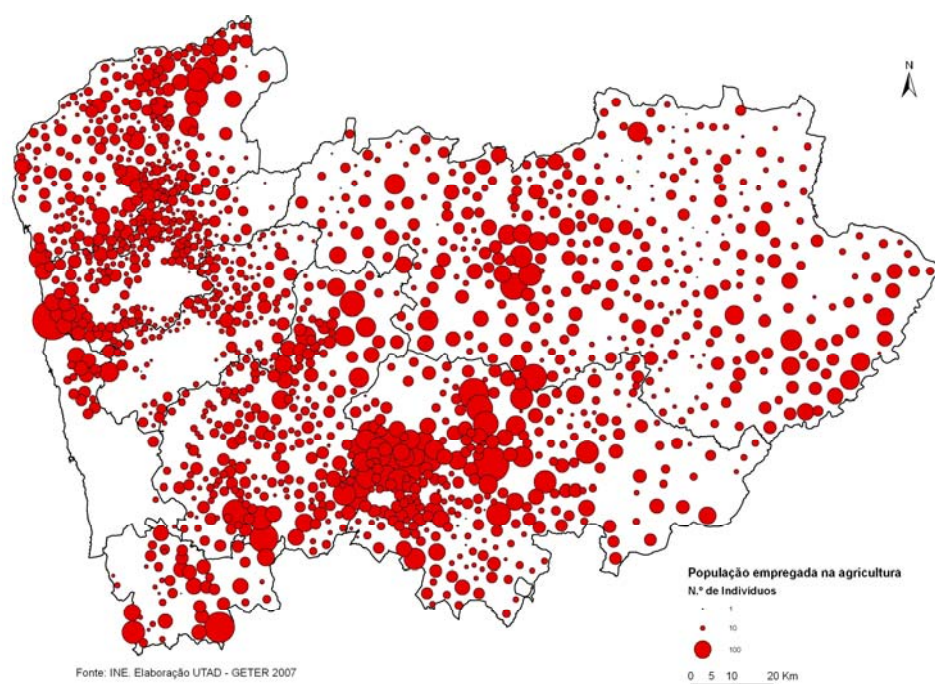


Fig. 41. População empregada na agricultura nas freguesias rurais da Região Norte, em 2001

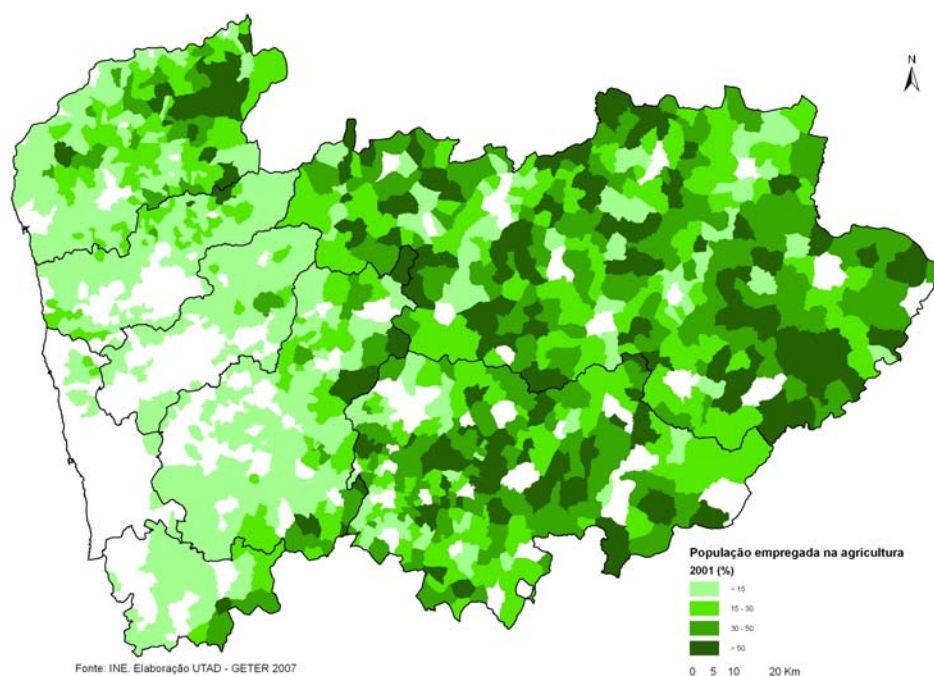


Fig. 42. Peso da população empregada na agricultura no total de população activa, em 2001

Com a distribuição da população empregada no sector industrial verifica-se que assume particular importância nas NUTS Grande Porto (29,5%), Ave (29,2%), Entre Douro e Vouga (28,9%) e Tâmega (24,2%), enquanto nas NUTS Alto Trás-os-Montes e Douro representa menos de 10% do total de população activa.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

A nível de número de indivíduos empregados no sector industrial verifica-se que é na NUT Tâmega onde existem mais activos empregues na indústria (70864 indivíduos), sendo no Grande Porto, Alto Trás-os-Montes e Douro onde o número de indivíduos das freguesias rurais empregues no sector secundário é mais baixo.

Relativamente aos valores médios por freguesia de população empregada na indústria verifica-se que é nas NUTS Entre Douro e Vouga (cerca de 520 indivíduos) e Grande Porto (479 indivíduos) onde os valores são mais elevados, sendo na NUT Alto Trás-os-Montes (29 indivíduos) e no Douro (42 indivíduos) onde é mais baixo. Verifica-se uma forte concentração de activos empregados na indústria nos sectores mais a ocidente das NUTS Ave, Cávado, Tâmega e Entre Douro e Vouga, bem como nas freguesias rurais da NUT Grande Porto.

Tendo em atenção os valores máximos registados por freguesia, verifica-se que nas NUTS Alto Trás-os-Montes e Douro estes não ultrapassam os 350 indivíduos, registando-se valores superiores a 1000 indivíduos nas restantes NUTS.

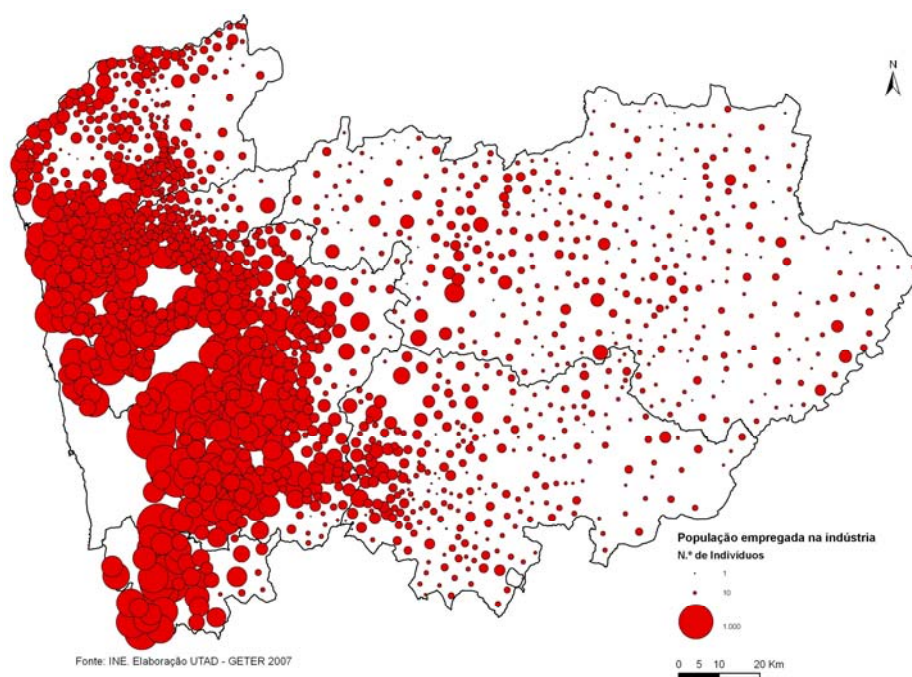


Fig. 43. População empregada na indústria nas freguesias rurais da Região Norte, em 2001

Se for considerado o peso da população empregada na indústria no total de população activa, em média por freguesia, verifica-se que é nas NUTS Alto Trás-os-Montes (22,9%) e Douro (22,7%) onde assume menor importância. Nas NUTS Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga, Grande Porto e Tâmega superior a 50%, onde em várias freguesias a população empregada na indústria representa mais de 50% do total de população activa.

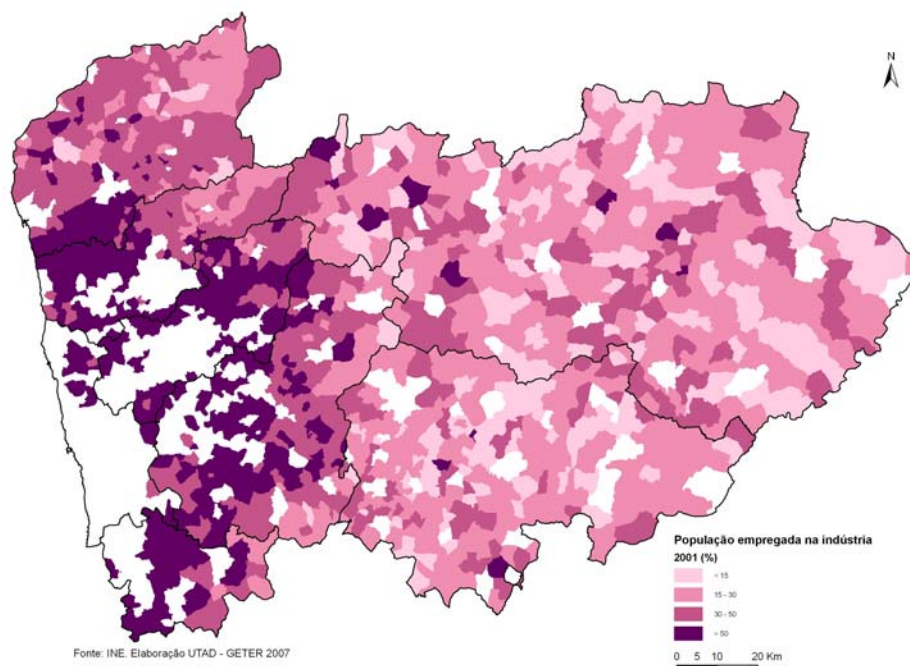


Fig. 44. Peso da população empregada na indústria no total de população activa, em 2001

Com a distribuição da população empregada no sector terciário verifica-se que existem poucas diferenças entre as várias NUTS, variando o peso do emprego das várias freguesias rurais no terciário entre 11% na NUT Alto Trás-os-Montes e 16% no Grande Porto.

A nível do número de indivíduos empregados no sector terciário verifica-se que é nas NUTS Tâmega (38765 indivíduos), Minho – Lima (27099 indivíduos) e Cávado (20194 indivíduos) onde existe mais população empregue nos serviços. Por outro lado, na NUT Grande Porto existem menos de 5000 indivíduos empregues no sector terciário, derivado do reduzido número de freguesias rurais.

Considerando os valores médios por freguesia de população empregada nos serviços verifica-se que é nas NUTS Grande Porto (cerca de 265 indivíduos) e Entre Douro e Vouga (250 indivíduos) onde os valores são mais elevados, sendo na NUT Alto Trás-os-Montes mais baixo (41 indivíduos).

Verifica-se a existência de algumas freguesias nas NUTS Douro e Alto Trás-os-Montes que apresentam um número significativo de activos empregues no terciário, sobretudo de freguesias próximas das sedes de concelho, e em particular das principais áreas urbanas da região. Também nas NUTS mais a ocidente o número de activos empregados no terciário é mais significativo nas freguesias mais próximas das áreas urbanas.

Em média por freguesia, verifica-se que é no Minho – Lima (36%) e Douro (35%) onde peso da população empregada na agricultura no total de população activa assume maior importância, sendo no Ave e Entre Douro e Vouga inferior a 30%. Em algumas freguesias do Douro e Alto Trás-os-Montes

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

verifica-se que a população empregada nos serviços representa mais de 50% do total de população activa, situação que se verifica também em algumas freguesias no sector mais oriental do Ave, Cávado e Tâmega, bem como na parte noroeste do Minho – Lima, nomadamente as freguesias junto à linha de costa.

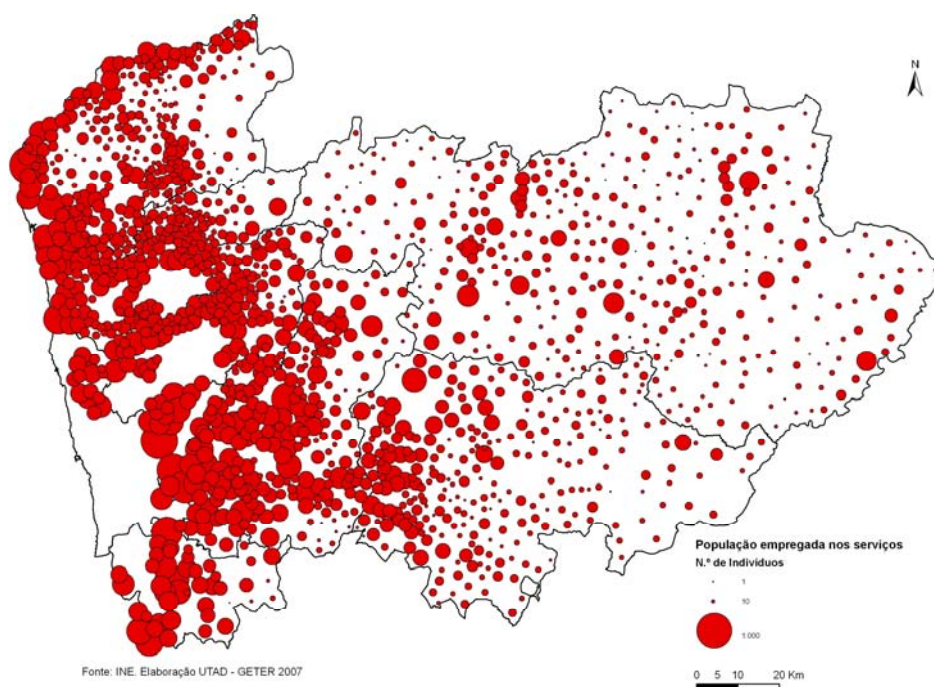


Fig. 45. População empregada nos serviços nas freguesias rurais da Região Norte, em 2001

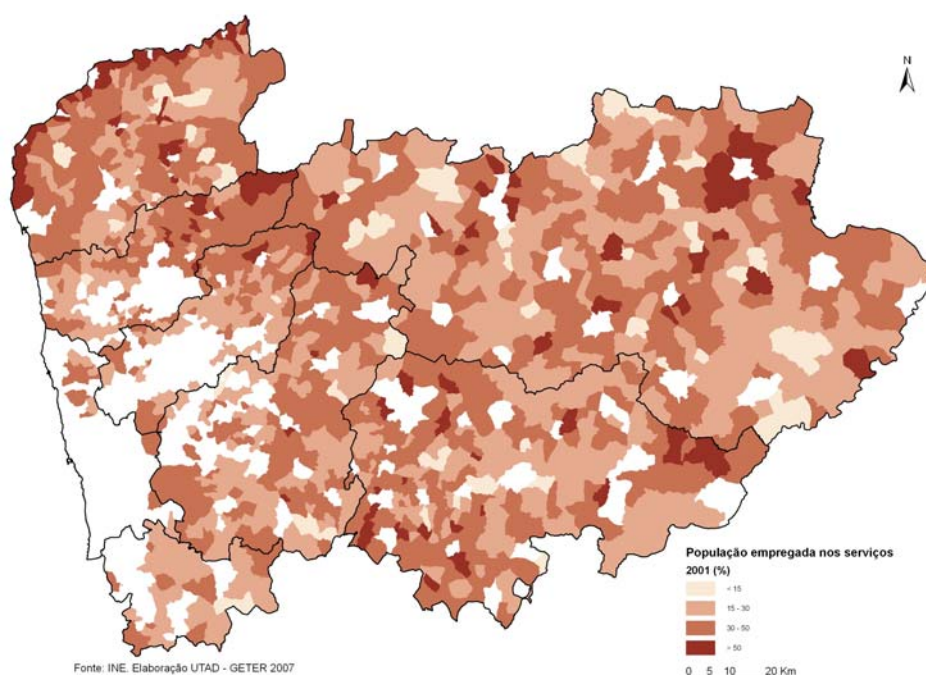


Fig. 46. Peso da população empregada nos serviços no total de população activa, em 2001

2.2.5. Rede de aglomerados rurais

Um dos aspectos importantes da análise dos espaços rurais prende-se com a rede de pólos rurais existentes, os quais são fundamentais para assegurar uma maior funcionalidade e interligação entre os espaços rurais e os espaços urbanos, permitindo fornecer à população rural um conjunto diversificado de funções, quer de natureza publica (equipamentos e serviços) quer de natureza privados.

Tendo em conta as freguesias rurais foram definidos níveis actuais de funcionalidade e polarização dos pólos rurais, os quais têm em consideração um conjunto de funções consideradas essenciais para as populações rurais, tendo sido definidos 5 níveis, sendo o nível 1 o que detém maior importância dado se encontrar servido por um conjunto significativo de funções e pela capacidade de polarização que detém sobre os outros aglomerados rurais, e o nível 5 o de menor importância assegurando um reduzido número de funções e tendo uma fraca ou quase nula capacidade de polarização.

Na região Norte foram identificados 50 pólos rurais de nível 1 (3,3%), 146 de nível 2 (9,4%), 334 de nível 3 (22,2%), 220 de nível 4 (14,6%) e 754 de nível 5 (50,1%). Analisando a nível de NUTS III verifica-se que nas NUTS Alto Trás-os-Montes, Ave, Cávado e Minho – Lima mais de metade das freguesias são consideradas pólos rurais de nível 5. O maior número de pólos rurais de nível 1 verifica-se na NUT Tâmega (13), contudo é nas NUTS Entre Douro e Vouga (15,6%) e Grande Porto (16,7%) onde assume maior importância relativa.

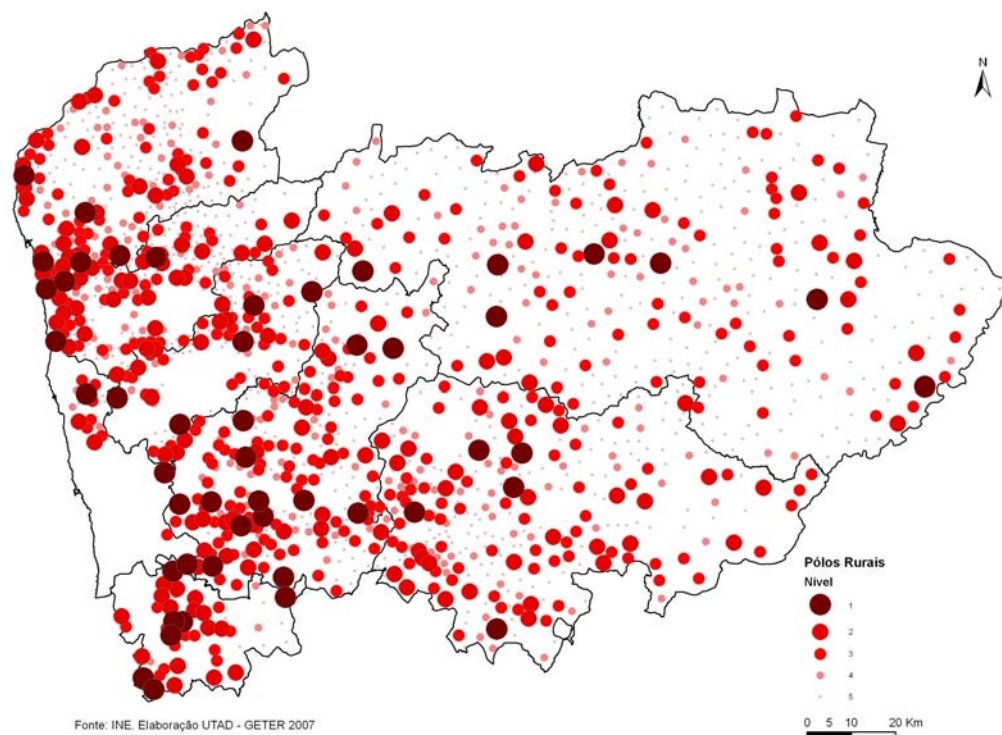


Fig. 47. Pólos rurais actuais da região Norte

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Nas NUTS Alto Trás-os-Montes e Douro os pólos rurais de nível 1 representam menos de 2% do total de freguesias das respectivas NUTS. Por outro lado na NUT Alto Trás-os-Montes os pólos rurais de nível 5 representam mais de 60% das freguesias da NUT.

Considerando o nível 1 e 2 como principais nós de amarração do território, dado que apresentam capacidade de atracção e polarização da população, verifica-se que apenas na NUT Alto Trás-os-Montes representam menos de 10% do total de freguesias (6,1%), representando entre 10 e 20% nas NUTS Ave, Cávado, Douro, Minho – Lima e Tâmega. Na NUT Grande Porto estes pólos rurais representam 27,8% e no Entre Douro e Vouga cerca de 50% do total de freguesias (48,9%).

NUTIII	Pólos Rurais									
	Nível 1		Nível 2		Nível 3		Nível 4		Nível 5	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Alto Trás-os-Montes	7	1,9	16	4,2	66	17,5	51	13,5	237	62,9
Ave	5	3,8	11	8,4	27	20,6	17	13,0	71	54,2
Cávado	4	2,3	25	14,5	31	17,9	19	11,0	94	54,3
Douro	5	1,9	31	11,6	62	23,1	48	17,9	122	45,5
Entre Douro e Vouga	7	15,6	15	33,3	13	28,9	3	6,7	7	15,6
Grande Porto	3	16,7	2	11,1	7	38,9	3	16,7	3	16,7
Minho – Lima	6	2,3	22	8,3	49	18,5	41	15,5	147	55,5
Tâmega	13	5,7	24	10,6	79	34,8	38	16,7	73	32,2

Quadro. 18. Distribuição das freguesias rurais segundo o nível dos pólos rurais actuais da região Norte

Tendo em conta a necessidade de definir uma rede de pólos rurais, foi efectuada uma nova tipologia de espaços rurais procurando definir níveis de pólos rurais com uma distribuição equitativa de pólos de nível 1 por toda a região, pelo que procurou-se definir pelo menos 1 pólo rural por concelho, de modo permitir uma estruturação do espaço rural mais homogénea. Desta forma, são propostos 78 pólos rurais de nível 1 (5,2%), 113 de nível 2 (7,5%), 339 de nível 3 (22,5%), 652 de nível 4 (43,4%) e 322 de nível 5 (21,4%).

Com esta proposta de pólos rurais verifica-se que em nenhum NUT III mais de metade das freguesias são consideradas pólos rurais de nível 5, sendo o valor mais elevado no Alto Trás-os-Montes (36,9%).

O maior número de pólos rurais de nível 1 verifica-se na NUT Douro (19), sendo no Grande Porto (16,7%) onde assume maior importância relativa. Verifica-se que os pólos rurais de nível 1 representam pelo menos de 3,7% do total de freguesias das respectivas NUTS, sendo esse valor registado na NUT Alto Trás-os-Montes, embora tendo 14 pólos rurais de nível 1.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

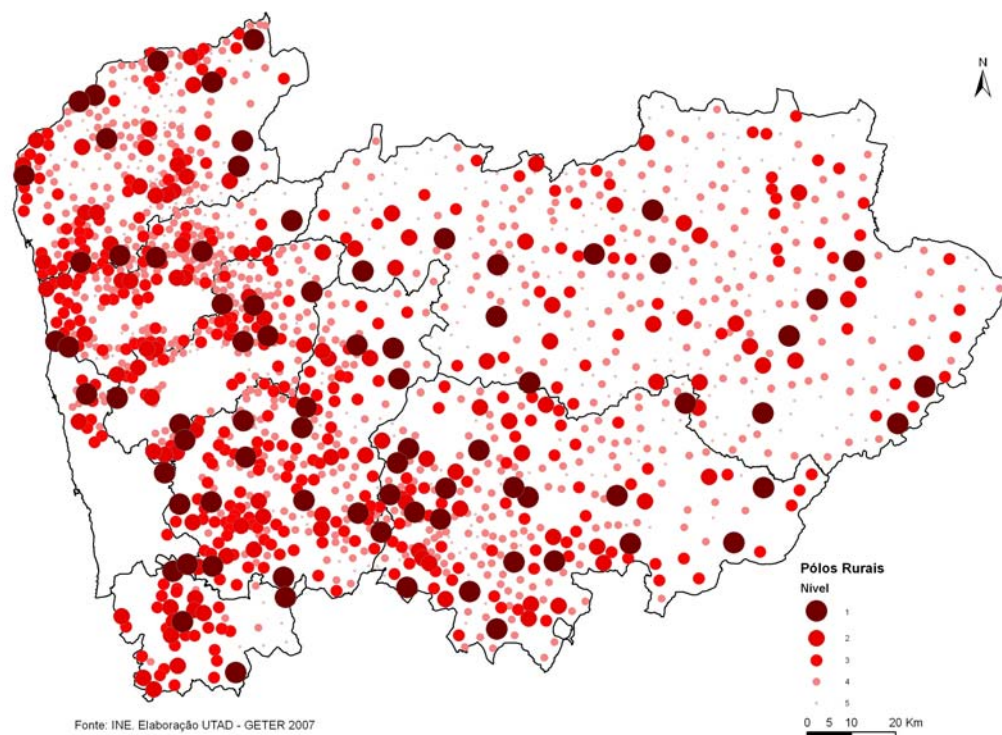


Fig. 48. Pólos rurais propostos para a região Norte

Considerando o nível 1 e 2 como principais nós de amarração do território, dado que apresentam capacidade de atracção e polarização da população, verifica-se que apenas na NUT Cávado representam menos de 10% do total de freguesias (9,2%), representando entre 10 e 20% nas NUTS Alto Trás-os-Montes, Ave, Douro, Minho – Lima e Tâmega. Na NUT Grande Porto estes pólos rurais representam 22,2% e no Entre Douro e Vouga 31,1% do total de freguesias.

NUTIII	Proposta de Pólos Rurais									
	Nível 1		Nível 2		Nível 3		Nível 4		Nível 5	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Alto Trás-os-Montes	14	3,7	25	6,6	50	13,3	149	39,5	139	36,9
Ave	6	4,6	11	8,4	26	19,8	67	51,1	21	16,0
Cávado	6	3,5	10	5,8	44	25,4	86	49,7	27	15,6
Douro	19	7,1	21	7,8	58	21,6	128	47,8	42	15,7
Entre Douro e Vouga	4	8,9	10	22,2	21	46,7	5	11,1	5	11,1
Grande Porto	3	16,7	1	5,6	8	44,4	6	33,3	0	0,0
Minho – Lima	11	4,2	19	7,2	47	17,7	118	44,5	70	26,4
Tâmega	15	6,6	16	7,0	85	37,4	93	41,0	18	7,9

Quadro. 19. Distribuição das freguesias rurais segundo o nível dos pólos rurais proposto para a região Norte

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

3. Diagnóstico

No âmbito do diagnóstico da situação existente serão expostos três vectores fundamentais para a compreensão das dinâmicas dos espaços rurais da região Norte, sendo elaborada uma abordagem em termos de síntese de demografia e povoamento, síntese de condições de vida e funcionalidade e das actividades económicas.

Tendo em consideração a forma de povoamento predominante, e as dinâmicas demográficas predominantes verifica-se que é possível distinguir nas freguesias rurais da Região Norte 5 situações diferenciadas, tendo em conta a pressão urbanística sobre determinado local, ou seja: em despovoamento, em risco de despovoamento, sob pressão, sob alta pressão e tranquila.

Analisando a nível da NUT III a distribuição das freguesias por forma de povoamento e dinâmica demográfica podemos constatar que das freguesias rurais em análise, 513 (34,1%) se encontram em fase de despovoamento, 192 (12,76%) em risco de despovoamento, 328 (21,8%) sob alta pressão, 241 (16,02%) sob pressão e finalmente numa fase tranquila temos 230 freguesias o que corresponde a 15,29% do total. Denota-se desta forma a necessidade de intervenção na área de forma a potenciar a fixação de população.

NUTIII	Em despovoamento		Em risco de Despovoamento		Sob alta pressão		Sob pressão		Tranquilo	
	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%
Alto Trás-os-Montes	292	77,5	61	16,2	2	0,5	6	1,6	16	4,2
Ave	3	2,3	9	7	62	47,3	39	29,8	18	13,7
Cávado	5	2,9	7	4	82	47,4	34	19,7	45	26,0
Douro	146	54,5	49	18,3	5	1,9	30	11,2	38	14,2
Entre Douro e Vouga	2	4,4	5	11	21	46,7	11	24,4	6	13,3
Grande Porto	0	0,0	0	0	11	61,1	5	27,8	2	11,1
Minho-Lima	48	18,1	37	14,0	44	16,6	60	22,6	76	28,7
Tâmega	17	7,5	24	10,6	101	44,5	56	24,7	29	12,8

Fonte: INE, RGP, 2001. Elaboração UTAD – GETER, 2007.

Quadro. 20. Distribuição das freguesias rurais por tipo de povoamento e dinâmica demográfica

Por outro lado verifica-se que existem diferenças significativas entre as várias NUTS, assim na NUT Alto Trás-os-Montes das 377 freguesias constituintes 292 (77,2%) encontram-se em fase de despovoamento, da mesma forma que na NUT Douro cerca de 54,5% das freguesias se deparam com esta situação. Por outro lado é evidenciado o carácter antagónico da região, pois verifica-se que nas NUTS Ave, Cávado,

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

Entre Douro e Vouga e Grande Porto mais de 45% das freguesias rurais se encontram sob alta pressão, evidenciando-se o facto de na NUT Grande Porto não existir nenhuma freguesia em fase de despovoamento ou em risco de despovoamento.

Evidenciam-se ainda as situações específicas das NUTS Cávado e Minho – Lima, na medida em que no conjunto são as que possuem maior percentagem de freguesias rurais em fase tranquila com 26% e 28,7% respectivamente. Relativamente à NUT Tâmega interessa evidenciar que o conjunto das freguesias sob pressão e sob alta pressão representa cerca de 70% o que denuncia a importância da pressão demográfica na região.

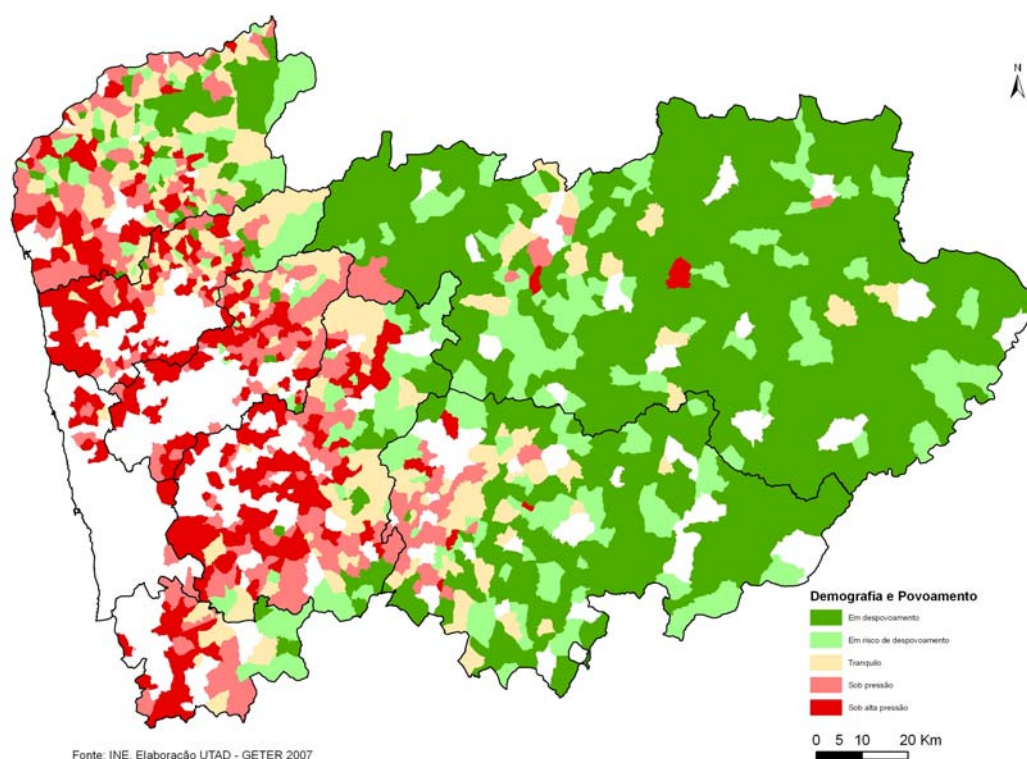


Fig. 49. Povoamento e dinâmica demográfica nas freguesias rurais da região Norte em 2001

Tendo em consideração as condições de vida e funcionalidade constata-se que é possível assinalar nas freguesias rurais da Região Norte 5 situações diferenciadas, tendo em conta o número total de funções (equipamentos e serviços), as diferentes funções existentes e os tempos de acesso à sede de município ou seja, distinguimos as freguesias de acordo com a seguinte categorização: muito baixas, baixas, médias, altas e muito altas. Esta distribuição gradual tem subjacente uma metodologia que pressupõe que à medida que vamos tendo maior número de funções, maior diversidade e tempos de acesso à sede mais curtos, tenhamos também classificações mais altas e vice-versa.

Analisando a nível da NUT III a disposição das freguesias de acordo com as condições de vida e funcionalidade podemos constatar que das freguesias rurais em análise, 758 (50,38%) categorizam-se como muito baixas, 220 (14,62%) baixas, 331 (22,0%) médias, 147 (9,77%) altas e finalmente muito

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

altas deparamo-nos com apenas 46 freguesias o que corresponde a 3,05% do total. Neste sentido é fundamental investir no sentido do incremento e diversificação de funções e melhoria de acessibilidades.

Por outro lado verifica-se que existem diferenças significativas entre as várias NUTS, assim na NUT Alto Trás-os-Montes das 377 freguesias constituintes 241 (63,9%) classificam-se como muito baixas, por sua vez as NUTS Ave (54,2%), Cávado (54,3%), Minho – Lima (55,5%) têm condições de vida e funcionalidade muito baixas em mais de 50 % das freguesias.

Neste contexto existe alguma homogeneidade entre as várias NUTS pois com condições de vida e funcionalidades muito altas apenas podemos salientar as NUTS Entre Douro e Vouga e Grande Porto com, 15,6% e 16,7% respectivamente, as restantes NUTS têm classificações inferiores a 4%.

NUTIII	Muito baixas		Baixas		Médias		Altas		Muito altas	
	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%
Alto Trás-os-Montes	241	63,9	51	13,5	63	16,7	17	4,5	5	1,3
Ave	71	54,2	17	13	27	20,6	11	8,4	5	3,8
Cávado	94	54,3	19	11	31	17,9	25	14,5	4	2,3
Douro	122	45,5	48	17,9	62	23,1	31	11,6	5	1,9
Entre Douro e Vouga	7	15,6	3	7	13	28,9	15	33,3	7	15,6
Grande Porto	3	16,7	3	17	7	38,9	2	11,1	3	16,7
Minho – Lima	147	55,5	41	15,5	49	18,5	22	8,3	6	2,3
Tâmega	73	32,4	38	16,9	79	35,1	24	10,7	11	4,9

Fonte: INE, RGP, 2001. Elaboração UTAD – GETER, 2007.

Quadro. 21. Distribuição das freguesias rurais de acordo com as condições de vida e funcionalidade

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

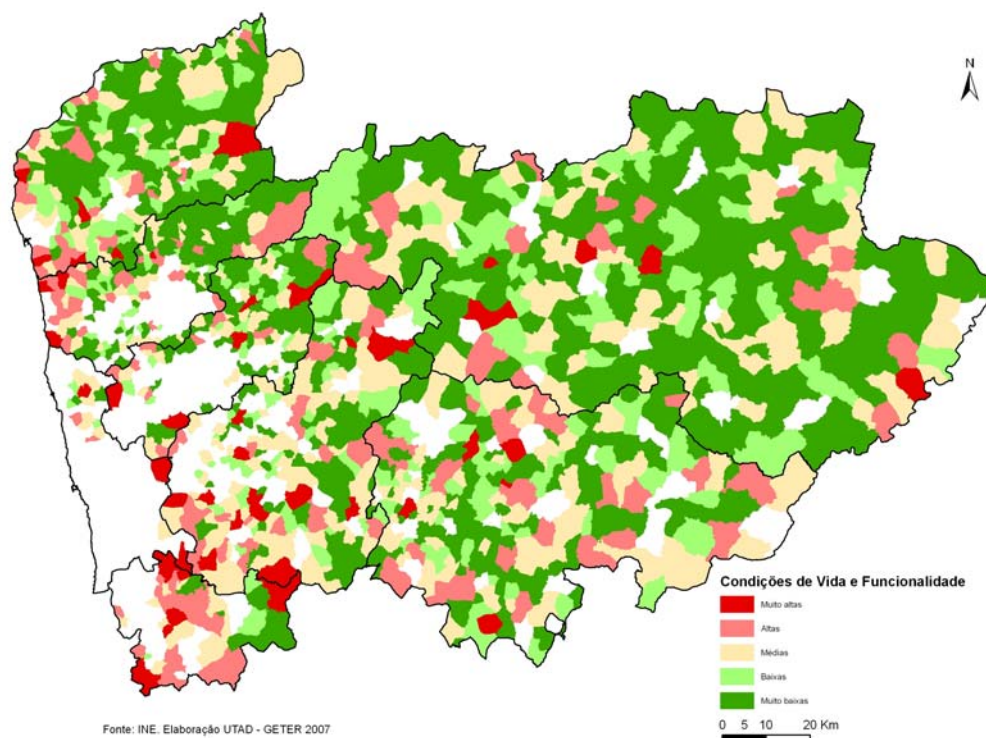


Fig. 50. Condições de vida e funcionalidade nas freguesias rurais da região Norte em 2001

Tendo em consideração o sector de actividade predominante, ou sectores predominantes constata-se que é possível diferenciar nas freguesias rurais da Região Norte 6 situações distintas, atendendo ao peso da população empregada por sector de actividade, ou seja: agrícola; agrícola e serviços; indústria; indústria e serviços; serviços e misto.

Quando apenas é considerado um sector predominante significa que representa a maior parte da população residente, por outro lado considera-se que nenhum dos outros sectores tem peso significativo quando inferior a 25%. Quando são considerados dois sectores de actividade significa que assumem peso idênticos de população empregada, enquanto o outro sector tem um peso diminuto. Quando existem poucas diferenças entre a percentagem de população empregada nos 3 sectores de actividade atribui-se-lhe a designação de Misto, tendo em conta que nenhum sector tem um peso significativo.

Analisando a nível de NUTS a distribuição das freguesias por sector(es) de actividade predominante(s) verifica-se que existem diferenças significativas entre as várias NUTS. Assim, nas NUTS Ave, Entre Douro e Vouga e Grande Porto mais de 80% das freguesias têm como sector de actividade predominante a indústria, sendo que nas NUTS Cávado e Tâmega mais de 60% das freguesias também têm como sector de actividade predominante a indústria.

Nas NUTS Alto Trás-os-Montes e Douro o sector agrícola tem maior importância em mais de 35% das freguesias. Por outro lado, no Minho – Lima verifica-se um maior peso da indústria (34%), embora com

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

importância significativa dos Serviços (25%), da Indústria e Serviços (16%), seguido do sector agrícola (12%).

Os serviços apresentam o maior peso nas NUTS Douro (26,1%), Minho – Lima (24,5%) e Alto Trás-os-Montes (22,5%), tal como a ocupação mista, que têm expressão de 23,5%, 13,6% e 25,5%, respectivamente, das freguesias rurais das referidas NUTS.

NUTIII	Agrícola		Agrícola e Serviços		Indústria		Indústria e Serviços		Serviços		Misto	
	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%
Alto Trás-os-Montes	144	38,5	24	6,4	24	1,9	19	5,3	85	22,5	81	25,5
Ave	2	1,5	0	0	108	82,4	9	6,9	10	7,6	2	1,5
Cávado	2	1,2	0	0	114	65,9	25	14,5	24	13,9	8	4,6
Douro	95	35,8	15	5,6	11	1,1	19	7,8	69	26,1	59	23,5
Entre Douro e Vouga	1	2,2	0	0	38	84,4	2	4,4	1	2,2	3	6,7
Grande Porto	0	0,0	0	0	17	94,4	0	0,0	1	5,6	0	0,0
Minho – Lima	32	12,1	1	0,4	89	33,6	42	15,8	65	24,5	36	13,6
Tâmega	13	5,7	1	0,4	158	69,6	22	9,7	15	6,6	18	7,9

Fonte: INE, RGP, 2001. Elaboração UTAD – GETER, 2007.

Quadro. 22. Distribuição das freguesias rurais segundo o(s) sector(es) de actividade predominante(s)

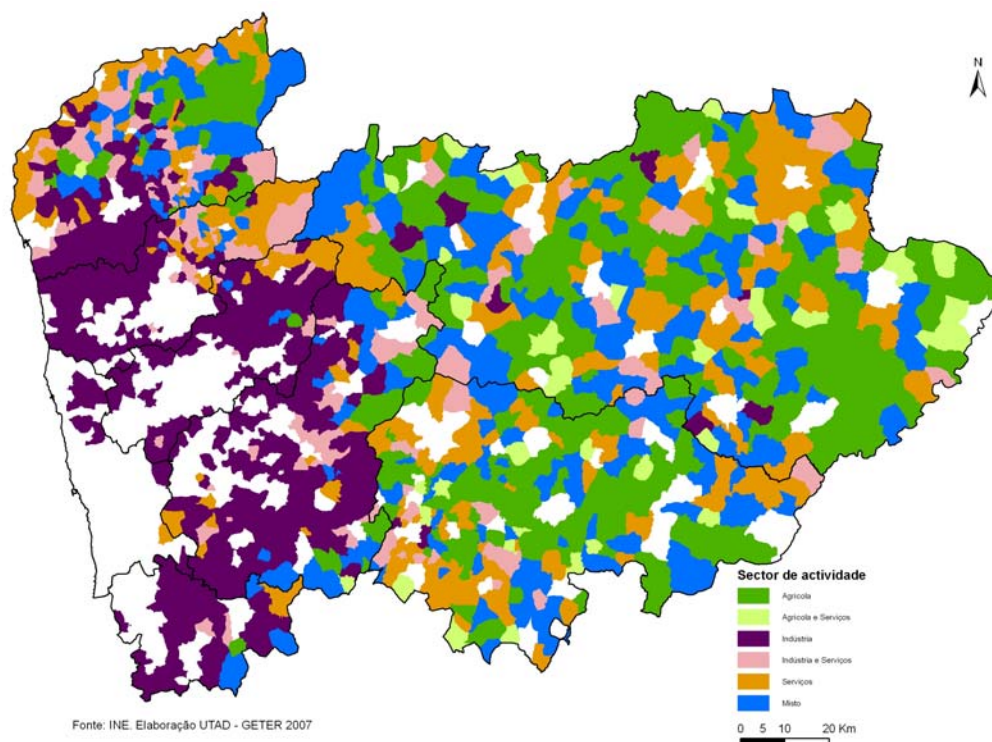


Fig. 51. Sector (es) de actividade predominante (s) nas freguesias rurais da região Norte em 2001

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

De acordo com os vectores analisados anteriormente, designadamente demografia e povoamento, condições de vida e funcionalidade e sectores de actividade foi definida uma tipificação dos espaços rurais da região Norte. Considerando a tipologia de espaços rurais observa-se a possibilidade de apresentar nas freguesias rurais da Região Norte 5 situações distintas, considerando-se desta forma o rural profundo, rural agrícola, rural misto, rural industrial e finalmente o rural de serviços.

Analisando a nível da NUT III a disposição das freguesias de acordo com a tipologia de espaços rurais podemos constatar que das freguesias rurais em análise, 379 (25,2%) identificam-se como rural profundo, 235 (16,63%) rural agrícola, 227 (15,09%) rural misto, 494 (39,85%) rural industrial e finalmente rural de serviços deparamo-nos com apenas 166 freguesias o que corresponde a 11,04% do total.

Por outro lado verifica-se que existem diferenças significativas entre as várias NUTS, assim na NUT Alto Trás-os-Montes predominam as freguesias classificadas como rural profundo representando 57,6%. Na NUT Ave predomina o rural industrial (80,9%), e nas NUTS Cávado, Tâmega e Entre Douro e Vouga evidencia-se igualmente o rural industrial com 63,5%, 64,8% e 80,0% respectivamente. No Grande Porto a predominância desta classificação é quase absoluta com 94,4% das freguesias inseridas nesta categoria de espaço rural. Na NUT Minho – Lima existe uma maior homogeneidade no que concerne à tipologia dos espaços rurais, com variações ligeiras entre as várias tipologias, destacando-se por seu turno o Rural industrial (28,2%). Finalmente na NUT Douro a predominância acentua-se sobre o rural profundo (39,9%) embora os valores estejam bastante próximos do rural Agrícola (31,7%).

NUTIII	Rural Profundo		Rural Agrícola		Rural Misto		Rural Industrial		Rural de Serviços	
	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%	N.º de freg.	%
Alto Trás-os-Montes	217	57,6	113	30,0	15	4,0	0	0,0	32	8,5
Ave	2	1,5	0	0	15	11,5	106	80,9	8	6,1
Cávado	4	2,3	1	1	42	24,3	113	65,3	13	7,5
Douro	107	39,9	85	31,7	44	16,4	1	0,4	31	11,6
Entre Douro e Vouga	2	4,4	1	2	4	8,9	36	80,0	2	4,4
Grande Porto	0	0,0	0	0	0	0,0	17	94,4	1	5,6
Minho-Lima	34	13,0	26	9,9	61	23,3	74	28,2	67	25,6
Tâmega	13	5,7	9	4,0	46	20,3	147	64,8	12	5,3

Fonte: INE, RGP, 2001. Elaboração UTAD – GETER, 2007.

Quadro. 23. Distribuição das freguesias rurais segundo a tipologia de espaços rurais

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

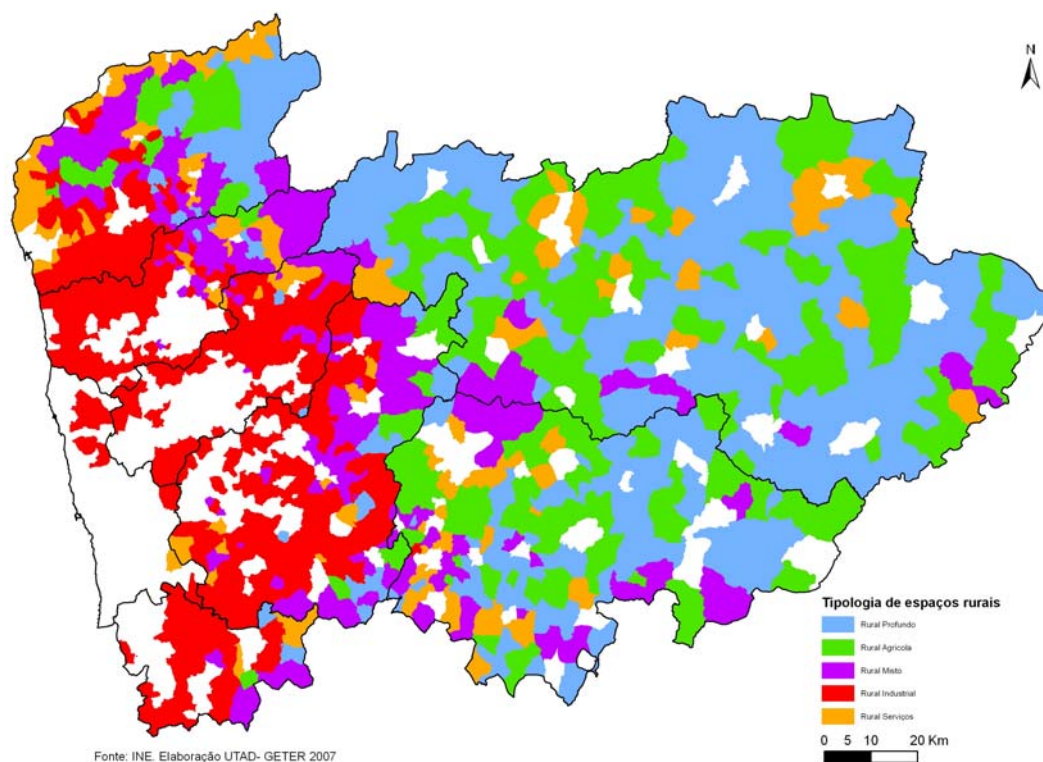


Fig. 52. Tipologias de espaços rurais nas freguesias rurais da região Norte em 2001

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

	Inserção territorial	Ocupação do território	Dinâmicas demográficas e povoamento	Condições de vida e funcionalidade	Base económica
Rural Profundo	<p>Corresponde em parte às áreas rurais do interior e de montanha, maioritariamente na NUT Alto Trás-os-Montes, encontrando-se também no Douro e Minho – Lima</p> <p>De uma forma geral corresponde às áreas com as dinâmicas regressivas mais significativas</p> <p>Encontra-se em redor de rural agrícola e/ou misto</p>	<p>Significativas áreas de florestas e meios semi-naturais, tendo predomínio das folhosas sobre as resinosas mas apresenta áreas significativas de espaços florestais degradados</p> <p>Surgem também algumas áreas de ocupação agrícola, quer de culturas anuais (Alto Trás-os-Montes), quer de culturas permanentes (Douro)</p>	<p>Dinâmicas populacionais muito regressivas e tem reduzidos quantitativos populacionais</p> <p>Um forte envelhecimento populacional</p> <p>Densidades populacionais muito baixas</p>	<p>Apresenta reduzidos níveis de oferta de equipamentos e serviços, quer em quantidade quer em diversidade</p> <p>Em geral, tem acessibilidades baixas à sede de concelho e aos principais pólos urbanos regionais</p>	<p>Áreas com uma base económica débil, muito dependente das actividades agrícolas</p> <p>Apresenta muito pouca oferta de mão-de-obra, bem como baixos níveis de criação de emprego</p>
Rural Agrícola	<p>Na generalidade encontra-se no interior, em áreas com alguma vitalidade demográfica e cuja principal actividade da população envelhecida é a agricultura</p> <p>Corresponde em parte às áreas rurais do interior e de montanha, maioritariamente na NUT Alto Trás-os-Montes, encontrando-se também no Douro e Minho – Lima</p> <p>De um modo geral encontra-se em redor de rural agrícola e/ou misto</p>	<p>Significativas áreas de ocupação agrícola, que variam entre as culturas anuais e as culturas permanentes (Douro).</p> <p>Verifica-se também a existência de áreas de ocupação florestal e de meios semi-naturais, com predomínio das folhosas.</p>	<p>Área com dinâmicas populacionais, em geral, regressivas, apresentando quantitativos populacionais ainda significativos</p> <p>Alguns envelhecimento populacional</p> <p>Tem densidades populacionais, em geral, baixas</p>	<p>Denota baixos níveis de oferta de equipamentos e serviços, quer em quantidade quer em diversidade</p> <p>Em geral, tem acessibilidades baixas à sede de concelho e aos principais pólos urbanos regionais.</p>	<p>Denota uma base económica essencialmente apoiada na agricultura</p> <p>Dispõe de pouca oferta de mão-de-obra, sobretudo de mão-de-obra jovem, sendo a criação de emprego, em geral, reduzida</p>
Rural Misto	<p>Encontra-se essencialmente nas proximidades das áreas urbanas, bem como das freguesias industriais e/ou de serviços, quer nas NUTS do Interior quer do litoral, não existindo predomínio de nenhuma actividade</p>	<p>Áreas com ocupação agrícola misturam-se com áreas de ocupação de florestas e meios semi-naturais, com destaque para a ocupação de resinosas</p> <p>Verifica-se a existência de significativos espaços de florestas degradadas</p>	<p>Área com dinâmicas populacionais, em geral, positivas, tendo quantitativos populacionais, por vezes, significativos</p> <p>Denota já algum envelhecimento populacional</p>	<p>Oferece níveis de oferta de equipamentos e serviços satisfatórios, quer em quantidade quer em diversidade</p> <p>Tem, em geral, acessibilidades aceitáveis à sede de concelho.</p>	<p>Apresenta uma base económica mista, não se registando o predomínio do emprego em nenhum sector de actividade</p> <p>Existe alguma oferta mão-de-obra, embora a criação de emprego seja, em geral,</p>

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

	Inserção territorial	Ocupação do território	Dinâmicas demográficas e povoamento	Condições de vida e funcionalidade	Base económica
			De um modo geral, tem densidades populacionais, médias a altas		baixa
Rural Industrial	<p>Encontra-se essencialmente nas proximidades das áreas urbanas das NUTS do Litoral</p> <p>Apresentando dinâmicas de crescimento populacional, por vezes, significativas, existindo o predomínio claro das actividades industriais</p>	<p>As áreas artificializadas misturam-se com áreas agrícolas e com áreas de ocupação florestal e meios semi-naturais</p> <p>Na ocupação agrícola evidenciam-se as culturas anuais, enquanto na ocupação floresta se evidenciam as folhosas e as resinosas que se articulam com áreas de floresta degradada</p>	<p>Áreas com dinâmicas populacionais positivas, apresentando quantitativos populacionais significativos</p> <p>Verifica-se um reduzido envelhecimento da população tendo um peso significativo de jovens</p> <p>De um modo geral tem altas densidades populacionais</p>	<p>Apresenta níveis de oferta de equipamentos e serviços satisfatórios, quer em quantidade quer em diversidade</p> <p>Tem, em geral, boas acessibilidades à sede de concelho</p>	<p>Apresenta uma base económica assente maioritariamente na indústria, com o predomínio do emprego na indústria</p> <p>Existe ainda uma significativa oferta mão-de-obra, embora com baixas qualificações</p>
Rural de Serviços	<p>Encontra-se essencialmente nas proximidades das áreas urbanas, essencialmente nas NUTS Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho – Lima ou correspondem a freguesias rurais com algumas vitalidade, como o caso de algumas vilas</p> <p>Em geral, regista-se crescimento populacional, existindo o predomínio claro do emprego do terciário, dada a proximidade que têm às áreas urbanas</p>	<p>Áreas de ocupação agrícola e de ocupação de floresta e meios semi-naturais intercalam-se com territórios artificializados</p> <p>Os territórios artificializados intercalam-se entre o tecido urbano contínuo e o tecido urbano descontínuo</p>	<p>Áreas com dinâmicas populacionais, em geral, positivas, tendo quantitativos populacionais relevantes</p> <p>Denota envelhecimento da população</p> <p>Em geral, tem densidades populacionais médias a altas</p>	<p>Oferece bons níveis de oferta de equipamentos e serviços, quer em quantidade quer em diversidade</p> <p>Apresenta, em geral, muito boas acessibilidades à sede de concelho</p>	<p>Apresentam uma base económica assente maioritariamente no comércio e serviços, com o predomínio do emprego no terciário</p> <p>Pouca oferta de mão-de-obra, embora, a oferta de emprego também seja reduzida</p>

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

3.1. Problemas e Potencialidades

(em conclusão)

Tipologia de espaços Rurais	Pontos fracos	Pontos Fortes
Rural Profundo	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono dos espaços agrícolas e florestais; - Potencial demográfico muito reduzido; - Assimetrias crescentes no acesso a bens e serviços públicos fundamentais; - Forte dependência de uma agricultura de subsistência; - Elevada susceptibilidade a riscos naturais (incêndios) - Muito reduzida percentagem de população jovem e activa - Debilidade económica e financeira da população - Inexistência de estruturas associativas com dimensão económica e social - 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevada qualidade paisagística e ambiental - Preservação da biodiversidade e dos valores naturais - Forte identidade cultural nos vários espaços - Ajudas da EU para a reconversão produtiva -
Rural Agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzida mão-de-obra para as actividades agrícolas - Reduzida percentagem de população jovem e activa - Disparidades relevantes no acesso a bens e serviços públicos fundamentais; - Elevado parcelamento dos solos agrícolas - Reduzida capacidade de criação de riqueza - Reduzidas infra-estruturas, tais como rede viária rural, electrificação e mercados agrícolas - Falta de meios técnicos e financeiros - Inexistência de estruturas associativas com dimensão económica e social - 	<ul style="list-style-type: none"> - Produtos locais e raças autóctones de elevada qualidade - Modernização do sector vitivinícola, olival e frutos secos - Sistemas de produção tradicionais de alguns produtos favorecem a reconversão para a agricultura biológica - Crescimento da população através da imigração -
Rural Misto	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzida qualificação, dinamismo e inovação empresarial - Significativas áreas florestais degradadas - 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de retenção da população - Diversidade do sistema produtivo - Dinâmica de criação do próprio emprego - A diversidade de condições naturais permite uma maior articulação entre agricultura, floresta, ambiente, turismo, comércio e lazer - Desenvolvimento de actividades complementares -
Rural Industrial	<ul style="list-style-type: none"> - Mão-de-obra disponível - Aumento significativo dos territórios artificializados 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de retenção/atracção da população - Elevada população jovem e activa - Possibilidade de criação de projectos inovadores - Dinâmica de criação do próprio emprego -
Rural de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Dispersão e destruturação do povoamento; - Desemprego; - Aumento significativo dos territórios artificializados, e diminuição das áreas com aptidão agrícola - 	<ul style="list-style-type: none"> - População jovem e activa; - Diversidade do sistema produtivo - Património cultural, histórico e arquitectónico valioso -

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS

3.2. Ameaças e Oportunidades

(em conclusão)

Tipologia de espaços Rurais	Ameaças	Oportunidades
Rural Profundo	<ul style="list-style-type: none"> - Maior sensibilidade aos riscos naturais, - Aceleração dos processos de despovoamento; - Rápida degradação das condições de vida - Potenciação de fenómenos de exclusão social - Aumento excessivo da população idosa 	<ul style="list-style-type: none"> - Florestas e indústrias extractivas; - Turismo ambiental e turismo rural
Rural Agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - Sobreexploração dos recursos - Utilização de pesticidas e herbicidas degradam a qualidade dos solos e da água - Potenciação de fenómenos de exclusão social - Aumento excessivo da população idosa 	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo rural e agro-turismo - Valorização crescente dos produtos locais/biológicos com denominação de origem protegida
Rural Misto	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição crescente dos territórios com forte aptidão agrícola - Potenciação dos fenómenos de exclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas em tecnologias aplicadas à valorização e transformação dos produtos locais - Encaixar população de vários estratos sociais
Rural Industrial	<ul style="list-style-type: none"> - Desaparecimento de territórios com forte aptidão agrícola - Diminuição das ofertas de emprego - Sobreutilização de infra-estruturas e equipamentos colectivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção económica e competitividade - Iniciativas em tecnologias aplicadas à valorização e transformação dos produtos locais - Emergência de novas centralidades - Aumentar a escala dos mercados locais
Rural de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Desaparecimento de territórios com forte aptidão agrícola - Desemprego - 	<ul style="list-style-type: none"> - Emergência de novas centralidades

3.3. Problemas/desafios para o ordenamento do território

(em conclusão)

Tipologia de espaços Rurais	Problemas/desafios para o Ordenamento do Território
Rural Profundo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar, classificar e prevenir os riscos naturais (erosão, inundações e incêndio); 2. Atrair e fixar novos residentes (segundas habitações e 2.º regresso às origens) 3. Reforçar o perfil funcional e as dinâmicas económicas dos pólos rurais mais importantes 4. Assegurar níveis mínimos de provimento e acesso a serviços e bens públicos fundamentais 5. Diversificar a base económica (conservação da natureza, turismo, serviços de proximidade)
Rural Agrícola	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar os mecanismos de protecção de solos agrícolas e florestais mais produtivos 2. Atrair e fixar mão-de-obra, sobretudo de jovens 3. Garantir a renovação das gerações 4. Assegurar níveis mínimos de provimento e acesso a serviços e bens públicos fundamentais 5. Diversificar a base económica (agro-industrial, turismo, serviços de proximidade)
Rural Misto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consolidar a base económica 2. 3. Posicionar estrategicamente a localização de novas actividades 4. Dinamização de serviços de proximidade 5. Assegurar níveis mínimos de provimento e acesso a serviços e bens públicos fundamentais
Rural Industrial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conter os processos do habitat e de urbanização difusa 2. Consolidar a base económica 3. Garantir uma maior mobilidade à população 4. Criação do próprio emprego e exploração inovadora do potencial económico 5. Posicionar estrategicamente a localização de novas actividades
Rural de Serviços	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conter os processos do habitat e de urbanização difusa 2. Favorecer o incremento de centralidades e criação de novos empregos 3. Garantir uma maior mobilidade à população 4. Dinamização de serviços de proximidade 5.

ESPAÇOS RURAIS: NOVOS PARADIGMAS
